



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
DO INSTITUTO BRASIL DE ENSINO SUPERIOR – IBRAS
2024 - 2028**

PONTA GROSSA/PR

MANTENEDORA - Helena Maria Camargo Gomes de Santi

DIRETOR GERAL E ACADÊMICO - Valmir de Santi

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - Tatiana Gomes de Santi

Coordenador de Curso - Tiago Jazynski

Coordenadora do NEAD - Denise Pereira

Coordenador do NDE - Tiago Jazynski

Coordenador da CPA - Erildo V. Muller

Coordenadora de Extensão - Camila Marineli Martins

Procuradora Institucional - Suzana Funghetto

Auxiliar Institucional - Poliana Nascimento

Ouvidoria – José dos Passos Neto

Secretaria Acadêmica – Carmen Simão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
IDENTIFICAÇÃO	9
1. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - (EIXO 1)	10
1.1. Planejamento Estratégico da Avaliação Institucional	10
1.2. Projeto de Autoavaliação Institucional - Planejamento Estratégico	12
1.3. Autoavaliação institucional: Participação da comunidade acadêmica	17
1.4. Autoavaliação institucional: previsão de análise e divulgação dos resultados	18
1.5. Metodologia: Detalhamento	19
1.5.1. Fóruns de Curso	20
1.5.2. Formulários eletrônicos	21
1.6. Cronograma	22
1.7. Constituição da CPA	22
1.7.1. Composição e atribuição dos membros da CPA	23
1.7.2. Atribuições dos membros da CPA:	23
1.7.3. Sistema de avaliação do processo ensino e aprendizagem	26
2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (EIXO 2)	30
2.1. Da Mantenedora e da Mantida	30
2.1.1. Mantenedora	30
2.1.2. Mantida	30
2.1.2.1. Breve histórico da IES	31
2.1.2.2. Descrição da mantida	33
2.1.3. Da Inserção Regional e abrangência geográfica	34
2.1.4. Da Missão, Valores, Objetivos e Metas	37
2.2. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição	42
2.2.1. Metodologias Ativas	43
2.3. Das Áreas de Atuação	45
3. POLÍTICAS ACADÊMICAS (EIXO 3)	46
3.1. Do Projeto Pedagógico Institucional - PPI	46
3.1.1. Política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação	51
3.1.1.1. Base teórico-metodológica	51
3.1.1.2. Princípios da Política de Ensino	54
3.1.1.2.1. Matriz Curricular	58
3.1.1.2.2. Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	59
3.1.1.2.3. Avaliação do Processo do Ensino e da Aprendizagem	60
3.1.1.2.4. Perfil do Egresso	61
3.1.1.2.5. Seleção de Conteúdos	61
3.1.1.2.6. Práticas Pedagógicas Inovadoras	63
3.1.1.2.7. Condições de Acesso	66
3.1.1.2.8. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	69
3.2. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural	70
3.3. Política de Inovação Social e tecnológica	73
3.4. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para Extensão	78
3.5. Políticas Institucionais de Ações de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Docente	85
3.6. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Acessibilidade e Educação Inclusiva	86
3.7. Políticas Institucionais para Internacionalização	95
3.7.1. Parceria Internacional	96
3.8. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	97
3.9. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para o Atendimento aos Discentes	100
3.9.1. Ações de Nivelamento	101
3.9.2. Estímulo à Permanência	103
3.9.3. Apoio Psicopedagógico - NAP	104
3.9.4. Participação nas Ligas acadêmicas - Centros Acadêmicos	107

3.9.5.	<i>Acessibilidade metodológica e instrumental</i>	107
3.9.6.	<i>Estágios não obrigatórios remunerados</i>	108
3.10.	Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos	108
3.11.	Política de Comunicação da IES com a Comunidade Externa e Interna	108
3.12.	Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)	112
3.13.	Política de Responsabilidade Social	113
3.14.	Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente	114
3.15.	Políticas de Pesquisa	114
4.	POLÍTICAS DE GESTÃO (EIXO 4)	118
4.1.	Políticas de pessoal	118
4.2.	Corpo Docente	118
4.2.1.	<i>Regime de trabalho Docente</i>	119
4.2.2.	<i>Critérios de Seleção e Contratação</i>	121
4.2.3.	<i>Titulação</i>	124
4.2.4.	<i>Experiência Profissional do Docente</i>	124
4.2.5.	<i>Experiência no Exercício da Docência Superior</i>	125
4.2.6.	<i>Políticas de Formação Continuada e Capacitação Docente</i>	125
4.2.7.	<i>Procedimentos para substituição eventual dos Docentes do Quadro</i>	126
4.2.8.	<i>Relação Disciplinas/Docente</i>	127
4.2.9.	<i>Núcleo Docente Estruturante – NDE</i>	128
4.2.10.	<i>Colegiado de Curso</i>	129
4.2.10.1.	<i>Atuação/ Funcionamento do Colegiado de Curso</i>	130
4.3.	Corpo Técnico-Administrativo	131
4.3.1.	<i>Plano de Cargos e Salários</i>	132
4.3.2.	<i>Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo</i>	133
4.3.3.	<i>Política de capacitação docente e formação continuada</i>	134
4.3.4.	<i>Política de capacitação docente e formação continuada para tutores</i>	135
4.3.5.	<i>Procedimentos para substituição</i>	136
4.3.6.	<i>Regime de trabalho</i>	136
4.3.7.	<i>Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo</i>	137
4.3.8.	<i>Metas</i>	138
4.3.9.	<i>Ações</i>	139
4.4.	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático	140
5.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	143
5.1.	Políticas e Diretrizes	143
5.1.1.	<i>Metas e Ações da Organização Administrativa</i>	144
5.2.	Organograma da Faculdade IBRAS	145
5.2.1.	<i>Estrutura organizacional da IES</i>	146
5.2.1.1.	<i>Órgãos Colegiados Superiores</i>	146
5.2.1.2.	<i>Órgãos de Apoio as Atividades Acadêmicos</i>	146
5.3.	Autonomia da IES em relação à Mantenedora	148
5.4.	Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas	148
6.	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	150
6.1.	Relação com o desenvolvimento institucional	150
6.2.	Participação da comunidade interna	150
6.3.	Aspectos Financeiros e Orçamentários	151
6.4.	Políticas de Sustentabilidade Financeira	151
6.5.	Mecanismos de definição do Orçamento da Instituição	152
6.6.	Políticas de Alocação de Recursos	152
6.6.1.	<i>Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão</i>	153
6.6.2.	<i>Capacitação de Pessoal</i>	154
6.6.3.	<i>Manutenção de Instalações e Equipamentos</i>	154
6.7.	Metas e Ações financeiras	154
6.8.	Estratégias de Gestão Econômico-Financeiras	155
7.	INFRAESTRUTURA FÍSICA	157
7.1.	Políticas para Infraestrutura	157
7.2.	Instalações Administrativas	159

7.3. Descrição de Infraestrutura	160
7.3.1. Recepção/Secretária	160
7.3.2. Salas de aula	161
7.3.3. Auditório	162
7.3.4. Salas de professores	163
7.3.5. Espaços para atendimento aos discentes	163
7.3.6. Espaços de convivência e de alimentação	164
7.3.7. Instalações Sanitárias	165
7.3.8. Laboratório de Informática, Recursos Multimídia e Recursos Tecnológicos	166
7.3.9. Infraestrutura tecnológica	166
7.3.10. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	169
7.3.11. Estrutura do polo SEDE	170
7.3.12. Biblioteca	170
7.3.12.1. Plano de atualização do acervo da biblioteca virtual	172
7.3.12.2. Atendimento e Horário de Funcionamento	174
7.3.12.3. Plano de Contingência da Infraestrutura Física	174
7.3.12.4. Política de Guarda e Manutenção do acervo acadêmico	175
7.4 Infraestrutura de execução e suporte	176
7.4.1. Plano de expansão e atualização de equipamentos	177
7.4.2. Recursos de tecnologias de informação e comunicação	177
7.5. Acessibilidade (de acordo com a LEI Nº 10.098/00 e a NBR 9.050/2004)	184
7.5.1. Plano de Acessibilidade	185
7.5.2. Política de Atendimento a alunos com necessidades especiais	186

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS é relativo ao credenciamento de EAD (2024 - 2028). Esse plano consolida um conjunto de informações que expressam identidade, organização, estrutura e gestão institucional; aponta para o papel que desempenha no cumprimento da missão e visão institucional, suas estratégias, seus pressupostos teóricos educacionais e diretrizes políticas. Bem como, a projeção das ações que deverão ser implementadas nos seus primeiros anos para aperfeiçoar e ampliar sua capacidade e potencialidade institucional.

A elaboração deste Plano atende exigência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e conjuga uma série de fatores: uma avaliação criteriosa da situação atual e do desempenho da instituição proponente, suas projeções quanto ao crescimento institucional, mormente no aspecto acadêmico e uma reflexão sobre as tendências e perspectivas da comunidade onde se insere, no nosso caso, o Município de Ponta Grossa, no Paraná.

O planejamento constitui, para o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, uma atividade de primordial importância por ser resultado da reflexão sobre o trabalho que se realiza, sobre o significado desse trabalho na sociedade que dele usufrui, principalmente no momento atual em que o país, assim como o resto do mundo, atravessa intensas transformações. Avaliar o contexto socioeconômico e avaliar-se como participante ativo desse contexto requer uma pedagogia crítica e um senso de busca de novas formas e atividades que contemplem as necessidades dessa sociedade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS contempla o quinquênio 2024 - 2028, período para o qual projetamos consolidar a implantação do curso de Gestão Pública na modalidade EAD.

O Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS apresenta-se no cenário nacional atual como um Instituto de Ensino Superior pronto para inovar a forma da oferta de cursos superiores EAD, utilizando de maneira clara e concisa as regulamentações do Ministério da Educação e os mais modernos avanços tecnológicos.

Ao longo destes últimos anos, é importante ressaltar, não apenas que a educação mudou, mas podemos dizer que a mudança ocorreu porque o mundo social mudou. A tecnologia veio impondo superações em várias esferas da vida moderna: na

produção, na economia, no entretenimento, na comunicação, no trabalho, e também na educação.

O Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS é uma IES que atuará na modalidade presencial e sua autoavaliação, suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, seu modelo administrativo e acadêmico e todas estas instâncias que definem os fundamentos e princípios da Instituição foram formuladas como projetos e práticas voltadas para a inovação e excelência.

No que compete a inserção municipal do Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS, a instituição está comprometida com o desenvolvimento local do município através da formação e qualificação de profissionais, norteadas pela excelência no ensino, que lhes possibilite intervir na realidade e de empreenderem programas e projetos alternativos que agreguem valor à sociedade, e auxiliem o Estado a responder a crise recente.

A educação superior a ser ofertada pelo Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS se compromete com a possibilidade de acesso profissional e de mobilidade social a inúmeras famílias. Nesse cenário, a graduação tem importante papel para modificar realidades nas diferentes áreas de atuação atendendo a demandas locais.

Esse documento consolida suas concepções à medida em que propõe o curso de Gestão Pública e seus decorrentes programas, projetos, pesquisas e ações, apresentando o rumo e percurso pretendidos, a fim de atender à demanda local, regional e nacional.

Esta proposta explicita os rumos e desafios almejados para os próximos cinco anos, balizados pela mantenedora e o corpo de dirigentes responsáveis pela instituição de ensino superior que, comprometendo-se, desde sua origem, com a qualidade do ensino e da aprendizagem, para a formação adequada e com os resultados esperados pelo mundo de trabalho.

Assim, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, é consciente da sua responsabilidade com o ser humano, alvo da formação proposta, e, como a Sociedade como um todo, que precisa de homens e mulheres que expressam sua essência humanizada enquanto cidadãos mais conscientes e de profissionais competentes.

Esse Plano de Desenvolvimento Institucional contempla os eixos temáticos essenciais propostos pelas Diretrizes do Ministério da Educação. Está estruturado em 5 grandes eixos:

- EIXO 1 – Planejamento e Avaliação Institucional;
- EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional;
- EIXO 3 – Políticas Acadêmicas;
- EIXO 4 – Políticas de Gestão;
- EIXO 5 – Infraestrutura.

IDENTIFICAÇÃO

- **Mantenedora:** IBRAS Pós-Graduação e Assessoria Educacional LTDA.

CNPJ: 09.454.288/0001-49.

Base Legal:

CEP: 84015-490.

Natureza: Pessoa jurídica de Direito Privado – Com fins lucrativos – Sociedade Civil.

Representante legal: Helena Maria Camargo Gomes de Santi.

Telefone: 42 – 3238 11 52

E-mail: ibras.adm@ibras.com.br

- **Mantida:** Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS (cód. 24979)

Endereço: Av. Antônio Rodrigues Teixeira Júnior, 907 - Jardim Carvalho, Ponta Grossa

- PR, 84015-490.

1. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - (EIXO 1)

1.1. Planejamento Estratégico da Avaliação Institucional

A filosofia educacional de uma Instituição de Educação Superior está refletida em sua missão e no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Por essa razão, a avaliação institucional interna se reveste de grande responsabilidade, constituindo-se em oportunidade para identificar sentidos, desejos e expectativas na expressão de membros da comunidade acadêmica e da sociedade que abriga essa IES.

Em conformidade com o proposto no Roteiro de Autoavaliação Institucional, publicado no âmbito do SINAES - Lei nº 10.861/04 -, em seu art. 3º, as dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional no Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS são:

- I. Missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. Responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. Comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

- IX. Políticas de atendimento aos estudantes; e
- X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A Instituição fará uma proposição de projeto de autoavaliação com base nas dimensões acima elencadas e alicerçada na concepção de que a autoavaliação é indutora de mudanças e ferramenta essencial no seu desenvolvimento.

Assim, o planejamento, a execução e a divulgação de resultados de uma autoavaliação devem refletir o dia a dia da Instituição. Trata-se da composição do avaliar com base nos processos e avaliar com base nos resultados.

É necessário verificar se os processos que conduzem ao cumprimento da missão e dos objetivos do PDI estão efetiva e adequadamente implantados, e se, são aceitos pelos diversos segmentos da comunidade acadêmica. Especialmente, é preciso perceber se docentes e demais trabalhadores de uma Instituição estão dispostos a trabalhar para que discentes se percebam como beneficiários principais do cumprimento dos propósitos da Instituição.

Depreende-se, então, que avaliação institucional passa por pesquisas de opinião e espaços para expressão pessoal, mas vai além. Para o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, a autoavaliação institucional significa momento de reflexão sobre a execução das ações propostas, conhecendo os motivos pelos quais as executam e justificando esses motivos.

Avaliar dessa forma não é simples, exige vigilância contínua e pressupõe utilizar mecanismos consagrados pelas ciências da educação e da gestão. Para a educação, avaliar significa aproveitar oportunidade importante de aprendizado. Para a gestão, avaliar é estabelecer bases para o planejamento estratégico. Portanto, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem um planejamento estratégico para implementar a Avaliação Institucional e o resultado dela alimentará o planejamento estratégico institucional.

Para executar o processo de autoavaliação institucional, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS instituirá a Comissão Própria de Avaliação - CPA, em conformidade com a legislação vigente. A CPA considerará a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais, no final de cada ciclo, elaborará relatório conclusivo, que será

socializado com toda comunidade acadêmica. Também monitorará a implementação dos planos de melhoria, dando ciência dos avanços aos segmentos pertinentes.

A CPA integra a estrutura do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS como parte do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES e terá atuação autônoma em relação ao conselho e órgão colegiado estando constituída de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, na forma de representação, não podendo sua composição privilegiar a maioria absoluta de qualquer deles.

Os membros da CPA terão mandatos de 2 (dois) anos, podendo seus integrantes serem reconduzidos. Ao coordenador, como executivo da CPA, caberá coordenar as atividades pertinentes ao colegiado no âmbito do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS assim como implementar as medidas e decisões dela emanadas.

A CPA terá por finalidade coordenar os processos internos de avaliação, processamento e divulgação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, representando a IES junto ao Ministério da Educação e no âmbito do SINAES.

A CPA é responsável pela estimulação do processo de autoavaliação, mas não é o único executor dos procedimentos. Coordenador de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado exercem papel destacado no processo.

Assim, processo de autoavaliação vai gerar indicadores internos de qualidade e em conformidade com as exigências do instrumento de avaliação institucional externa. Cabe à CPA sistematizar esse rol de fontes de informações que, compõem todos os indicadores considerados substanciais, para que a Instituição reflita sobre todos os aspectos que compõem as dez dimensões preconizadas pelo SINAES.

Esses indicadores, resultantes de muitos olhares, múltiplas dimensões, de caráter multisetorial serão insumos para um novo planejamento (estratégico institucional), que alimentará um ciclo virtuoso de aprendizado, crescimento e relevância institucional no contexto local, regional e nacional.

1.2. Projeto de Autoavaliação Institucional - Planejamento Estratégico

Como as instituições de Ensino Superior, por sua essência, têm por objetivo a prestação de serviços de qualidade à sociedade, buscando sempre a excelência,

sistematização e democratização do saber, é inevitável que se utilizem desse instrumento para atingir suas metas.

Nesse contexto, os princípios mais importantes da Autoavaliação Institucional que explicam a natureza deste processo, sua necessidade para o desenvolvimento institucional e razão de ser, são expressas pelos objetivos fundamentais de autorreferência, autoanálise e autodesenvolvimento (SUANNO, 2002).

De acordo com Sobrinho (2002) a capacidade de autoreferência dos problemas e da realidade institucional é um objetivo prioritário, pois todo processo de autoavaliação institucional tem de levar em consideração os indicadores internos e externos. Priorizando os indicadores internos que são relevantes para o desenvolvimento institucional.

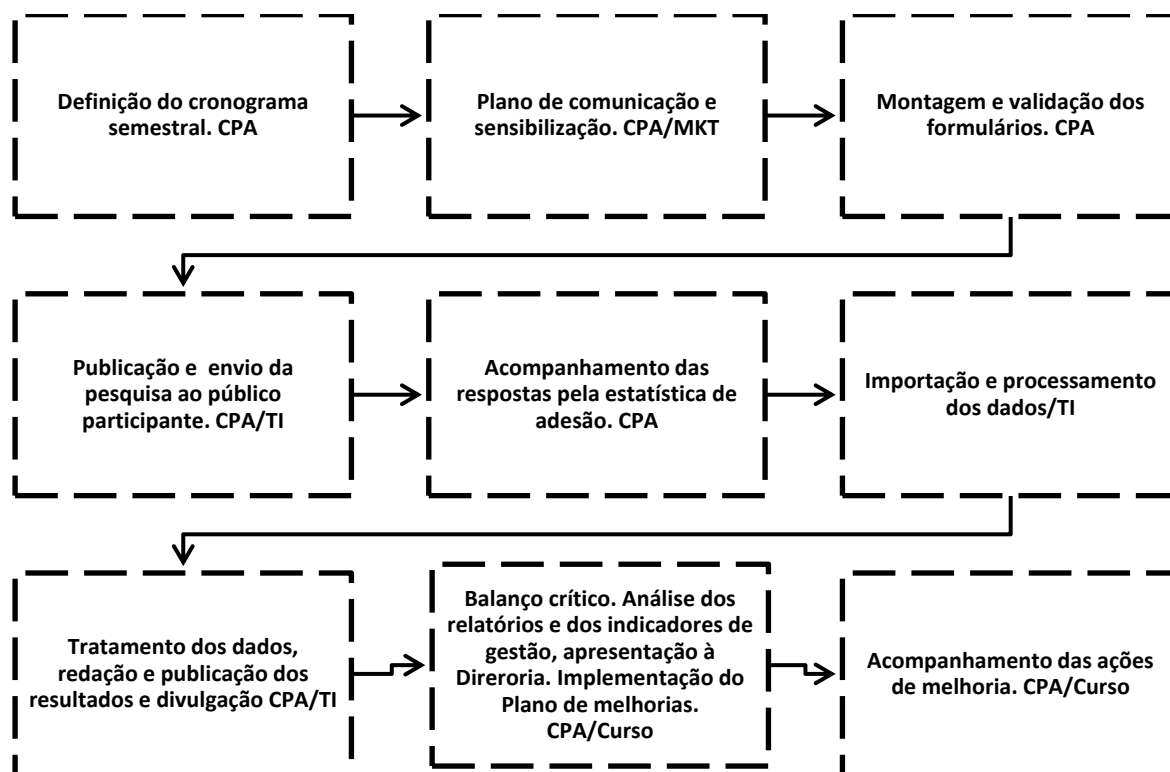
É fundamental em um processo de autoavaliação a participação efetiva da comunidade institucional, pois esta assegura a autoanálise: a instituição se pensa, repensa e viabiliza planos de ação que impliquem em mudança e desenvolvimento.

O autodesenvolvimento traz as diretrizes para mudanças que contribuem para o aperfeiçoamento, desenhando políticas, planejamentos, redimensionando recursos, acordos de cooperação interinstitucionais e outras ações que incrementam a qualidade acadêmica.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS determinou que as etapas do processo de Avaliação Institucional serão:

- **Organização do processo**

O percurso deste processo, aparece na figura abaixo de forma ilustrativa com as principais etapas, que em seguida, serão detalhadas para melhor entendimento. A saber:



- **Ênfase em algumas etapas dos processos:**

Sensibilização e Divulgação – Serão realizadas reuniões com a direção do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, com o coordenador de curso, com os responsáveis pelo setor de Comunicação e Marketing, com o objetivo de aprofundar o conhecimento quanto à importância do processo avaliativo a ser realizado na instituição e no que compreende a avaliação institucional.

Também serão realizadas palestras para professores e pessoal técnico-administrativo. Serão feitas reuniões com os alunos nas salas de aula, bem como publicações em mídia impressa e eletrônica, informando sobre o SINAES e suas implicações, tanto para a vida acadêmica quanto organizacional.

No âmbito da sensibilização e comunicação serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Divulgação da Avaliação Institucional para a comunidade através de canais estáticos e digitais. (Cartazes físicos, peças digitais);
- Divulgação da Avaliação por meio de banner na homepage da Instituição;
- Realização de reuniões com líderes de turma para divulgação do processo avaliativo e formação de multiplicadores da sensibilização;

- Envio de e-mails marketing para cada professor e técnico-administrativo anunciando o processo avaliativo;
- Reuniões da CPA com Gestores, Coordenador e com o corpo discente no período de aplicação das pesquisas, para incentivo à participação do processo avaliativo.

Levantamento dos Dados – os dados e informações serão coletados a partir da escolha, construção e aplicação de múltiplos instrumentos, contemplando o uso de questionários, entrevistas, observações, análise documental, levantamento de indicadores institucionais e outros adequados à avaliação das dimensões institucionais.

Análise dos Dados – a análise e interpretação dos dados coletados e das informações levantadas envolverão diversos procedimentos qualitativos e quantitativos (tabulação dos dados, codificação das respostas e cálculos estatísticos) que se alimentaram simultaneamente, descrevendo a situação atual da instituição.

Redação de Relatórios – serão elaborados relatórios parciais e final expressando o resultado do processo de análise, interpretação e discussão dos dados advindos da avaliação institucional, destinados à CONAES, à comunidade acadêmica e à sociedade.

Publicação dos Resultados – a divulgação dos resultados alcançados ocorrerá com apresentação pública de documentos informativos (impressos e eletrônicos), os quais proporcionarão oportunidades para que as ações concretas, oriundas dos resultados do processo avaliativo, tornarão públicas à comunidade acadêmica.

Discussão da apropriação dos Resultados – como continuidade do processo de autoavaliação, a discussão dos resultados alcançados será realizada em reuniões e seminários com a direção do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS e os diversos segmentos da comunidade acadêmica, com o objetivo de destacar e refletir sobre os aspectos positivos, negativos e peculiares dos resultados apresentados no relatório.

Balanco Crítico – ao final do processo de autoavaliação, a CPA realizará uma profunda análise visando à sua continuidade, considerando-se as estratégias utilizadas, as dificuldades e avanços apresentados, de forma a permitir o planejamento das próximas

ações.

A avaliação institucional será compreendida como um processo permanente, envolvendo toda a comunidade acadêmica. Em função disto, será premente que façamos o registro do momento institucional, onde todos os segmentos da comunidade acadêmica se encontrarão diante de grandes desafios.

Posto isto, será preciso reconhecer que a CPA possui importante papel, pois trará indicadores que consolidarão as decisões e ajudarão a melhorar as ofertas e os serviços educacionais e assim alcançar a missão institucional.

A avaliação institucional será um processo desenvolvido pela comunidade acadêmica do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS e ocorrerá com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos, haja vista os seguintes objetivos:

a) Objetivo geral: desenvolver e consolidar uma cultura de avaliação na Instituição, voltada para a melhoria do cumprimento de sua missão social.

b) Objetivos específicos:

1. Oferecer instrumentos para a autocrítica da instituição, favorecendo o compromisso coletivo com o cumprimento de sua missão;
2. Identificar a partir da análise das dimensões institucionais a serem avaliadas, a situação e a qualidade dos processos e das dimensões institucionais;
3. Garantir as propostas de ações, considerando os resultados da autoavaliação como instrumento de gestão;
4. Planejar e redirecionar as ações do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS a partir da avaliação institucional;
5. Informar aos órgãos normativos, à comunidade acadêmica e à sociedade, os resultados alcançados com a avaliação institucional;
6. Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
7. Realizar um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados para garantir o aperfeiçoamento do programa e a melhoria da qualidade da instituição como um todo;
8. Consolidar o compromisso científico-cultural e social da IES.

Cabe salientar que tal processo fundamentar-se-á no marco legal da avaliação e regulação da educação superior, o qual postulará os conceitos fundamentais, princípios e critérios a serem utilizadas no processo de avaliação.

Dessa forma, o projeto de autoavaliação institucional atenderá às necessidades institucionais, atuando como um instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa para melhoria institucional.

1.3. Autoavaliação institucional: Participação da comunidade acadêmica

A melhoria da qualidade na educação, em seus diferentes eixos/dimensões, tem sido objeto de diversos estudos, debates e produções acadêmicas, principalmente, a partir da promulgação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96, que enfatiza a questão da qualidade na educação.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem como princípio que a participação da Comunidade Acadêmica é um dos componentes essenciais na autoavaliação institucional.

Todos os sujeitos da autoavaliação são informados sobre ela e de seus objetivos, bem como conhecem os itens que constam nos instrumentos, e aos envolvidos é colocada a questão da responsabilidade diante do processo avaliativo e de sua contribuição para o crescimento institucional. Por isso também, a preocupação de levar até a Comunidade Acadêmica os resultados da autoavaliação é grande.

Em conformidade com suas atribuições, a CPA promoverá três tipos de avaliação que são direcionadas à comunidade acadêmica e administrativa. A Autoavaliação Institucional é destinada à comunidade **discente**, **docente** e aos **técnicos-administrativos**, e sua periodicidade é anual. A Avaliação Institucional e seus desdobramentos é uma forma do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS avaliar todo o relacionamento que tem com os segmentos envolvidos (docente, discente e técnico-administrativo).

Assim, a avaliação institucional no âmbito do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta, democrática e cooperativa.

1.4. Autoavaliação institucional: previsão de análise e divulgação dos resultados

Ao longo do primeiro período letivo do curso a CPA aplicará instrumentos de pesquisa envolvendo a comunidade acadêmica levantando dados que substanciarão e validarão as escolhas dos cursos em oferta, a sua vitalidade, a sua necessidade e a sua evolução diante do contexto externo. Portanto, em seu planejamento, há previsão de divulgação analítica dos resultados relativos à auto avaliação institucional e descrição da metodologia que possibilitará a apropriação por todos os segmentos da comunidade acadêmica.

A CPA também executará ações junto aos docentes, gestores e alunos no sentido de levantar a eficácia curricular, as garantias de acompanhamento e identidade com o perfil do profissional e cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

No que tange ao Ensino, por meio do relatório final, a CPA divulgará os resultados da avaliação de desempenho (docentes e discentes) realizados ao longo do período letivo, onde se observará o nível de aprovação, aprendizagem e ao consultar os discentes, levantará as metodologias e estratégias de ensino do Docente, assim como o cumprimento do seu Plano de Ensino e do PPC.

Para realização do relatório de Auto avaliação, a CPA realizará a coleta total dos dados dos fóruns, instrumentos eletrônicos e reuniões com a comunidade acadêmica e projetará sugestões à gestão acadêmica visando às melhorias na excelência do serviço educacional.

A divulgação dos resultados será efetuada por meio de: reuniões com a Direção, site da Instituto Brasil de Ensino Superior, documentos informativos impressos afixados nos murais e salas de aula, nas páginas eletrônicas dos professores e servirá para tornar públicas as oportunidades para ações de transformação vindas do processo avaliativo.

A metodologia, isto é, o conjunto de métodos empregado para percorrer o caminho na busca de conhecimentos possibilitou a coleta, análise e discussão dos resultados. Tendo em vista a flexibilidade e a liberdade preconizadas pela Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a avaliação institucional adotou uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa.

Os métodos adotados partirão do individual para o coletivo, o que favorecerá a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados. A metodologia proposta orientou todo o processo quanto às decisões, técnicas e métodos de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta.

A operacionalização do trabalho será realizada por meio da coleta de dados, utilizando questionários aplicados aos discentes em duas situações distintas. A primeira, durante os fóruns de cursos, em que o coordenador da CPA, ao se reunir com os representantes de turma, aplicará dinâmicas com o grupo. A segunda coleta será durante a semana de avaliação institucional quando o Programa Informatizado de Avaliação (PIAv) será habilitado e todos os discentes ao se conectarem na rede do IBRAS serão convidados a fazer sua avaliação.

Também serão coletados dados oriundos de questionários aplicados aos docentes e funcionários técnico-administrativos, cujos resultados farão parte do relatório final de avaliação. Ocorrerá, da mesma forma dos discentes, fóruns com dinâmicas para os docentes.

1.5. Metodologia: Detalhamento

A metodologia, isto é, o conjunto de métodos empregado para percorrer o caminho na busca de percepções e informações, possibilitará a coleta, análise e discussão dos resultados. Tendo em vista a flexibilidade e a liberdade preconizadas pela Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a avaliação institucional adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa.

Os métodos adotados partirão do individual para o coletivo, o que favorecerá a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados. A metodologia proposta orientará todo o processo quanto às decisões, técnicas e métodos de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta.

A operacionalização do trabalho será realizada por meio da coleta de dados, utilizando questionários aplicados aos discentes em duas situações distintas. A primeira, durante o fórum de curso, em que o coordenador da CPA, ao se reunir com os representantes de turma, aplicará dinâmicas com o grupo. A segunda coleta será durante a semana de avaliação institucional quando um programa informatizado de avaliação será habilitado e todos os atores que se conectarão na rede do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS terão disponibilizados à avaliação.

Também serão coletados dados oriundos de questionários aplicados aos docentes e funcionários técnico-administrativos, cujos resultados farão parte do relatório final de avaliação. Ocorrerá, da mesma forma dos discentes, fóruns com dinâmicas para os docentes e funcionários.

Abaixo serão detalhadas as ferramentas utilizadas para a avaliação das dimensões Institucionais:

1.5.1. Fóruns de Curso

Objetivos:

Criar um espaço para discussão e estabelecimento de ações que promovam:

- Um fluxo constante e saudável de informações entre alunos e destes com o a CPA;
- Verticalização sistêmica da relação aluno-instituição;
- Identificação de oportunidades de melhoria da qualidade do sistema ensino-aprendizagem;
- Identificação de necessidades e demandas dos alunos no que se refere, entre outros, à concepção de eventos acadêmicos, reforço em disciplinas específicas, recuperação de matérias e dependências, identificação de liderança, monitoria, atividades de pesquisa e extensão, adaptações de professores e alunos na disciplina e avaliações acadêmicas e administrativas periódicas;
- Estabelecimento de diálogo constante entre a CPA e alunos para um melhor entendimento das limitações e dos avanços possíveis.

Sistemática

- Eleição de um representante de turma;
- Reuniões entre Direção, CPA e representantes de acordo com o previsto no calendário acadêmico;
- Acolhimento, análise e discussão de questões gerais relacionadas à Avaliação Institucional;
- Preenchimento e análise progressiva e comparativa de questionários-padrão que contenha itens avaliativos sobre os alunos, professores, disciplinas e corpo diretivo;
- Avaliação dos representantes de turma;
- Respostas aos alunos sobre a análise realizada e as providências implementadas.

Os objetivos dos Fóruns de Cursos será captar o grau de satisfação dos alunos de forma localizada, permitindo a atuação imediata na solução dos problemas diários, além de ser um espaço para o constante aprimoramento do ambiente acadêmico. Entretanto, não capta o grau de satisfação global dos alunos nem dos Corpos Docente e Administrativo. Para obter o grau de satisfação global utilizar-se-á o Programa Informatizado de Avaliação.

1.5.2. Formulários eletrônicos

Os formulários de pesquisa são divididos por segmentos e destinados aos públicos participantes. A saber:

1. Alunos avaliam:

- A. Instituição
- B. Curso
- C. Professores atuantes na oferta letiva

2. Professores avaliam

- A. Instituição
- B. Turmas em que atuam na oferta letiva
- C. Coordenador de curso

3. Coordenador avalia

- A. Instituição
- B. Professores do curso

4. Técnicos-administrativos

- A. Instituição sobre três dimensões – Comunicação; Infraestrutura e RH.

Os participantes receberão todas as enquetes de pesquisa com as questões afirmativas. Para medir o nível de concordância e/ou discordância, será empregada uma escala do tipo *Likert* de (5,0) pontos.

CONCORDO TOTALMENTE – Peso (5,0); CONCORDO – Peso (4,0); NÃO SEI – Peso (3,0); DISCORDO – Peso (2,0); DISCORDO TOTALMENTE – Peso(1,0)

1.6. Cronograma

Com a finalidade de avaliar as dez dimensões propostas, no âmbito da comunidade acadêmica e utilizará as ferramentas propostas, a CPA realizará suas atividades acadêmicas seguindo um cronograma de trabalho conforme publicação no início do semestre letivo.

1.7. Constituição da CPA

A CPA tem representação paritária do corpo docente, discente, técnico-administrativo e da comunidade externa. Conforme o seu Regulamento Interno, a CPA tem a seguinte composição:

- a) Um coordenador que a preside;
- b) Um representante do corpo docente;
- c) Um representante do corpo discente;
- d) Um representante do corpo técnico-administrativo;
- e) Um representante da sociedade civil organizada.

Todos os representantes possuem um suplente.

1.7.1. Composição e atribuição dos membros da CPA

Na composição da CPA, os membros e suplentes representantes do corpo docente serão indicados pela Direção e, após instalação do curso, as novas composições serão indicadas pelo colegiado dos cursos e os do corpo técnico-administrativo pelas entidades representativas. A indicação dos representantes do corpo discente se dará pelo órgão de classe. Os representantes da sociedade civil são indicados pela Diretoria Geral.

1.7.2. Atribuições dos membros da CPA:

- **Coordenador**

-
- Estruturar o processo de auto avaliação de acordo com o SINAES;
- Convocar e coordenar reuniões ordinárias e extraordinárias da CPA;
- Supervisionar as ações relacionados com a auto avaliação;
- Realizar e coordenar reuniões com os representantes da comunidade
- Acadêmica para apresentação dos resultados da autoavaliação;
- Supervisionar o acompanhamento e a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Elaborar relatórios sobre os resultados da autoavaliação institucional para a comunidade acadêmica.

- **Presidente da CPA:**

- Estruturar o processo de autoavaliação de acordo com o SINAES;
- Convocar e coordenar reuniões ordinárias e extraordinárias da CPA;
- Supervisionar as ações relacionados com a autoavaliação;
- Realizar e coordenar reuniões com os representantes da comunidade acadêmica para apresentação dos resultados da autoavaliação;
- Supervisionar o acompanhamento e a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

- Elaborar relatórios sobre os resultados da autoavaliação institucional para a comunidade acadêmica.

- **Mantenedora:**
 - Avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição;
 - Acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
 - Participar da definição da metodologia para análise e interpretação dos dados coletados;
 - Cooperar para a elaboração e formatação dos relatórios;
 - Promover o diálogo da CPA com a mantenedora.

- **Direção:**
 - Avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição;
 - Acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
 - Participar da definição da metodologia para análise e interpretação dos dados coletados;
 - Cooperar para a elaboração e formatação dos relatórios;
 - Cooperar no diálogo da CPA com a direção da Mantida, sensibilizando a administração superior às práticas de avaliação e encaminhamento de propostas de ações de aprimoramento da IES.

- **Docente:**
 - Avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição;
 - Acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estabelecendo diálogos para sua revisão e reelaboração;
 - Definir a metodologia para análise e interpretação dos dados coletados;
 - Cooperar para a elaboração e formatação dos relatórios;

- Apresentar as demandas e as propostas do corpo docente;
 - Elaborar projetos de intervenção na comunidade acadêmica relacionados com a autoavaliação.
-
- **Discente:**
 - Subsidiar a comissão com informações e perspectivas do corpo discente;
 - Avaliação do processo ensino- aprendizagem;
 - Auxiliar na elaboração das atas de cada reunião;
 - Formular propostas para melhoria da qualidade dos serviços educacionais da instituição.
-
- **Técnico-administrativo:**
 - Subsidiar a CPA com dados e informações institucionais referentes às avaliações externas e internas;
 - Auxiliar na avaliação da gestão institucional;
 - Sensibilizar e mobilizar a comunidade acadêmica a participar ativamente no processo de autoavaliação;
 - Divulgar os resultados da autoavaliação para a comunidade interna da instituição;
 - Verificar as condições de infraestrutura para o desenvolvimento dos trabalhos da CPA;
 - Contribuir para o planejamento do processo de autoavaliação.
-
- **Sociedade Civil:**
 - Avaliação das ações e programas de Responsabilidade Social;
 - Divulgar os resultados da autoavaliação para a comunidade externa da instituição;
 - Definir a metodologia para análise e interpretação dos dados coletados;
 - Avaliação das ações comunitárias.

Alguns indicadores de gestão podem também ser apontados a partir dos relatórios de autoavaliação:

- ✓ Apresentar as políticas definidas pelos PPC a todos os professores, esclarecendo objetivos e metodologia;
- ✓ Avaliar como deve ser a interação do acadêmico com o PPC;
- ✓ Criar Núcleos que permitam aprofundar a informação sobre a importância do estágio supervisionado e dos programas de Iniciação Científica;
- ✓ Estimular a comunidade docente e discente a conhecer e participar de Programas e Projetos de Extensão;
- ✓ Discutir, com a coordenação de curso e a direção acadêmica as semelhanças e diferenças dos materiais didáticos adotados pelas diversas disciplinas do curso;
- ✓ Discutir entre as coordenações o papel dos docentes no processo de retenção e motivação do acadêmico;
- ✓ Reunir coordenador e direção acadêmica para considerar a comparação entre o índice de insatisfação apresentado pelos acadêmicos e a taxa de evasão dos cursos;
- ✓ Elaborar programa e ações de acompanhamento dos egressos;
- ✓ Desenvolver ações que visem aumentar a produtividade científica, artística e cultural do corpo docente e orientar na comprovação da produção acadêmico-científica do docente;
- ✓ Verificar o cumprimento e os resultados da adequação dos PPC às exigências legais quanto à educação étnico-racial, política de educação ambiental e educação em direitos humanos.

1.7.3. Sistema de avaliação do processo ensino e aprendizagem

A avaliação integra o processo de ensino-aprendizagem como um todo articulado, incidindo a prática de avaliação sobre o aproveitamento do estudante em relação ao seu percurso de aprendizagem nas seguintes áreas: pesquisa ligada ao ensino; exercícios; trabalhos práticos; seminários; provas escritas; estágios; atividades práticas e monografias em ambiente compatível com a oferta dos cursos do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS.

Tal sistema está normatizado pelo regimento interno da instituição, constituindo-

se em referencial de análise do rendimento do estudante, do desempenho da disciplina e do curso, possibilitando intervenção pedagógico-administrativa em diferentes níveis, tendo como horizonte a oferta de uma educação a distância com padrões de excelência.

Cada curso da Instituição, conforme especificidade de cada área, desenvolverá atividades próprias de avaliação, acompanhamento e reforço da aprendizagem, descritas nos Projetos Pedagógicos e conforme Diretrizes Curriculares de cada curso. Nesse sentido, os cursos do IBRAS obedecem a uma sistemática de avaliação criteriosa, através do acompanhamento permanente das atividades desenvolvidas pelos docentes, utilizando como instrumentos os planos de ensino, uma vez que educação a distância é eminentemente uma atividade pedagógica planejada e que a qualidade das atividades é que propicia a inclusão das diferentes formas de aprender.

No início de cada semestre, o corpo docente já terá apresentado e materializado no material didático e o Plano de Ensino, em que constam ementas, objetivos, conteúdo programático, cronograma, metodologia, sistema de avaliação e bibliografia da disciplina a ser ministrada.

A verificação do processo ensino-aprendizagem é realizada em cada disciplina, considerando os seguintes aspectos:

- Desenvolvimento das capacidades cognitivas e das habilidades específicas;
- Assimilação progressiva de conhecimento;
- Trabalho individual em atividades curriculares de estudo e de aplicação de conhecimento.

O IBRAS compreende que a atividade avaliativa nesse processo deve se revestir de cuidados que são próprios de suas particularidades, diferenciando, desse modo, da avaliação no ensino tradicional. Nesse sentido, o IBRAS considera fundamental levar-se em consideração fatores como avaliação em processo e contínua, uma avaliação que leve em conta a relação entre a ação e as realidades encontradas, que esteja atenta ao diagnóstico diário do estudante, que considere a capacidade de o aluno se apropriar de determinados conhecimentos em atividades de aprendizagem interativas, colaborativas e cooperativas que constituem a base reflexiva para o planejamento e controle do desempenho da aprendizagem.

As metodologias avaliativas dos cursos operam através de atividades avaliativas

distribuídas ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem, compostas por estratégias diversificadas de avaliação on-line e momentos presenciais de avaliação, de acordo com os Projetos Pedagógicos dos cursos, e diretrizes pertinentes às áreas.

A nota final do estudante leva em consideração todas as avaliações realizadas durante o semestre letivo. Cabe aos docentes e professores- tutores a atribuição de notas de avaliação e a responsabilidade do controle das atividades presenciais e on-line dos alunos, devendo o coordenador de curso supervisionar o controle dessa obrigação, intervindo em caso de omissão.

Será atribuída nota zero ao estudante que usar de meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração de trabalhos de verificação parciais, provas, ou qualquer outra atividade que resulte na avaliação de conhecimento por atribuições de notas, em prejuízo de aplicação de sanções previstas no regimento.

Além desses aspectos, a avaliação do discente procurará privilegiar uma metodologia de avaliação em que considere o “despertar” do estudante. Não deverá ser vista no sentido de “medir para desmotivar”, como cobrança, e sim, incentivar a criar uma cultura para a leitura, para as vivências práticas como visitas, palestras, seminários e outras metodologias de ensino, sobretudo mediada por tecnologias. Em sendo assim, a avaliação, de um modo geral, enfatiza o processo de aprendizagem, assumindo a ótica da investigação. Nesse sentido, a avaliação se desenvolverá de forma compartilhada, envolvendo os diferentes atores do processo formativo, com vistas a compreender o processo do conhecimento e seus desdobramentos na prática docente.

No processo de avaliação as atividades desenvolvidas pelos alunos serão acompanhadas e avaliadas de modo contínuo pelos professores. Estes manterão constante interação com a coordenação visando à troca de informações, à apreciação conjunta das dificuldades e à busca de soluções, relacionadas às dificuldades de cada componente curricular.

O processo avaliativo comportará, portanto, diferentes procedimentos como auto avaliação, trabalhos em grupo e individuais, apresentações orais, frequência, envolvimento e participação nas diferentes atividades curriculares propostas, avaliações escritas, e elaboração de trabalho de conclusão de curso.

Caberá aos professores a avaliação dos alunos utilizando as seguintes notas ou conceitos:

- I - Notas de 9,0 a 10,0 (Conceito A);
- II - Notas de 7,0 a 8,9 (Conceito B);
- III - Notas de 6,0 a 6,9 (Conceito C);
- V - Notas de 0,0 a 5,9 (Conceito D).

A nota 7,0 (sete) ou conceito final B é o mínimo exigido para aprovação em qualquer atividade curricular. Será conferido o certificado de conclusão ou diploma de acordo com o curso ou programa ao qual o aluno estiver matriculado quando:

- Obter aprovação em todas as atividades curriculares.
- Obter a frequência mínima exigida nas atividades curriculares, que é de 75% (setenta e cinco por cento), com exceção do programa da RIS que é de 85 % nas atividades teóricas e teórico-práticas e de 100% nas atividades práticas, conforme Resolução nº 5 do CNRMS de 7 de novembro de 2014.

2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (EIXO 2)

Neste eixo abordaremos a Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, além da Responsabilidade Social da Instituição. Para tanto, traçaremos um breve histórico da IES.

2.1. Da Mantenedora e da Mantida

2.1.1. Mantenedora

A mantenedora IBRAS PÓS-GRADUAÇÃO E ASSESSORIA EDUCACIONAL – LTDA, objetiva criar uma Instituição de Ensino Superior (IES) que foque no desenvolvimento do indivíduo como um todo, preparando-o para os novos desafios do mundo, tornando-o apto a contribuir na produção, sistematização e disseminação de conhecimento, cultura, e para o desenvolvimento social. Para isso concentra esforços para o credenciamento do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS.

A mantenedora nasce do anseio de fomentar instituições de ensino que foquem no desenvolvimento do indivíduo como um todo, preparando-os para os novos desafios do mundo, tornando-os aptos a contribuir na produção, gestão, sistematização e disseminação de conhecimento e cultura, e para o desenvolvimento social.

Em função dessa concepção, concentra esforços para contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético, a capacidade de julgar e agir corretamente e para formar cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna. Para isso solicita o credenciamento do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS.

2.1.2. Mantida

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS é uma instituição privada de ensino superior, que nasce vocacionada a contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente, bem como, formar cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS no que compete a inserção regional, está comprometida com o desenvolvimento local do município através da formação e qualificação de profissionais, norteadas pela excelência no ensino, que lhes possibilite intervir na realidade e de empreenderem programas e projetos alternativos que agreguem valor à sociedade e auxiliem o Estado a responder as demandas atuais.

A educação superior que se ofertará nasce comprometida com a possibilidade de acesso profissional e de mobilidade social, com trabalhos de extensão que serão realizados com a comunidade acadêmica. Nesse cenário, a graduação tem importante papel para modificar realidades nas diferentes áreas de atuação atendendo as necessidades locais regionais.

Assim, os impactos sociais, econômicos, culturais, educacionais e ambientais da região impõem o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS na busca permanente pela inovação tecnológica, sendo compromisso assumido para intervenção e investigação suas temáticas, dispostos como objeto de diagnóstico, proposição e desenvolvimento.

2.1.2.1. Breve histórico da IES

Cientes e preocupados com o fato de que o mercado de tecnologia no Brasil é marcado pela expressiva oferta de vagas sem o correspondente atendimento em termos de mão de obra qualificada, um grupo de educadores, profissionais de tecnologia educacional e empreendedores, com significativa experiência anterior no campo da educação, em especial em nível superior, entenderam que havia um espaço especial para contribuição nessa área.

Dessa forma, nasceu a proposta do curso de graduação tecnológica em Gestão Pública do Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS. Com o desafio de apresentar uma proposta de formação que atenda as expectativas e necessidades da região.

Assumindo o compromisso de conjugar qualidade nas suas propostas de formação, o IBRAS ofertará o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, atendendo a legislação vigente e tendo como base a experiência de formação no contexto da saúde.

Para tornar ainda mais exequíveis as metas educacionais acima, o IBRAS promoverá atividades em estreita parceria com empresas inovadoras, fundamentais para contribuir na definição das habilidades e competências que um profissional precisa para

ter uma carreira de sucesso em tecnologia no campo da Saúde.

O Instituto Brasil de Pós-Graduação nasceu em 2008 e está presente em mais de 10 (dez) estados, com predominância nas regiões norte e nordeste do país. Com pouco mais de uma década de existência, contribuiu para a formação de mais de 5000 alunos e auxilia no desenvolvimento profissional 1000 alunos que estão por concluir seus cursos.

O IBRAS apresenta a proposta de oferta de curso superior tendo como nascente a experiência de formação por meio da administração logística e financeira de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e de cursos de pequena duração. Ao longo do tempo o IBRAS foi se destacando na área de Pós-Graduação Lato Sensu, tendo iniciado a implantação e gerenciamento do primeiro curso em 2008.

Desde seu início, o IBRAS optou pela capacitação de profissionais farmacêuticos para o mercado de trabalho. Numa visão futurística, o Instituto passou a administrar a logística e o financeiro de cursos para formar farmacêuticos para a atuação na área clínica já no ano de 2008, uma vez que a Resolução que definiu as atribuições clínicas do farmacêutico só foi estabelecida em 2013. Tal iniciativa veio da vivência do mercado, que mostrava a necessidade de atuação do farmacêutico para além da simples dispensação do medicamento, voltando para o acompanhamento farmacoterapêutico dos pacientes visando o uso seguro dos medicamentos, a exemplo dos países europeus e alguns estados dos EUA.

Os primeiros cursos ocorreram em estados do Norte e Nordeste, principalmente em Roraima, onde o Instituto foi convidado a gerenciar a logística dos cursos de pós-graduação Lato Sensu da Faculdade Cathedral, que até então não havia promovido tais cursos em seu estado de origem. O IBRAS firmou então uma parceria, dentro do previsto na Resolução CNE nº01 de 2005, onde toda a responsabilidade da área pedagógica permaneceria com a Faculdade Cathedral, e, portanto, passou a se ocupar da organização dos cursos, cuidando de sua administração logística e financeira. Neste período, foram realizados cursos para profissionais de saúde na área da Saúde da Família; Fisioterapia; Farmacologia Clínica; Análises Clínicas, Citologia Clínica e Microbiologia Clínica, todos na cidade de Boa Vista, sede da Faculdade Cathedral.

A partir dessa experiência, o IBRAS expandiu a parceria e passou a administrar a logística e as finanças dos cursos de pós-graduação para a Faculdade Cathedral em quase todo o país.

A área de estudos farmacêuticas tem sido o principal foco de atuação do IBRAS, tendo em vista, a grande necessidade de formação, bem como, a capacidade de atuação nessa área pelos integrantes da empresa.

Tendo como seu público os profissionais da área da saúde, considerados como aqueles agentes envolvidos na condução das organizações e na gestão de políticas públicas para o enfrentamento dos desafios postos para a saúde pública de um modo geral, como foco na qualificação de profissionais para assumir papel na área técnico-assistencial através de um relação de vínculo e responsabilidade com o paciente, tornando-se assim multiplicador de novos conhecimentos e abordagens em razão de sua posição no mercado de trabalho, promovendo ambientes favoráveis à inovação.

O IBRAS se distingue em sua finalidade dos demais centros acadêmicos tradicionais por aliar a vocação para a ação prática e a transformação de setores ligados aos profissionais da saúde à promoção de conhecimento teórico e de pesquisa. No mesmo sentido, possui papel diferenciado das demais instituições dessa natureza, não só do ponto de vista de suas atividades de ensino - gestão de políticas públicas em sentido amplo para a saúde pública -, mas também por atender os profissionais provenientes de todas as áreas do mercado.

Com o passar dos anos e novas Resoluções na área da Pós-Graduação Lato Sensu, o IBRAS foi se especializando cada vez mais na área administrativa e logística dos cursos de especialização, e a Faculdade Cathedral pela área pedagógica e de avaliação das metodologias de ensino utilizadas.

O IBRAS acredita que a profissionalização e a instrumentalização dos quadros são fundamentais para a melhoria dos profissionais da saúde, pois se constituem de estratégia para garantir a mobilização das competências, a inovação e a construção de um corpo funcional não apenas comprometido com a eficiência técnica. A constante formação continuada aprimora o profissional de saúde, que aprende o significado da teoria na prática a partir do mundo do trabalho.

2.1.2.2. Descrição da mantida

A Instituição propõe-se, de forma estrutural, pedagógica, tecnológica, de gestão e de responsabilidade, a atuar com seu agente principal, o estudante, e com toda a sua comunidade social (acadêmica e externa), diante de princípios norteadores e formadores

como, inovação, responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável local e global, no “desenvolvimento do empreendedor”, o que garantirá sua entrada responsável no mercado de trabalho.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS no que compete a inserção regional, está comprometida com o desenvolvimento local do município através da formação e qualificação de profissionais, norteadas pela excelência no ensino, que lhes possibilite intervir na realidade e de empreenderem programas e projetos alternativos que agreguem valor à sociedade e respondam as demandas atuais.

Essa perspectiva pretende gerar a criação de startups, “incubadas” pela Instituição que as subsidiará a partir das possibilidades de inovação, diante da construção dos conceitos e desenvolvimento de tecnologias de seu curso.

A expansão das ações do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS demandará ainda a adequação da infraestrutura aos padrões de excelência de qualidade determinados neste PDI. Este investimento será feito de modo a garantir as bases da qualidade dos cursos ofertados pretendidos pela IES com núcleos acadêmicos, tecnológicos e administrativos sólidos.

No Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS todos os processos de gestão da IES, de sua autoavaliação, às suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, seu modelo administrativo e acadêmico; todas estas instâncias que definem os fundamentos e princípios da Instituição foram formuladas desde a criação da IES como projetos e práticas voltadas para uma educação inovadora e de qualidade.

Quanto à oferta de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, o IBRAS oferecerá cursos de especialização na área de seu curso e em suas mais diversificadas especialidades, sempre dentro dos perfis e inserções regionais.

2.1.3. Da Inserção Regional e abrangência geográfica

A inserção municipal do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, está comprometida com o desenvolvimento local do município, através da formação e qualificação de profissionais norteadas pela excelência no ensino, que lhes possibilite intervir na realidade e de empreenderem programas e projetos alternativos que agreguem valor à sociedade e auxiliem o Estado a responder a crise recente. Evidencia-se neste cenário, a necessidade vital da instituição apoiar a comunidade local com

projetos de startups, fazendo jus aos pilares da responsabilidade social ancorados no empreendedorismo social. (IBGE, 2021)

Em um cenário de recuperação em que a educação superior tem um papel fundamental, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS se compromete por meio da oferta de seus cursos, com a possibilidade de acesso profissional e de mobilidade social. Nesse cenário, a graduação tem importante papel para modificar realidades nas diferentes áreas de atuação (cursos de graduação tecnológica, pós-graduação e cursos livres) atendendo a demandas locais. (IBGE, 2021)

No que compete a inserção regional da IES, convém primeiramente falar que a economia de Ponta Grossa está baseada na agricultura, na indústria, no comércio e prestação de serviços. O setor econômico teve três grandes impulsos durante o século XX. O primeiro em meados de 1900, com a instalação da ferrovia, o segundo na década de 1970, com a instalação de grandes indústrias da área alimentícia e moageira, e o terceiro na segunda metade da década de 1990, com a instalação de grandes empresas nacionais do setor logístico e produção, além de investimentos de grandes redes do setor de serviços. (IBGE, 2021)

O município está próximo de São Paulo e Curitiba, além de ser ponto de passagem para a exportação de produtos pelo Porto de Paranaguá e pelo Corredor do Mercosul, rodovia que liga o Sudeste do Brasil aos países do Mercosul. É o quarto exportador paranaense e a décimo do Sul, em especial, para o Japão e a Europa. (IBGE, 2021)

Ponta Grossa têm 84 escolas municipais de Ensino Fundamental, de primeira à quinta série. Para os quatro anos restantes são 49 colégios estaduais, que também ofertam as três séries do Ensino Médio. Os maiores instituições públicas são a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas, com cursos técnicos, localizado junto à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que administra a instituição; Colégio Estadual Presidente Kennedy; Instituto de Educação Professor César Pietro Martinez; Colégio Estadual Regente Feijó; Colégio Estadual General Osório; Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá; Escola Prof^a Maria Izabel Vieira; Centro Estadual de Educação Profissional de Ponta Grossa. (IBGE, 2021)

Para a educação infantil, são 33 centros municipais de Educação Infantil (CMEIs) e outros dezoito centros de educação infantil comunitários (CEIs), conveniados ao Poder

Público. (IBGE, 2021)

Ponta Grossa obteve uma posição destacada na avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2009. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (campus Ponta Grossa) foi avaliada entre as melhores do estado e a mais bem colocada em Ponta Grossa (657,23 pontos). Resultados de nível igualmente elevado foram obtidos pelo Colégio SEPAM (611,77 pontos), pelo Colégio Néo Master (606,25 pontos), pelo Colégio Marista (592,89 pontos), pelo Colégio São José (578,90 pontos) e pelo Colégio São Francisco (575,63). (IBGE, 2021)

A rede de ensino privada da cidade atua no Ensino Infantil, Fundamental e Médio. O Colégio Sant'Ana conta com duas sedes centrais, faculdade, complexo esportivo e campestre, além de uma creche que atende crianças carentes na vila Clóris. O Colégio Sagrada Família conta com três sedes, faculdade e um prédio de preparação para vestibulares. O Grupo Marista possui duas unidades na cidade: o Colégio Marista Pio XII, com Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e o Centro Educacional Marista Santa Mônica, que atende por meio de bolsas sociais integrais oferecendo Ensino Fundamental e Médio. Grupo Master é formado pelos colégios Néo Master, Pró Master e Master Girassol e Sociedade Educacional Professor Altair Mongruel possui o Colégio Sepam e Sepam Vestibulares. Conta também com o Colégio Sagrado Coração de Jesus da rede de colégios CIESC, tradicional na região sul do Brasil, com o Colégio São Francisco, Escola Santa Teresinha, Colégio Integração, Escola Desafio, Escola Arco-íris, Escola Gênese e Thales de Miletto. (IBGE, 2021)

A cidade conta com duas instituições públicas e sete instituições privadas de ensino superior, que atraem alunos de graduação e pós-graduação de diversas regiões, sobretudo do sul do país. (IBGE, 2021)

Conforme sistema e-MEC, município conta com 38 IES, sendo 20 com oferta de cursos no campo dos cursos tecnológicos, conforme quadro a seguir:

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE - UNIANDRADE
CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE - UNIFCV
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR -
CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST - UNIFACVEST
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVIP WYDEN - UNIFAVIP WYDEN
UNINTER EDUCACIONAL S/A
OPET ORGANIZACAO PARANAENSE DE ENSINO TECNICO LTDA
CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA AMÉLIA - SECAL
CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA

SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC
SOCIEDADE TECNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A
UNIVERSIDADE BRASIL
UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL - UNICSUL
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - UNESA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG
UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR
UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR -
UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS

FONTE: E-MEC, 2020

Deste modo, observa-se que a região é um polo educacional, com oferta de cursos de ensino superior. O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS busca integrar-se a este polo educacional para atividades de mobilidade acadêmica entre seus professores e alunos. Bem como para a realização de projetos articulados entre as IES do município.

2.1.4. Da Missão, Valores, Objetivos e Metas

O IBRAS por meio indissociável do ensino, iniciação científica e extensão, conforme disposto no seu Regimento Geral, tem por princípios o cumprimento dos valores éticos e que presidem a instituição (responsabilidade, respeito, compromisso, participação); a formação crítica e qualidade acadêmica (Indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão); o compromisso Institucional, a interação e articulação com a sociedade, a inovação acadêmica e administrativa e a sustentabilidade das ações e responsabilidade social e uma gestão colegiada e transparente.

A IES tem como visão ser reconhecida como referência na modalidade de educação a distância, tendo em vista seu caráter inovador, suas práticas de governança acadêmica e de flexibilização da organização curricular.

Os objetivos e as metas da IES representam a condição ou as condições futuras imaginadas para a implementação da missão, por meio da ação organizada pela comunidade acadêmica.

As metas têm um duplo significado: o primeiro é o de quantificar os objetivos, adicionando a informação da noção temporal (o prazo) para que este se efetive e o segundo, as etapas rumo à consecução de um objetivo. Estão expressos claramente no

PDI a missão e visão do IBRAS, assim como as metas e valores institucionais.

O IBRAS tem por missão aplicar continuamente metodologias e tecnologias digitais de informação e comunicação inovadoras a serviço do desenvolvimento humano, por meio da educação ética e estética com foco na empregabilidade e no atendimento ágil e flexível do mundo do trabalho.

A modelagem inovadora do EAD do IBRAS garante a qualidade e indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão, articulada às necessidades e impactos regionais, além de estimular a iniciação científica em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional, promover a extensão como fundamento do desenvolvimento curricular e de contribuição para o desenvolvimento regional e a melhoria das condições sociais; ampliar as relações com a sociedade, no sentido de contribuir com o desenvolvimento regional sustentável, responsabilidade social e mobilidade acadêmica; cooperar com a minimização dos impactos ambientais no município e na sua região de influência, além de contribuir para a qualidade da saúde pública no município, e na sua região de influência, por meio, inclusive da disseminação de conhecimento técnico-científico obtido através da produção acadêmica e docente institucional.

Em relação aos princípios, o IBRAS visa a oferta de uma educação que deve ser perseguir a excelência profissional, sendo apresentada por seis eixos transversais que acompanham todo o seu fazer educativo.

As inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino ampliam as margens de definição de modalidades institucionais, e as TIC colaboram para resgatar a integralidade da realidade ao favorecer a sua desconstrução de forma flexível e sob diferentes abordagens.

Em relação à flexibilidade, as instituições de ensino contemporâneas enfrentam o enorme desafio de pautarem seus processos administrativos, acadêmicos e pedagógicos em modelos que se afastem do mecanicismo e do estruturalismo rígido de processos e procedimentos, de modo que sejam capazes de se apresentarem à sociedade através de práticas e estratégias que tenham por base concepções dinâmicas, em rede, híbridas e flexíveis. Procedimentos flexíveis e em rede favorecem a escolha do caminho percorrido pelo sujeito, e estimulam assim a autoria, a autonomia e a inovação no campo do conhecimento. A flexibilidade acadêmica de uma IES evidencia-se nos currículos dos cursos, em seus processos de gestão, suas estratégias de expansão e

inovação, e seus projetos de desenvolvimento; flexibilizar corresponde aqui no IBRAS, à possibilidade de adaptação e de inovação constante ao mundo contemporâneo.

OPÇÕES ESTRATÉGICAS	DIRETRIZES
CRESCIMENTO	Que sejam desenvolvidas ações e políticas com a finalidade de captar e fidelizar alunos.
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS	Que os processos sejam padronizados, organizados, gerenciados e aprimorados.
DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	Que os colaboradores sejam treinados, orientados, acompanhados e supervisionados para que tenham condições de identificar as melhorias necessárias para aprimoramento do seu desempenho profissional e dos processos acadêmicos e administrativos.
EXCELÊNCIA ACADÊMICA	Que o planejamento institucional e os Procedimentos acadêmicos promovam a excelência acadêmica por meio de metodologias eficazes e inovadoras, voltadas para aprendizagem ativa e significativa.
EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CLIENTE	Que o atendimento seja eficiente e eficaz no sentido de deliberar de forma adequada, rápida e coerente em todas as situações.

Ainda, como suporte para a implementação das metas e políticas propostas, as ações deverão ser direcionadas pelo mapa estratégico do IBRAS), que prevê os seguintes objetivos estratégicos:

MAPA ESTRATÉGICO		
<p>O IBRAS busca excelência educacional, visa ter gestão merecer reconhecimento da sociedade pelo compromisso com a qualidade do ensino e da aprendizagem em todos os níveis de sua atuação, tornando-se objeto de desejo para os estudantes, de parceria na educação para as famílias e de excelência na prestação de serviço pela competência dos profissionais egressos de suas instituições.</p>	<p>FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir perenidade IES, mantendo a lucratividade na operação das unidades educacionais; 2. Precificar mensalidades compatíveis com a qualidade do serviço prestado que contribuam com a fidelização e captação de alunos; 3. Criar e manter uma política de gestão de gastos adequada à qualidade dos serviços prestados pelas unidades educacionais; 4. Reduzir e gerenciar com eficiência a inadimplência e os descontos.
	<p>CLIENTES E MERCADOS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a captação e retenção de alunos por meio de estratégias de marketing diferenciadas; 2. Fortalecer a imagem e a comunicação institucional (externa e interna) através da estruturação de um departamento de marketing; 3. Fortalecer o relacionamento da instituição com a sociedade e o mercado de trabalho; 4. Expandir o ensino superior a partir de ofertas de novos cursos de Graduação, Extensão e Pós-Graduação; 5. Expandir o ensino superior presencial em outras localidades do Estado do Paraná e outros estados;
	<p>PROCESSOS INTERNOS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar e consolidar a qualidade de ensino tendo como referência os indicadores oficiais; 2. Ampliar e modernizar a infraestrutura das unidades educacionais;

		<ol style="list-style-type: none"> 3. Oportunizar o autoatendimento nas operações e serviços; 4. Ampliar a cultura da inovação, do empreendedorismo e respeito à diversidade; 5. Consolidar a extensão, a pesquisa e a Pós-Graduação como pilares da Instituição; 6. Desenvolver e aperfeiçoar o Sistema de Gestão Acadêmica. (SGA); 7. Melhorar o processo de controle de frequência dos colaboradores; 8. Consolidar a padronização e formalização dos processos internos por meio da manualização.
	<p>APRENDIZADO E CRESCIMENTO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar a qualificação e capacitação de professores e colaboradores; 2. Qualificar as relações interpessoais criando um bom clima e ambiente de trabalho nas unidades educacionais; 3. Atualizar ambientes de aprendizagem e os sistemas de informação e comunicação.

A visão da IES permeia todas as políticas de ensino, pesquisa e extensão para ser uma instituição de ensino inovadora, referência na produção e disseminação do conhecimento, capaz de preparar cidadãos para o trabalho e para a vida, organiza a composição e o desenvolvimento do currículo por competência, entendido como toda e qualquer experiência educacional, de maneira que possa ser refletida em todos os aspectos de atuação.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem como visão ser reconhecido como referência educacional tendo em vista seu caráter inovador, suas práticas de governança acadêmica e de flexibilização da organização curricular.

Em relação aos princípios do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, visa a oferta de uma educação que deve perseguir a excelência profissional, sendo apresentada por três eixos transversais que acompanham todo o seu fazer educativo.

O primeiro eixo é a **Sustentabilidade**, cujo tema originou-se na economia (“desenvolvimento sustentável”) e na ecologia, para se inserir definitivamente no campo

da educação, sintetizada no lema “uma educação sustentável para a sobrevivência do planeta”. Nesse movimento estão presentes inúmeros segmentos da sociedade civil, de organismos governamentais e do setor produtivo. Entre esses atores, estão às instituições de educação superior, colaboradoras importantes por meio do ensino, pesquisa e extensão, da construção de um conhecimento compatível com a sustentabilidade do desenvolvimento, bem como com a equidade, o equilíbrio e a conservação do planeta e da humanidade.

O segundo eixo é a **Cidadania**, que também trata do tema da autonomia da escola, de seu projeto político-pedagógico, da questão da participação e da educação para a cidadania. Dentro dessa categoria, pode-se discutir particularmente o significado da concepção de escola cidadã e de suas diferentes práticas. Educar para a cidadania ativa tornou-se hoje projeto e programa de muitas instituições e de sistemas educacionais.

O terceiro eixo é a **Virtualidade**, que implica toda a discussão atual sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação em processos educacionais, acadêmicos, administrativos e de formação profissional. No IBRAS a dimensão da virtualidade produzida pelas TICs é entendida como um prolongamento do real que traz consigo o resgate e novas modalidades da cognição humana, das formas de organização institucional, das formas de construção de conhecimento, dos horizontes da pesquisa e seus métodos e, deste modo, revolucionam inteiramente o fazer acadêmico das instituições de ensino no Brasil e no mundo.

2.2. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

A educação e a formação do indivíduo devem privilegiar a organização dos tempos, espaços, saberes, das experiências de socialização, trabalho e forma respeitosa com as temporalidades dos sujeitos. Nessa mesma direção, o art. 2º da Lei 9.394/96, define como finalidade da educação “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Na mesma Lei, encontram-se no artigo 43, as finalidades da Educação Superior, que oferecem amplo suporte aos encaminhamentos pedagógicos institucionais.

Percebe-se por meio da fundamentação legal que sustenta as finalidades do

ensino superior que nenhuma das dimensões constitutivas do indivíduo deve ser minimizada. Ter o acadêmico como centro do processo educativo é reconhecer que para ele os conteúdos devem ser organizados e ele, com vivências, saberes e valores, representa o ponto de partida de qualquer planejamento e organização.

Essa perspectiva pressupõe, também, a conveniência de se assegurar ao acadêmico o tempo necessário do processo de aprendizagem, respeitando os ritmos de seu desenvolvimento. Na fase de vida adulta, o indivíduo já formou sua personalidade e identidade; possui repertório de conhecimentos e experiências adquiridas durante a história de sua vida.

Além de aplicar os princípios expostos, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS atende à Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003; à Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008; à Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999; à Lei nº 10.436 e ao Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005; à Resolução 1 de nº 30 de maio de 2012 e ao Parecer CNE/ CP nº 08/2012.

Em relação à Lei nº 10.436/2002 e ao Decreto nº 5.626/2005, o IBRAS atenderá tal exigência fazendo a inserção curricular de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina optativa nos seus cursos.

2.2.1. Metodologias Ativas

O processo de ensino-aprendizagem desenvolvido no Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS é baseado em uma aprendizagem significativa, problematizadora e colaborativa. O processo metodológico é integrador por ser ofertado em uma visão multidisciplinar e ativo por se utilizar de metodologias que favorecem a participação constante, autônoma, pesquisadora do estudante.

Destaca-se a Metodologia Ativa, na qual o aluno efetiva sua aprendizagem por meio da construção contínua do seu conhecimento. A passagem de um estado de desenvolvimento para o seguinte é, desta forma, sempre caracterizada por formações de novas estruturas que não existiam anteriormente no indivíduo – aprendizagem significativa.

Assim, o conhecimento humano se apresenta essencialmente ativo, uma vez que nos grupos os discentes assumem a responsabilidade dos trabalhos propostos em sala de aula. O aprendiz já se adequa a um novo padrão de relação colaborativo, de atual

conformidade com o contexto social e de mercado profissional. Desta forma, viabiliza, também, a participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, mobilidade reduzida e/ou necessidades educacionais.

As Metodologias Ativas permitem a utilização de diferentes métodos de problematização. Em síntese, elas caminham por etapas distintas, encadeadas por problemas detectados na realidade, com o propósito de preparar o acadêmico no sentido da conscientização de seu papel no mundo. A escolha do problema é pautada na autenticidade, propósitos definidos, interesse geral, desde que proporcione fácil navegação pela rede de saberes, com a consciência de que cada nó representa um dos conteúdos disciplinares, valorizando a existência da multidisciplinaridade e do trabalho em equipe – aprendizagem colaborativa.

Desta forma, os cursos propostos pelo Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS preveem o uso de metodologias ativas em todos os cenários e atividades que permitem tornar o acadêmico um ser ativo no seu processo de aprendizagem. Essas metodologias são embasadas em diversos autores como Paulo Freire (2006), que percebe o aprendizado com foco no respeito à autonomia e à dignidade de cada sujeito, Coll (2000) e Roger (1986) que defendem a aprendizagem significativa, Demo (2004) que vê o discente como um pesquisador; o professor como educador que precisa além de cuidar da aprendizagem do aluno cuidar da formação crítica e criativa de um cidadão e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que visa o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo atual (nacional e regional) e a prestação de serviço especializado.

Cabe salientar que os professores não se omitem no processo, afinal, eles serão os catalisadores dos saberes abordados e a eles cabe finalizar as ideias, corrigi-las e ampliá-las de forma segura e precisa, desenvolvendo em seus discípulos o desejo vigoroso de mais saber, de domínio e aplicação com excelência, com a certeza da utilização dos saberes adquiridos em suas vidas profissionais.

Para que a Instituição assegure a qualidade desse processo, são oferecidas capacitações constantes para os docentes em várias vertentes que abarque o ensino-aprendizagem, tendo como foco as habilidades e competências.

A estrutura curricular foi pensada para cumprir a concepção proposta para o curso, pois desenvolve gradualmente os conteúdos de formação, favorecendo a construção de habilidades e competências e promovendo a interrelação com a comunidade em função

das atividades complementares e extensão acadêmica.

Assim sendo, a metodologia desenvolvida no curso visa a formação geral dos alunos em todas as áreas que permeiam. A dinâmica contemplada é a de elaboração conceitual (indivíduo - grupo - sociedade), o que possibilita o momento de reflexão individual e a elaboração interativa em grupos.

Em **função do perfil do egresso** e do seu papel dentro do contexto social, a metodologia desenvolvida consiste em enfoques teóricos e metodológicos baseados na organização curricular.

Além disso, os egressos formados pela instituição terão excelente concepção acadêmica garantida pelos componentes curriculares, projeto pedagógico, comprometimento dos docentes e metodologia focada na constante atualização do aluno, através da prática de avaliação diagnóstica e processual, tendo em vista o levantamento de dados relevantes da realidade como possibilidade de melhorar qualitativamente o processo de ensino-aprendizagem. A Faculdade IBRAS possui softwares gratuitos que os professores podem baixar e utilizar para preparar suas aulas utilizando metodologias ativas que são o KAOOT!, CANVA, JClic, Google Classroom, Apowermirror, entre outros. Além disso no espaço Portal do Professor no Ambiente Virtual de Aprendizagem a faculdade disponibiliza links de cursos gratuitos para capacitação em metodologias ativas.

2.3. Das Áreas de Atuação

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS atuará no ensino superior com a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação na modalidade EAD desenvolvendo políticas de ensino, de pesquisa/iniciação científica e de extensão, além de contemplar, plenamente, ações acadêmicas e administrativas que possibilitam a implementação das dez dimensões do SINAES.

A sua atuação tem como referencial a legislação da educação superior, os atos normativos do MEC e do CNE e seus próprios atos, bem como, a base filosófica expressa no seu Projeto Pedagógico Institucional.

3. POLÍTICAS ACADÊMICAS (EIXO 3)

Na perspectiva de uma Instituição de Educação Superior, com capacidade de preparar profissionais, cujo perfil atenda a demanda atual da sociedade, se estabelece políticas que, proporcionam caminhos eficazes de formação para todos os que nela estudam, por meio um projeto inovador, centrado no aluno, baseado na concepção de uma educação consciente e transformadora. Assim, há pressupostos estabelecidos que se constituem em diretrizes para as políticas, que agora passam a ser descritas no âmbito do Eixo 3.

3.1. Do Projeto Pedagógico Institucional - PPI

O Projeto Pedagógico Institucional - PPI é um documento político, filosófico e teórico-metodológico, constante do PDI que foi concebido como linha mestra para orientação acadêmica, constituído de propósitos próprios, intenções e filosofia institucional, a partir das bases regimentais, estabelecendo as políticas para sua prática educacional para a modalidade EAD.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) integra o Plano de Desenvolvimento Institucional, por meio da Políticas Acadêmicas, como um dos itens a fundamentar o saber e o fazer das Instituições de Educação Superior. Para o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS as políticas perpassam pela intenção de formar egressos que possuam domínio das competências e habilidades, além de uma formação comprometida com princípios de solidariedade, ética e cidadania.

O PPI como base política e filosófica com gera unicidade nas ações acadêmico-administrativas que norteiam o fazer pedagógico, resultando no exercício reflexivo que aponta para mudanças necessárias a serem vividas pelos gestores, docentes e técnicos administrativos. Todas as questões pertinentes ao perfil do egresso, as metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos da IES, ao uso de recursos tecnológicos e flexibilidade dos componentes curriculares.

A política do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS para a graduação e pós-graduação fundamenta-se na articulação do ensino de excelência, iniciação científica e a extensão, objetivando ainda a formação de qualidade acadêmica e profissional. A IES cultiva e promove, portanto, uma prática calcada em princípios éticos que possibilitem a

construção e disseminação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionem a transformação sócio-político-econômica da sociedade local, regional e internacional. O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) integra o Plano de Desenvolvimento Institucional, por meio da **Políticas Acadêmicas**, como um dos itens a fundamentar o saber e o fazer das Instituições de Educação Superior.

A política de Ensino prevista para a graduação e pós-graduação no PDI tem como princípios básicos: o cumprimento da missão institucional formando profissionais consonantes com o perfil do egresso desejado; a integração das ações do ensino, pesquisa e extensão; a valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem-estar da sociedade, consonantes com os valores institucionais; a flexibilização dos currículos e promoção da interdisciplinaridade, de forma a proporcionar ao estudante a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica; a atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares e as demandas sócio-econômico-culturais da região onde a IES está inserida, acompanhando as mudanças do mundo moderno; o incentivo à produção técnico-científica e didática dos corpos docentes e discentes; a qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas; o fortalecimento e ampliação das relações entre as unidades acadêmicas e administrativas, por meio dos seus Colegiados, Diretorias e Coordenações; a adoção de uma sistemática de avaliação e acompanhamento contínuos das ações que configuram o trabalho institucional, realçando parâmetros e critérios compatíveis com o cumprimento de sua missão; a busca de formas alternativas de recursos e cooperação técnica, através de parcerias com outras organizações.

O Projeto Pedagógico Institucional da IES abrange a inserção regional, princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais, organização didático-pedagógica, políticas de ensino, iniciação científica e extensão, comunicação com a sociedade e as políticas de atendimento aos discentes.

Apoiada na missão e nos valores institucionais as IES orienta seus trabalhos para a formação de profissionais: humanistas, críticos e reflexivos aptos a identificar e propor solução de problemas no seu âmbito de atuação profissional, atuando sempre em consonância com os princípios da ética, da responsabilidade social e ambiental; aptos a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da região de

inserção e contribuir com seu trabalho para o desenvolvimento social; aptos a atuar no desenvolvimento de novas tecnologias; Empreendedores e capazes de promover o bom relacionamento inter e intrapessoal.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da IES é desenvolvido de forma coletiva e deverá conter definições claras acerca dos objetivos do curso, do perfil dos egressos, das competências e habilidades a serem desenvolvidas, dos princípios metodológicos que embasam a proposta e sua implementação, diretrizes para avaliação, conteúdos e componentes curriculares que compõem a sua estrutura curricular, sempre com base na Legislação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos da IES.

A elaboração do PPC é Supervisionada pela Mantenedora, orientada pela em parceria com Pesquisador Institucional (PI), juntamente com a Coordenação, Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), em consonância com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em planejamento, estudo, análise e escrita compartilhados.

O perfil da IES revela uma instituição, que tem compromisso com a qualidade na formação que oferece, por isso, orienta sua ação educativa na participação ativa e crítica do aluno em sua aquisição de conhecimentos práticos e teóricos. Além das ações extensionistas que caracterizaram seu início, agora propõe a ampliação da sua atuação em nível nacional e internacional, avançando na construção de sua identidade capaz de ampliar os limites e facilitar o acesso de alunos, pesquisadores e sociedade a um projeto educacional bem-sucedido em ambas modalidades.

Desta forma, o PPI é um documento de orientação acadêmica, constituído de propósitos próprios, intenções e filosofia institucional, a partir das bases regimentais, estatutárias e do plano de desenvolvimento institucional do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS estabelecendo as políticas para sua prática educacional.

Para o IBRAS, as políticas perpassam pela intenção de formar egressos que possuam domínio das competências e habilidades, além de uma formação comprometida com princípios de solidariedade, ética e cidadania.

Entendendo a função social do PPI, este documento se consolida como um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia o fazer pedagógico, resultando no exercício reflexivo que aponta para mudanças necessárias a serem vividas pelos gestores, docentes e técnicos administrativos. Tratando-se de uma elaboração solidária para uma realidade específica em permanente mudança, o PPI caracteriza-se por três marcas indissociáveis: a singularidade, a dinamicidade e a coletividade.

Assim, o Projeto Pedagógico Institucional da IES (PPI) traduz as concepções que fundamentam a ação pedagógica em consonância com a Missão e a Visão de Futuro dessa IES. Os valores educativos presentes no PPI perpassam também o Plano de Desenvolvimento Institucional, impulsionando sua operacionalização em todas as instâncias acadêmicas. Constitui, assim, um documento capaz de contribuir favoravelmente para os rumos da IES, permitindo novas reflexões, interpretações e revisões.

Os objetivos pedagógicos, entretanto, somente serão alcançados se forem permanentemente vitalizados e dinamizados pela coletividade que se empenhou em sua elaboração, num processo dialógico, cooperativo e crítico, fundamentado em decisões compartilhadas.

As respostas às demandas da sociedade contemporânea terão êxito na medida em que cada membro da comunidade universitária for movido pelo compromisso de serviço e de qualidade institucionais. Para a efetivação e para a consolidação deste a IES estabelece **diretrizes** para ensino, na busca de constituição e consolidação de uma **identidade pedagógica**, tem-se os seguintes pressupostos:

Indissociabilidade do Ensino superior: ensino, pesquisa e extensão;

- Articulação de competências científico-tecnológicas e de relevância social, considerando:

- A diversidade de situações de ensino-aprendizagem,
- A teoria e prática são indissociáveis,
- O ensino-serviço-comunidade devem ser integrados, onde a aprendizagem é significativa e a pedagogia é problematizadora;
- Os conhecimentos prévios dos estudantes de forma dialógica e ativa.

- Concepção da “**interdisciplinaridade como essência** e a **transdisciplinaridade como perspectiva**”;

- **Construção de Competências.** Não se baseiam apenas em conteúdos abordados, mas, principalmente, em atividades problematizadoras, que devem imprimir no futuro profissional de nível superior capacidades tais, que o definam como um profissional competente em tudo que vier a exercer no desempenho de suas atividades profissionais;

- **A concepção de que aprender ou construção do conhecimento** é um ato social, embora individual, que ocorre na interação entre sujeitos (professor e alunos) e o

objeto de estudo, mediados por tecnologia, empreendedorismo e inovação social.

- **Flexibilização Curricular**, dinâmica e não estática. Consiste em proporcionar ao estudante a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica considerando as novas demandas do mundo do trabalho, em consonância com os princípios e diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), na perspectiva de um ensino de graduação de qualidade;

- **Currículo integrado.** Considera a interdisciplinaridade, o interprofissionalismo, a relação teoria-prática e a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação, que poderão dialogar entre si ou com outros componentes, de um mesmo curso, ou de cursos diversos;

- **Aprendizagem ativa.** O estudante está no centro do processo agregando, além das competências específicas, um conjunto de saberes e práticas que contribui para sua formação acadêmica, humana e social e associem a possibilidade de construção própria dos caminhos de produção do conhecimento;

Inserção de conteúdos curriculares optativos:

- De educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Os conteúdos curriculares podem ser incluídos como componentes curriculares transversais e/ou nas ementas de componentes curriculares específicos do curso;

- De temas de especificidades da área de afins de seu curso.

Metodologias inovadoras do ensino e da aprendizagem - metodologias que promovam a aprendizagem significativa e que priorizem os processos que o aluno deve experimentar para o devido desenvolvimento de competências, que implicam:

- Participar ativamente da aprendizagem;
- Desenvolver a responsabilidade com o seu processo de formação;
- Desenvolver suas capacidades e habilidades mais facilmente;
- Tornar-se mais motivados e interessados nas atividades dos momentos de aprendizagem - metacognição.

- **Orientação para a autonomia e para as diferentes inserções do egresso no mundo do trabalho;**

- **Revisão continuada do perfil do egresso;**

Compreensão da extensão, como princípio educativo e que a extensão e

responsabilidade social caminham juntas e são desenvolvidas por meio de trabalhos, ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura urbana/local e a inovação social;

Valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e Inclusão Social, como temas humanizadores importantes na formação de profissionais;

Entendimento da iniciação científica como um processo de qualificação do ensino e das práticas extensivas qualificando o ensino na sala de aula, uma vez que os métodos científicos instrumentalizam o acadêmico a descobrir e a entender a realidade, permitindo sistematizar o conhecimento na busca de mudanças do entorno social em que se encontra;

Implementação de metodologias que favoreçam o **atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação**.

Capacitação permanente dos docentes nos aspectos didáticos e metodológicos do processo do ensino e da aprendizagem, no sentido de os tornarem cada vez mais aprimorados para trabalhar com a concepção pedagógica adotada pelo Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS.

Acompanhamento e análise permanente do Projeto Pedagógico de Curso, com o objetivo de avaliar a sua pertinência, atualização e adequação às necessidades de formação exigidas pela sociedade.

Compromisso na condução do exercício das funções institucionais – ensino, pesquisa e extensão – e no planejamento e gestão acadêmico-administrativos, tendo presentes a competência, a eficácia e a eficiência da comunidade acadêmica, a fim de contribuir, efetivamente, para a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico da região.

3.1.1. Política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação

3.1.1.1. *Base teórico-metodológica*

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS delimita seu marco conceitual

ancorado no processo de educação do modelo construtivista¹ (visão epistemológica), defende o papel ativo do sujeito na criação e modificação de suas representações do objeto do conhecimento, a partir do próprio aprendizado, mediante a interação.

Tal escolha está fundamentada nas teorias de vários autores que tratam do desenvolvimento e da aprendizagem dos quais se destacam: Piaget com as etapas de desenvolvimento cognitivo; Vygotsky com a proposta sociointeracionista; Galperin com a aprendizagem por etapas; Valente com a aprendizagem por projetos; Ausubel com a aprendizagem significativa; Anastasiou com o estudante como foco do processo ensino-aprendizagem, dentre outros.

Outra premissa basilar nesse PDI é: um Desenho Curricular Inovador. O currículo é concebido e revisado de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso e com o “estado da arte” da área de especificidade desse curso. Busca-se também a **inovação metodológica** para atender aos novos paradigmas, sendo organizados a fim de desenvolver as habilidades e competências previstas para a formação profissional.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem uma expectativa de formação profissional com fundamentos epistemológicos que explicam a **origem dos conhecimentos como fruto das interações**. Assim, se define aqui, que o referencial teórico-metodológico das teorias interacionistas suportam o curso.

Na perspectiva do currículo por competência entende-se que não há possibilidade de se desenvolver competência, senão dentro de um contexto problematizador. Segundo Perrenoud (2000) não há competência *a priori* do enfrentamento de situação problema, só *a posteriori*.

Assim, entende-se que a proposição problematizadora responde a condições sine qua non de desenvolvimento de competências: a situação problema. Nesse contexto, a visão epistemológica, nascedouro de qualquer metodologia de ensino, coerente e necessária aqui, é aquela que considera o sujeito ativo na produção de conhecimento. O protagonismo do aluno emerge como fio condutor. O discente quando desafiado a buscar a solução para uma situação problema (problematização), se envolve na busca da solução

¹ Segundo Matui, “O construtivismo nasceu da epistemologia genética de Jean Piaget. Hoje, está recebendo uma redefinição enriquecedora em virtude dos trabalhos de Vygotsky, Luria, Leontiev, Wallon e Nuttin, psicólogos europeus de orientação dialética. [...] **Construtivismo** é um sistema de epistemologia que fundamenta a construção da mente e do conhecimento sobre bases anteriores, num processo extremamente dinâmico e reversível de equilíbrio majorante. [...] O construtivismo é interacionista”. MATUI, Jiron. **Construtivismo**: Teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Editora Moderna, 1995, p. 31, 32 e p. 44.

e percebe que a descoberta do novo lhe será útil na ampliação de possibilidades e exercitará sua autonomia na tomada de decisões - **aprendizagem ativa**.

Nesse sentido, a definição de aprendizagem se superdimensiona, pois há necessidade da ação intencional e motivada do aluno diante da situação problema/problematização (gênese da competência) e a sua disposição de colocar o que já sabe a favor de novas construções de conhecimento - **aprendizagem significativa**.

A aprendizagem significativa é o processo pelo qual passa o indivíduo que aprende quando uma nova informação se relaciona significativamente a uma estrutura cognitiva preexistente, que envolve conhecimentos, concepções e percepções anteriormente construídos, ou seja, a nova informação dialoga com a estrutura pré-existente, chamada de subsunção ou ancoragem significativa (AUSUBEL, 2003)².

E a terceira dimensão da concepção de aprendizagem é que: as situações problemas podem ser discutidas em grupos, e assim, abrem a compreensão para a **aprendizagem colaborativa**, onde a aprendizagem é resultado do trabalho de cooperação entre os pares. E quando há o trabalho coletivo, exercita-se diversas habilidades atitudinais imprescindíveis aos profissionais, como: respeito, compreensão, colaboração, escuta, responsabilidade, criticidade.

Foi notório que no próprio processo de construção do Modelo Acadêmico do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS a decisão metodológica foi decorrente da busca de coerência com o escopo de dois grandes pilares: currículo por competência e aprendizagem ativa, significativa e colaborativa.

A convergência teórica exigiu o revisitar da definição de competência em Perrenoud (2000), que afirma que a competência é desenvolvida por mobilização de saberes diante de situações problemas e exigiu também a proposição de situações de aprendizagens ativas e participativas.

Nesse sentido, levando em conta que para o desenvolvimento da competência, necessário se faz, o enfrentamento de uma situação-problema, os procedimentos técnico-metodológicos, naturalmente escolhidos, foram: projetos e problematização.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS entende que a **metodologia de projetos** traz, em sua essência, a ideia de complexas contextualizações rumo um “produto finito”, trabalhado à luz de objetivos claros e previamente concebidos. Surgem a partir de

² AUSUBEL, David P. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos**: Uma Perspectiva Cognitiva. Lisboa: Platano Edições Técnicas, 2003. 219 p.

uma **situação problema**, uma necessidade real frente à necessidade formativa, uma oportunidade ou interesses de uma pessoa, um grupo de pessoas ou uma organização. Embora todo projeto seja uma atividade instrutiva por excelência, a interface com a pesquisa e a extensão se estabelecerá.

3.1.1.2. *Princípios da Política de Ensino*

O papel da Educação Superior na formação do ser humano contempla alguns fatores significativos para qualificar esse nível de ensino, entre eles, o de estabelecer ligações efetivas entre o procedimento histórico/político da comunidade, para análise, a contextualização das Instituições de Educação Superior e o perfil do profissional que se quer formar.

A implementação dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação passa inevitavelmente por princípios de ordem metodológicos adotados por seus professores, no sentido de evidenciar ao longo de todo o processo educativo, sua missão institucional.

Nessa perspectiva, o “ensinar e o aprender” devem ser diferenciados. Para tanto, professores se colocam no lugar de “mediadores/orientadores” da aprendizagem, para que seus alunos, possam, ao longo de todo o processo educativo, transformarem-se em “sujeitos de aprendizagem”.

A Educação Superior fundamenta-se na **integração do ensino com a iniciação científica e a extensão**, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional. Cultiva e promove, portanto, uma prática calcada em princípios éticos que possibilite a construção e disseminação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionem a transformação sócio-político-econômica da sociedade.

A Política de Ensino para Graduação e Pós-graduação tem como princípios básicos:

- Do desenvolvimento da autonomia e da iniciativa dos alunos;
- Da Inter e a transdisciplinaridade como resposta à complexidade;
- Dos princípios de convivência, do não-preconceito, da aceitação das diferenças e da solidariedade;
- Da proposição de educação humanizadora.

- Formação política, social e econômica de forma a permitir a análise e posicionamento do corpo social da IES frente as diversas condições da conjuntura;
- Valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem-estar da sociedade;
- Flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao estudante a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- Atualização permanente dos projetos pedagógicos e os seus perfis de formação, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares e as demandas sócio-econômico-culturais da região onde a IES está inserida;
- Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- Qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas.

Assim, as dimensões acima elencadas, se inscrevem como parâmetros de construção do arcabouço metodológico da instituição à responsabilidade social, que inspira o educando a vincular, sempre, suas competências às demandas da sociedade em que vive; à flexibilidade curricular, que enseja uma permanente dinamicidade entre o aluno e o conhecimento, concatenando este à realidade mercadológica e social; educação inclusiva, privilegiando os aspectos atitudinais do ser, sob a ótica das relações éticas, em complementação ao desenvolvimento de habilidades que construam profissionais com alta competência humana e tecnológica.

A política de ensino da IES está alicerçada no espírito do PDI e, este por sua vez, nas demandas sociais, econômicas e políticas da educação superior brasileira, emanadas da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Nacional de Educação, na necessidade ou anseios do mercado de trabalho regional, na racionalidade e na ética. Assim fundamenta-se o Projeto Pedagógico, de forma que o perfil do egresso responda ao contexto regional e nacional, ciente da vocação do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, o qual é explícito pelos cursos que oferece.

Assim sendo, a Política de Ensino institucional, em consonância com as Políticas de Ensino Nacional, estrategicamente, tem como palco de discussão os colegiados definidos regimentalmente. A Política de Ensino define três momentos, que são dinâmicos e articulados entre si: a concepção, operacionalização e gestão do ensino.

Como o ensino de graduação é baseado na ação integrada entre teoria e prática profissional; na otimização dos currículos, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos da IES e as necessidades da região de abrangência; na titulação e qualificação dos docentes, segundo os padrões e critérios de qualidade; na adequação de sua infraestrutura, compreendendo biblioteca, laboratórios e recursos de informática, igualmente definidos pelos padrões e critérios de qualidade; nos demais campos de estudos e iniciação científica, como meio permanente de aprendizagem e pela incorporação da tecnologia no processo de formação educacional, torna-se necessário a continuidade das seguintes políticas educacionais:

- Aperfeiçoar cooperação e intercâmbio técnico-científico e cultural com outras instituições de Educação Superior;
- Aprimorar o sistema de comunicação interna e externa;
- Aprimorar projeto de marketing institucional;
- Rever, sempre que for preciso, a estrutura organizacional, normas e rotinas da IES;
- Racionalizar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- Unificar procedimentos administrativos e ampliar o uso de recursos tecnológicos que visam acelerar o processo gerencial na IES.

Entende-se a aprendizagem como processo, portanto, em constante evolução e, para se concretizar; todas as ações institucionais, quer sejam docentes ou técnico-administrativas, convergem e se encontram no processo ensino-aprendizagem. No entanto, a sustentabilidade do processo ensino-aprendizagem depende de políticas adotadas para gestão acadêmica de atenção ao discente, de recursos humanos, de infraestrutura e de sustentabilidade financeira.

Contudo, ainda há de se considerar, na definição a Política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação, a busca de qualidade, visando a atender a demanda por formação e aprimoramento educacional e profissional, principalmente, devido à inserção dos avanços tecnológicos na Educação Superior.

Com isso a IES está organizada para oferecer a devida formação do discente junto aos mais diversos cenários de práticas, justificando seu papel de interlocução de ensino/serviço e ensino/sociedade. Tem intuito de elaborar e orientar os procedimentos necessários à realização de estágios, atendendo às exigências da Lei nº 11.788/08, dar

suporte aos professores das disciplinas de estágios e aos estudantes, ao longo do semestre; inovar os processos dos estágios, a fim de facilitar o trabalho dos professores; informar aos estudantes sobre a documentação obrigatória na realização de estágios; bem como alertar estudantes e professores sobre suas responsabilidades antes, durante e ao final de cada estágio.

No que diz respeito ao incentivo para o discente buscar aprimoramento do seu conhecimento a IES, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação estabelece como componente curricular “Atividades Complementares” (AC).

As Atividades Complementares podem ser caracterizadas pelo conjunto de atividades realizadas pelo estudante por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e ou a distância, que proporcionam um enriquecimento acadêmico, científico e cultural necessário a constituição das competências e habilidades requeridas para sua formação.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS propõe trabalho de conclusão de curso que implica a mobilização de conhecimentos e competências, na discussão de questões problematizadoras, na resolução de situações-problema, na revisão bibliográfica etc.

Propõe também uso de novas tecnologias educacionais (recursos midiáticos, digitais, virtuais e audiovisuais), como meio facilitador da aprendizagem. Bem como, utilização de estudos de caso, visitas técnicas, participação em programas de extensão e de iniciação científica, no desenvolvimento dos conteúdos programáticos.

Em relação a Pós-Graduação, o IBRAS reconhecendo o importante papel social que a **educação continuada** realiza na promoção do desenvolvimento e bem-estar da sociedade e sendo este um componente importante na missão institucional, propõe uma política de pós-graduação que resulte em um ensino adequado e de acordo com as normas estipuladas pela legislação vigente e órgãos federais responsáveis.

A Política de Pós-Graduação é consubstanciada em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade na iniciação científica, na capacitação de corpo docente e na qualificação dos cursos, em áreas definidas como estratégicas para o desenvolvimento regional e nacional, prioritários para a área do curso que oferece.

O estabelecimento da Política de Pós-Graduação partirá de pressupostos básicos que norteiam suas ações e do diagnóstico da situação da pós-graduação na região. A

partir desta análise, há a definição e o planejamento de metas e ações, o cronograma e orçamento que forneçam as condições para implantação dos programas de Pós-Graduação.

Os princípios básicos desta política são:

- Contribuir e participar do desenvolvimento regional e nacional na formação de recursos humanos qualificados;
- Consolidar a concepção de programa de pós-graduação integrado à graduação.

Para subsidiar as ações desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS instituirá o Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que tem por finalidade contribuir para o processo de aprendizagem do corpo acadêmico, em um contexto amplo de conhecimentos aplicáveis à realidade sociocultural, de forma que o processo de investigação científica seja incorporado a essa realidade, mediante os princípios de ética e cidadania.

Dentre as atribuições Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, constam:

- Elaborar e divulgar de editais de fomento à comunidade acadêmica;
- Oportunizar a integração entre a graduação e a pós-graduação *lato*;
- Articular a iniciação científica com as linhas de pesquisa constantes dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
- Oferecer atividades de extensão em diferentes modalidades;
- Incentivar e oportunizar a publicação e a divulgação da produção científica.

3.1.1.2.1. Matriz Curricular

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS propõe um Currículo por Competência, o que implica ter o perfil do egresso como ponto de partida. Desse perfil nascem as competências, delas derivam as habilidades, que passando por um processo de decomposição, geram os descritores de desempenho, que juntos formam o profissional que se pretende.

Com o objetivo de garantir a efetiva presença das diretrizes pedagógicas do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, o Projeto Pedagógico apresenta Matriz Curricular e propostas metodológicas voltadas à formação integral e integrada do estudante. O PPC prevê ações pedagógicas que cuidam de todas as etapas de

construção de conhecimento do estudante, que ingressa no ensino superior, desde sua inserção competente na formação acadêmica quando da entrada no curso, até sua apresentação ao mercado de trabalho.

Em todas as etapas de formação sugeridas nas metodologias do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, o estudante é desafiado a ter uma relação de construção de conhecimento acadêmico e profissional pautada na integração indispensável entre disciplinaridade e interdisciplinaridade, conteúdos específicos e temas transversais, conteúdos relevantes conforme DCN e formação por competências.

Isso se dá já no início do curso quando procura-se garantir os conhecimentos fundamentais do ensino superior, que são de Ciências de interface com a área de conhecimento do curso, portanto básicos para todo o aproveitamento subsequente da graduação; passando pelo centro da formação acadêmica nos conteúdos e competências da área profissional específica; e finalizando-se na produção convergente de seu perfil de atuação profissional e a consolidação de seu plano de carreira visando sua inserção ou progressão profissional após o término da formação em nível superior.

3.1.1.2.2. *Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão*

A qualidade da formação é impactada pela adequada integração entre as atividades de ensino, pesquisa (aqui no caso, iniciação científica) e extensão. Quando a pesquisa é utilizada como ferramenta de busca de informações e a extensão como promotora da interação entre Instituição e sociedade, estas atividades estão sendo encaradas como princípios educativos indissociáveis do ensino.

A articulação entre componentes curriculares e/ou unidades programáticas de forma sistêmica, geram os produtos de interação do ensino, da pesquisa e da extensão, na medida em que possibilita a associação direta dos conteúdos e metodologias desenvolvidas no ensino e nas práticas investigativas com as ações de interação e intervenção social.

Em síntese, só há formação de qualidade quando o processo de ensino está associado à pesquisa (iniciação científica) e à extensão. Independente de existir ou não vocação para a atuação como pesquisador, qualquer estudante inserido nos programas de Iniciação Científica e Tecnológica experimenta possibilidades de salto de qualidade no seu processo formativo ao mobilizar conhecimentos prévios, buscar novas informações e

dados, analisar e refletir sobre essas informações, com vistas a obter resultados consistentes e soluções criativas e inovadoras para a situação abordada.

No Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS a extensão levará a Instituição a exercer a sua responsabilidade social com o entorno onde se insere, propiciando oportunidades ao aluno de aplicar o conhecimento em cenários reais, que o leva à consciência da realidade social, fortalecendo assim a sua formação cidadã.

3.1.1.2.3. Avaliação do Processo do Ensino e da Aprendizagem

A avaliação do processo do ensino e da aprendizagem, mais que mensurar o desempenho do aluno, busca valorar e retroalimentar o seu processo de crescimento assim como os resultados de aprendizagem alcançados. Ademais, a avaliação consiste em etapa importante do ciclo de qualidade do ensino, na medida em que o docente planeja as suas atividades, as executa e, por meio da avaliação da aprendizagem, verifica se o seu processo de ensino tem atingido a efetividade planejada, para, sempre que necessário, atuar na promoção de melhorias.

A instituição tem como propósito a avaliação da aprendizagem suportada nos seguintes princípios:

- Avaliação de competências – para identificar capacidades construídas e resultados de aprendizagem atingidos.
- Indissociabilidade entre ensino e avaliação – para aproveitar os momentos de ensino, onde os estudantes ativam as capacidades que se deseja avaliar.
- Avaliação inicial (diagnóstica), processual (formativa) e final (somativa) – ao realizar avaliações nos distintos momentos de um período letivo, o professor estará ajustando o seu planejamento em decorrência das características dos alunos, oportunizando que o aluno identifique sua evolução e adote ajustes do seu processo de aprendizagem de modo a atingir com êxito a sua qualificação final.
- Heteroavaliação, coavaliação e autoavaliação – para despertar no aluno a responsabilidade como protagonista do seu processo formativo.
- Estratégias e Instrumentos variados – cuja escolha é função das evidências de desempenho que se deseja identificar.
- Utilização de indicadores e descritores – para ficar claro que a nota é apenas a expressão numérica do padrão de desempenho esperado do aluno.

3.1.1.2.4. Perfil do Egresso

No PPI do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS explicitado nas Políticas, tem-se clara a preocupação em formar profissionais competentes, críticos, possuidores de valores éticos e políticos, comprometidos com a reconstrução da sociedade, a partir da oferta de uma educação ancorada nos quatro pilares da educação, o que aliás se articula com o PDI, que estabelece como missão institucional da IES a formação do ser ético e moral.

O graduado do curso terá um perfil que o habilite a atuar na sociedade de forma construtiva, apresentando soluções para os problemas com os quais se defronta, tanto no âmbito profissional como no pessoal e no comunitário.

Nesse sentido, o egresso apresenta capacidades de desempenho técnico na área da profissão, suportadas em profundo conhecimento científico, e aliadas ao saber humanista, de modo a preparar cidadãos colaborativos, inovadores e empreendedores capazes de atuar de forma profissional e criativa numa sociedade em ritmo acelerado de transformações.

Este perfil está associado ao conjunto de competências básicas e específicas, sendo que as competências básicas são comuns a todos os egressos do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, com suas específicas relacionadas à área de domínio da profissão.

3.1.1.2.5. Seleção de Conteúdos

Na educação baseada em competências, os conteúdos são meios, ferramentas para o aluno atingir os resultados de aprendizagem e as competências definidas no perfil. Portanto, a seleção de conteúdos tem como ponto de partida as capacidades/habilidades que o aluno deve desenvolver, ao longo do componente curricular, que contribuem para o desenvolvimento das competências. Por essa razão, o desenho da **matriz curricular**, parte do perfil e do objeto da profissão que conduzem à definição dos eixos estruturantes e estes, por sua vez, orientam a definição **das competências**. Por conseguinte, os conteúdos são selecionados com precisão, de modo a fundamentar os conhecimentos e capacidade a serem desenvolvidos pelo processo formativo.

Assim, para se alcançar o **perfil de competência do egresso** e atender às políticas de ensino, os conteúdos serão selecionados para favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Os conteúdos serão tratados metodologicamente para que o aluno se aproprie ativamente dos conceitos e desenvolvam as competências necessárias para sua atuação profissional. A seleção dos conteúdos passa pelo direcionamento das DCN, das entidades profissionais e o “estado da arte”, como fruto do trabalho de pesquisadores da área de especificidade do curso. Portanto, a escolha do conteúdo é feita em função das habilidades e competências que serão desenvolvidas.

É bom reafirmar que o ponto de partida é o **perfil de competência do egresso** que quer formar, trabalha-se o processo de decomposição desse perfil em: competências, habilidades e descritores de desempenho, menor partícula do currículo, que se constitui de: um conteúdo (objetos de estudos) e uma função mental, na qual o aprendizado do aluno se evidenciará. O descritor aponta para “o quê” deve se desenvolver em cada cenário de aprendizagem, como também, norteia todo processo avaliativo.

As estratégias de ensino são escolhidas considerando as especificidades do conteúdo que “exige” tratamento metodológico próprio e, para garantir, a consecução do perfil de egresso desejado. Nesse sentido, as DCNs do Curso de Graduação apontam para um currículo que possibilita uma formação de perfil do egresso equilíbrio, que congrega competências humanas, analíticas e cognitivas e éticas. Conseqüentemente, o IBRAS orienta os professores para que desenvolvam um trabalho de articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas de forma a favorecer ao aluno o desenvolvimento de competências decorrentes do perfil em formação.

A seleção de conhecimentos e metodologias, considerados importantes, têm por referência determinados destinatários e contextos, o estado do conhecimento científico e a realidade cotidiana da cultura. Também é importante frisar que a referida seleção deve ser um processo coletivo, pois selecionar, classificar, distribuir e avaliar conhecimentos mobiliza as múltiplas representações que percorrem os espaços culturais.

Alguns critérios gerais devem presidir a seleção dos conteúdos, entre os quais cabe destacar:

- a. Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições locais e regionais, preservando-se sua inserção no contexto nacional e internacional, bem como se considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais

e a atuação dos profissionais da área.

b. Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões locais, regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento.

c. Potencialidade para o desenvolvimento intelectual autônomo dos estudantes, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, assim como com a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes.

d. Interdisciplinaridade, transversalidade e multidisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem do objeto de estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões contemporâneas, bem como da dimensão sociocultural.

e. Conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, o que permitirá organizar a aprendizagem do aluno em níveis crescentes de complexidade;

f. Conteúdos que sustentem reflexões humanas sobre a atuação pessoal e profissional.

3.1.1.2.6. Práticas Pedagógicas Inovadoras

Considerando a orientação pedagógica do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS que visa o desenvolvimento da educação baseada em competências, a inovação das práticas pedagógicas é, pois, inerente à execução de um currículo por competências. Ela envolve interações e articulações que buscam a formação integral e levam ao desenvolvimento das capacidades que atendam as demandas laborais e sociais. Bem como, devem respeitar a autonomia do docente na definição da melhor abordagem pedagógica a ser dada a cada disciplina, entendida como aquela que melhor se adequa às turmas e à natureza do conteúdo a ser trabalhado, mas privilegiando, sempre que possível, práticas baseadas em evidências científicas, para favorecerem o aprendizado dos estudantes nas competências definidas para o egresso no Projeto Pedagógico.

Assim é que o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS utilizará, no desenvolvimento de seu curso, práticas pedagógicas centradas na aprendizagem, que inovam na forma como são planejadas e executadas, e que contemplam o desenvolvimento intelectual e atitudinal, com ênfase na construção das capacidades de “aprender a aprender”, “aprender a fazer”, “aprender a ser” e de “aprender a conviver”. Algumas práticas merecem destaque:

Atividades interdisciplinares

Considerando que a construção de competências exige a mobilização e a integração de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, são planejadas e realizadas atividades que envolvam duas ou mais disciplinas, que se associem e enriqueçam mutuamente na resolução de uma situação problema com foco no empreendedorismo.

Formação profissional para a cidadania

A instituição desenvolve o espírito crítico e a autonomia intelectual, na medida em que o objetivo maior da educação baseada em competências é “formar cidadãos, com domínio da profissão”. Por meio desta afirmação fica evidente que, acima de tudo, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS privilegia a formação de um cidadão preparado para atender as demandas sociais, além de atuar de forma competente no cenário profissional.

Diversificação dos cenários do ensino e da aprendizagem

A diversificação dos cenários de ensino/aprendizagem e a aproximação da sociedade com suas demandas, desde os primeiros anos dos cursos contribuem para a formação do profissional com visão sistêmica, capaz de atuar em diferentes níveis, e de integrar criticamente conhecimentos teóricos, práticos, e realidade socioeconômica, cultural e política.

Utilização de simulações como recursos didáticos são estratégias que procuram colocar o aluno bem próximo às situações de vida, possibilitando um retorno imediato acerca das consequências de suas atitudes e decisões. No ensino superior, as simulações têm como objetivo principal o desenvolvimento de atitudes dos alunos e secundariamente o objetivo de estimular a reflexão acerca de determinado problema.

Adicionalmente, dentre as práticas pedagógicas que podem ser consideradas de

grande relevância e inovadoras, está a inserção dos aparatos tecnológicos da comunicação e da ciência da informação, amparada pela última geração da tecnologia de transmissão de imagens e áudio, com suporte da Internet de Banda Larga e wi-fi disponibilizado para a comunidade acadêmica.

Assim, a tecnologia estará à disposição para dinamização os processos de comunicação e de aprendizagem, com o estímulo ao uso do ambiente virtual de aprendizagem pelos docentes e discentes.

Portanto, o curso de Administração buscará sempre o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novas metodologias e de práticas pedagógicas inovadoras, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de informática, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre o aperfeiçoamento do trabalho acadêmico.

❖ Metodologias Ativas diversificadas

Serão utilizadas nos cursos do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS de forma sistemática e contínua, a escolha de cada NDE, levando em consideração as especificidades de cada curso e disciplina, diferentes estratégias educacionais, consideradas como Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem:

- Aprendizagem Baseada em Problemas (*PBL- Problem Based Learning*);
- Aprendizagem Baseada em Equipes (*TBL- Team Based Learning*);
- Problematização;
- Simulação Realística;
- Jogos Dramáticos;
- Aprendizagem Baseada em Projetos;
- *Flipped learning*;
- *Peer Instruction*;
- *Serious game*.

❖ Sistema Avaliativo com origem nas Matrizes de Competências de cada curso

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS estabeleceu para seus cursos a Matriz de Competência. O ponto de partida é o perfil de egresso de cada curso, “quem se quer formar”. Com a ciência dos domínios que compõem as competências para atuação

profissional, quer seja cognitivo (conhecimento), psicomotor (habilidades) e atitudinal (comportamento), estrutura-se uma Matriz de Competências. Esse instrumento apresenta descritores de desempenho mapeados para cada habilidade e contemplam dois aspectos básicos a serem avaliados: conteúdo programático e nível de operação mental (orientados pela Taxonomia de Bloom) necessária para a habilidade cognitiva. A matriz de competências e os princípios-guia da ação pedagógica orientam o processo avaliativo e definem as atividades e cenários de aprendizagens no interior de cada semestre letivo.

Nesse contexto, os conteúdos das disciplinas convergem como ferramentas para a solução dos problemas propostos interdisciplinarmente. Além disto, por meio de diferentes instrumentos avaliativos é possível avaliar também as competências trabalhadas transversalmente no currículo.

Portanto, o descritor, na Matriz de Competência, informa o conteúdo a ser trabalhado e a escolha do conteúdo é feita em função das habilidades e competências que serão desenvolvidas e aponta para avaliação. A Matriz de Competência é a gênese da avaliação.

3.1.1.2.7. Condições de Acesso

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, Seção I, trata de educação dos artigos 205 a 214. No art. 205 é expressa e legitimada a educação plena a todo cidadão brasileiro, no seguinte texto: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, determina o novo formato da educação no país. Em seu artigo 3º, a referida lei especifica os princípios que orientarão o ensino brasileiro, nos quais se baseiam a composição curricular do curso de graduação, com destaque para os incisos:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Conforme preconiza o Art. 44, inciso II, da LDBEN/96, os cursos de graduação estão inseridos dentro da modalidade de ensino superior, podendo participar todos aqueles que sejam egressos do ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. A Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio do Parecer CNE/CES, nº 776/97 em seu art. 9º, parágrafo 2º, letra “C”, dispõe sobre as diretrizes curriculares para os cursos de graduação e dessa forma estabelece os parâmetros para a composição dos cursos.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS disponibiliza as seguintes formas de acesso:

- **Vestibular.** Processo seletivo realizado através de uma avaliação de conhecimentos e competências gerais dos candidatos, referentes ao ensino médio e fundamental. A classificação dos candidatos é feita a partir da ordenação da maior nota para a menor, conforme o número de vagas disponíveis no IBRAS.
- **Processo Seletivo ENEM.** A inscrição do candidato é realizada mediante a apresentação dos resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (prova objetiva e redação). Os candidatos são classificados de acordo de acordo com as vagas disponíveis. Esta é a principal modalidade de preenchimento de vagas.
- **Portadores de Diploma de Curso Superior (PCS).** Os portadores de diploma de nível superior podem requerer a matrícula nos cursos de graduação da Instituição, mediante a apresentação de documentação (diploma, histórico escolar completo, descrição do regime de aprovação da instituição de origem e programa das disciplinas cursadas com aprovação). As solicitações serão analisadas e o requerente que tiver a solicitação de matrícula deferida, aproveitará apenas as disciplinas cujo conteúdo programático e carga horária, na instituição de origem, correspondam a 75% (setenta e cinco por cento) do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas ministradas no IBRAS.
- **Transferência Externa.** Para entrar com requerimento de transferência externa, os candidatos devem apresentar documentação fornecida pela instituição de ensino superior da qual pretendem transferir-se. Somente são aceitas solicitações de transferência para o mesmo curso ou para curso de

área afim ao de origem e de mesmo nível. Não são aceitas solicitações de transferência de estudantes em situação de abandono na instituição de origem ou de estudantes desligados da instituição de origem. Se o pedido for deferido, o IBRAS emite uma declaração de vaga, que permite que o estudante solicite à instituição de origem: a guia de transferência (documento que oficializa a transferência do vínculo de um estudante para outro estabelecimento de ensino), e o documento comprobatório de que o estudante está apto para a transferência (conforme determinação da lei nº 3.680, de 26/10/2001), para fins de apresentação por ocasião da matrícula na Instituição.

- **Seleção de candidatos do PROUNI.** Em todos os casos haverá adesão da IES ao Programa Universidade para Todos (PROUNI). O candidato poderá se inscrever no site do MEC, escolhendo o curso e concorrer a uma vaga. O candidato aprovado em processo seletivo e encaminhado pelo governo apresenta a documentação no IBRAS.
- **Matrícula.** Os estudantes que ingressarem no IBRAS deverão efetuar a matrícula on-line, que lhes dará um número de matrícula único, a ser usado como identificação em todos os processos durante o curso. Somente poderão se matricular os candidatos classificados que, no prazo fixado, apresentarem a documentação de acordo com a normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo da IES.
- **Para candidatos de nacionalidade estrangeira.** Registro Nacional de Estrangeiros e passaporte com visto permanente, ou com visto temporário na condição de estudante e com situação regular com relação ao prazo de validade. Semestralmente, os estudantes renovam suas matrículas nas datas estabelecidas no Calendário Acadêmico. A não renovação da matrícula implica na desvinculação do estudante do IBRAS, com exceção para o caso de Trancamento de Matrícula.

O cancelamento de matrícula poderá ocorrer a pedido do estudante, desde que requerido e, durante o semestre letivo, por sanção disciplinar. Quando o estudante solicita o cancelamento de matrícula, perde o vínculo com a Instituição e seu retorno só será

possível mediante novo Processo Seletivo e adaptação ao currículo do curso que estiver vigorando.

Nos termos do disposto no Regimento Geral, o trancamento de matrícula é o ato pelo qual o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS aprova pedido de suspensão temporária de estudos, mantendo o direito do estudante à renovação de matrícula.

Em relação à transferência, a IES concederá matrícula ao estudante transferido de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira reconhecida nacionalmente, na estrita conformidade das vagas existentes, mediante processo seletivo e requerido nos prazos para tanto fixados, para prosseguimento dos estudos do mesmo curso ou curso afim.

O requerimento de matrícula por transferência será instruído com a documentação constante do Regimento. Além do histórico escolar do curso de origem, necessita-se de programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação, bem como a situação de regularidade junto ao ENADE.

O estudante transferido estará sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, sendo aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem, se equivalentes, nos termos das normas internas e da legislação.

Já o discente originário do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS poderá solicitar três tipos de transferência: transferência de unidade para aquele estudante interessado em mudar de unidade; transferência interna para o interessado que pretenda mudar de curso ou habilitação e caso haja vagas disponíveis; e a transferência externa, para outra instituição, dentro do prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

3.1.1.2.8. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A construção de uma proposta de avaliação no Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS é decorrente da concepção sobre aprendizagem, a qual expressa por sua vez uma opção por um modelo epistemológico-pedagógico. É importante se definir o papel da avaliação no processo de ensino aprendizagem, articulando-a às competências, conteúdos, métodos, ao Projeto Pedagógico do Curso e aos seus objetivos, características e perfil do profissional que se quer formar, em conformidade com as DCNs do Curso.

O processo de avaliação do desempenho discente, no âmbito do IBRAS é entendido como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e obedece às normas e concepções pedagógicas.

No Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem-se 3 tipos de avaliação:

- **Avaliação diagnóstica** tem como finalidade traçar perfil da turma e balizar planejamento e proposição de aprendizagens. Comum a todas as disciplinas e estágios supervisionado, com exceção as disciplinas que forem tratadas metodologicamente com PBL, para as quais não cabe avaliação diagnóstica;
- **Avaliação Formativa** tem como finalidade acompanhar o processo de desenvolvimento da aprendizagem e prover *feedback* construtivo para o aluno; e
- **Avaliação Somativa** decide sobre quem deve progredir ou não no curso.

Os instrumentos avaliativos são concebidos a partir de problematizações, simulações e situações-problema, promovendo articulações entre teorias e práticas. Para o caso de questionários, provas, as situações-problema poderão ser avaliadas por meio de questões abertas ou fechadas; artigos científicos, resenhas críticas, planos de negócios, exercícios ou provas dissertativas, apresentação de seminários e trabalhos orais, relatórios, projetos e atividades práticas etc. Assim, pode-se acompanhar e monitorar de forma concomitante, vários recursos e características de perfil, permitindo um levantamento de indicadores das competências desenvolvidas.

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, previstos para os processos de ensino-aprendizagem, possibilitam o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva. Assim, são disponibilizadas informações sistematizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, e com o conseqüente planejamento de ações inovadoras e concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas. A avaliação do desempenho discente é feita por disciplina, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento – aspectos somativos.

3.2. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o

desenvolvimento artístico e cultural

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS entende a promoção da iniciação científica como um processo educativo fundamental para a criação e a cultura de investigação na IES, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da extensão.

A iniciação científica deve ocorrer no contexto de projetos desenvolvidos por docentes, ligados às linhas de ação definidas pela instituição. Deve também estar integrado ao ensino, não fazendo da iniciação científica um simples programa de bolsa ou de estímulos para um grupo selecionado. Nela devem ser despertadas ações didático-pedagógicas para os estudantes, constituindo o cerne de todo processo educativo, bem como oferece linhas de pesquisa e de trabalho transversais aos cursos e mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

Para isso, há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, possibilitando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento.

Em relação aos estudantes, a **iniciação científica** no Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem como objetivos:

- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais, para sua participação efetiva em projetos científicos;
- Proporcionar o domínio da metodologia científica, assim como estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade;
- Despertar uma nova mentalidade em relação às atividades científicas;
- Preparar o estudante participante de programa de bolsa de iniciação científica para o acesso à pós-graduação;
- Aumentar a produção acadêmica dos discentes bolsistas;
- Proporcionar ao bolsista a aprendizagem de técnicas e métodos científicos e o estímulo ao desenvolvimento científico e da criatividade.

Em relação à Instituição, a **iniciação científica** no IBRAS tem como objetivos:

- Contribuir para a sistematização e institucionalização da iniciação científica na IES;

- Propiciar condições institucionais para o atendimento aos projetos científicos;
- Tornar as ações institucionais intensamente ativas e competitivas na construção do saber;
- Possibilitar a implementação otimizada das atividades interdisciplinares;
- Possibilitar maior integração entre a graduação e a pós-graduação;
- Assegurar suporte qualitativo da formação profissional dos estudantes.

Em relação aos docentes, a **iniciação científica** no IBRAS tem como objetivos:

- Estimular professores a engajarem-se no processo acadêmico;
- Estimular o aumento da produção científica dos docentes;
- Incentivar o envolvimento de docentes em atividades de iniciação científica.

A atividade científica está estruturada em linhas com base em áreas temáticas que seguem as vertentes descritas abaixo:

- Potencial de desenvolvimento econômico regional, versando estudos sobre fatores que viabilizam o crescimento econômico e a valorização da cidade e da região, tendo em conta as peculiaridades do mercado local;
- Mercado e ambiente de trabalho e perfil profissional, objetivando investigar as condições de absorção dos profissionais pela indústria, comércio e serviços, a fim de alimentar um banco de dados e análises sobre o universo mercadológico na cidade e região;
- Processo de gestão da informação e tecnologia, que se propõe estudar o desempenho em redes nas organizações de portes diversos e os recursos para tornar mais ágeis as trocas de informação em ambientes de tecnologia interligada;
- Estudos para o desenvolvimento de aplicativos com finalidades educacionais, além de suporte ao conhecimento prático através de projetos especiais.
- Estudos acerca dos conhecimentos afro-brasileiros e indígenas com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

As ações acadêmico-administrativas previstas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas estabelecidas. O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS pretende colaborar com o desenvolvimento da iniciação científica por meio de trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelas disciplinas dos cursos que oferece, bem como por meio de evento científico que se pretende desenvolver anualmente, onde serão apresentados trabalhos relevantes elaborados pela comunidade acadêmica. Ademais, sobre essa política existe previsão de divulgação no meio acadêmico e estímulo com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento, objetivando possibilitar práticas inovadoras.

3.3. Política de Inovação Social e tecnológica

Inovação é hoje requisito de qualquer setor da atividade humana, em especial daqueles que lidam com problemas essenciais à vida e ao bem-estar do homem, como a educação e a saúde. Inovar não é apenas fazer diferente, mas fazer de forma mais eficiente, com ganhos em resolutividade, tempo, qualidade e bem-estar.

O Brasil situa-se atualmente dentro de um Sistema de Inovação que congrega 3 atores principais, governo, empresas e academia, e considera que tripé se consolida de forma eficiente, na medida em que os esforços oriundos destes atores não sejam fechados em si mesmos, mas acolham sempre necessidades e pessoas locais, bem como estejam suficientemente abertos a iniciativas também de fora, cuja experiências podem agregar valor.

A inovação social é um tema amplo e envolve múltiplas áreas de conhecimento. A compreensão de tal construto agrega estudos de economia, administração, gestão do conhecimento, sociologia, assistência social, psicologia, entre outros. Essa característica transversal faz com que a inovação social seja estudada por diversas áreas, contudo o foco desta política é a atuação do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS para potencializar as inovações sociais.

Vale ressaltar que o objetivo desta política não se debruça apenas nas inovações na área de educação, como por exemplo, novas práticas pedagógicas, novas tecnologias para apoiar o ensino, mudanças na gestão acadêmica, dentre outras. Consideram-se todos os recursos de uma instituição de ensino (infraestrutura, pessoas, processos,

conhecimento e cultura) tanto nas atividades fins como o ensino e a extensão, quanto nas operações meio, ligadas à administração acadêmica, com o propósito de fomentar inovações sociais para além do ambiente institucional e em qualquer área (saúde, transporte, emprego e renda, cultura, meio ambiente etc.).

O termo inovação é relacionado ao desenvolvimento econômico e ao ganho de competitividade das organizações no mercado há décadas. E hoje, inovar, seja por meio de novos produtos, serviços, processos ou novas formas de gestão, é uma das principais estratégias/vantagens competitivas das empresas para sobreviver e crescer, a capacidade de uma organização inovar constantemente é o fator mais relevante na nova economia mundial.

Inovação social é um modo de criar novas e mais efetivas respostas aos desafios enfrentados pelo mundo hoje. É um campo em que não há limites, que pode ser desenvolvido em todos os setores, público, sem fins lucrativos e privado, e no qual as iniciativas mais efetivas ocorrem quando existe colaboração entre os diferentes setores, as partes interessadas e os beneficiários. Inovação social é uma nova ideia ou uma ideia melhorada que, simultaneamente, atende às necessidades sociais e cria novas relações sociais. É um fenômeno capaz de elevar a capacidade de agir da sociedade.

Nos últimos anos, a inovação social vem conquistando espaço por ter essa capacidade e por outras razões: as ferramentas clássicas de políticas governamentais e as soluções dadas pelo mercado provaram ser insuficientes para suprir as desigualdades sociais, as questões da sustentabilidade e os problemas de mudanças climáticas. A sociedade civil por si só não possui os recursos necessários para lidar com problemas complexos em larga escala, e os custos para ultrapassar os desafios sociais se elevam. A inovação social surge como um meio alternativo e acessível de mudança que une todos em prol de melhorias sociais.

Contudo, ainda que a inovação social seja uma alternativa para os problemas sociais e para a crescente preocupação com as falhas do mercado que geram desigualdades, os estudos sobre o tema não representam parcela significativa das pesquisas acadêmicas, e o conjunto de abordagens, metodologias e práticas ainda não se constitui num corpo consolidado de conhecimentos. Outra barreira para a consolidação de um entendimento único sobre inovação social advém do fato que a temática ter obtido espaço nas discussões e nas publicações nos mais variados âmbitos. Isto é, essa difusão que alcança as mais diversas disciplinas como sociologia, administração, economia,

serviço social e ciências políticas torna difícil o estabelecimento de um conceito único e claro para inovação social.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem como objetivos desta política:

- Fazer algo bom para/na sociedade: a ideia de que a inovação pode ser utilizada como forma de superar os desafios da sociedade, que pode ser instrumento para beneficiar determinados grupos e melhorar o bem-estar dos indivíduos. Uma inovação social compreende novas ideias que simultaneamente atendem necessidades sociais e criam novas relações sociais. E nesse sentido tem meios e fins sociais.
- Mudar práticas e/ou estruturas sociais: inovação social é relacionada com mudança na prática social. Assim, inovações sociais são novos arranjos que mudam as práticas existentes e melhoram as condições sociais.
- Contribuir para o desenvolvimento urbano e da comunidade: mudança de atitudes e da instituição com o intuito de contornar práticas que fortalecem e preservam situações de exclusão social.
- Reorganizar processos de trabalho: deixar de lado a sociedade como um todo para tratar de inovação social dentro de uma organização. Segundo os autores, esse tipo de inovação social é chamado de *workplace innovation*.
- Imbuir inovações tecnológicas com significado cultural e relevância: considerar que uma invenção tecnológica não se sustenta sozinha como uma inovação bem-sucedida; é preciso que esteja inserida em um contexto cultural e nele seja significativa. A inovação social aconteceria no momento em que a inovação tecnológica ganha significado no sistema social e é aceita por ele.
- Fazer mudanças na área de trabalho social: inovação social como uma mudança conduzida por meio de processo guiado que teria a participação dos beneficiários a fim de transformar as estruturas de ação existentes e as condições no sistema social.
- Inovar por meio da conectividade digital: o entendimento mais recente de inovação social e está intimamente ligada ao mundo digital. Em relação a inovação social através das redes sociais, como o Facebook, são desenvolvidas durante o próprio processo de geração de inovação

empresarial (geração, protótipo, implementação comercial e iteração contínua). O processo social que apoia o processo de inovação inclui *crowdsourcing*, possibilidade de *feedback*, colaboração para o desenvolvimento de protótipos e persuasão dos usuários da rede social para utilizarem a inovação.

Principais diretrizes para a execução da metodologia de **Inovação Social**:

- Trabalhar IS nos cursos como atividade curricular, com ações junto à comunidade;
- Criar/aprimorar uma disciplina oferecida a diversas áreas que envolva o trabalho de campo e intervenção direta com a comunidade;
- Criar, aprimorar linhas de pós-graduação com viés social;
- Criar um prêmio de inovação social para as atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão que gerem mudanças positivas na sociedade;
- Fomentar o desenvolvimento de iniciativas sociais por meio de editais; pontuar aqueles que preveem equipes multidisciplinares e parceiros externos;
- Trabalhar aspectos comportamentais, "egos", disputas que segregam os professores, estimular o trabalho em grupo;
- Trabalhar IS no planejamento estratégico da instituição;
- Pesquisas devem evidenciar onde se desenvolve inovação social;
- Ações de extensão devem explicitar as atividades de inovação social desenvolvidas;
- Flexibilizar e incentivar a compra/contratação de serviços de empresas sociais e daquelas que usam meios sustentáveis;
- Fomentar parcerias com empresas sociais para a realização de projetos de pesquisa e extensão;
- Rever critérios de avaliação dos colaboradores (plano de carreira deve valorizar quem faz inovação social);
- Capacitar os educadores e alunos para atuarem com inovação social;
- Garantir a construção coletiva dos marcos legais institucionais;
- Criar grupos de formação de vivência e troca de papéis;
- Criar um centro/núcleo de inovação social para planejar e executar

estratégias, metas e ações ligadas à inovação social;

- Viabilizar laboratórios abertos de produção do conhecimento nos quais qualquer pessoa possa repassar seus conhecimentos (inclusive atores externos);
- Estimular a participação em iniciativas existentes na região. Inserir no planejamento do IES a participação dos colaboradores do IBRAS em eventos da comunidade externa para conhecer a realidade local;
- Levantar as potencialidades - mapear o que é produzido pela IES para saber o que oferecer para a sociedade;
- Articular com as lideranças comunitárias, diminuir os medos por parte das comunidades;
- Estimular o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso para a solução das demandas locais e regionais;
- Criar um banco de talentos e saberes, em especial aqueles que não estão diretamente ligados ao cargo desempenhado pelo profissional;
- Viabilizar e articular ações em grupo envolvendo diferentes cargos e perfis (alunos, professores, pessoal administrativo etc.);
- Marketing: divulgar amplamente as iniciativas de inovação social desenvolvidas dentro e fora da instituição para inspirar, sensibilizar as pessoas e compartilhar conhecimentos;
- Melhorar a comunicação/integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Participação dos colaboradores e alunos em grupos externos de discussão sobre problemas sociais (fóruns, conselhos, associações, movimentos sociais etc.);
- Elaborar/atualizar regimentos, regras e documentos oficiais que explicitem estratégias as quais potencializem o desenvolvimento de inovações sociais;
- Criar uma base de demandas sociais e de soluções sociais já desenvolvidas;
- Criar um programa/ações de apoio a ideias inovadoras de impacto social positivo, com capacitação, fomento e assessoria para desenvolver, integrar e aplicar as ideias na comunidade;

- Criar eventos on-line de integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão com a participação ativa da comunidade, por meio de espaços de intervenção, oficinas, mostras culturais.

Para inovar no currículo, é preciso promover rupturas e modificações, existem aspectos de processos de mudança curricular que se configuram como aconselháveis para caracterizá-los como inovação curricular, que se constituem em um conjunto de referenciais norteadores para balizar o desenvolvimento, no que se refere ao entendimento do que venha a ser currículo, aos sujeitos participantes da mudança, aos aspectos relativos ao meio e ao funcionamento de grupos, à gestão educacional e à forma de se desenvolver as atividades vinculadas ao processo de mudança curricular.

Todos os cursos do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS conterão:

- Matriz de competências e habilidades;
- Metodologias ativas;
- Uso de tecnologias que permitam desenvolvimento teórico-prático;
- Projetos integradores (quando previsto na Matriz Curricular);
- Extensão que permita interação academia comunidade.

3.3.1 Empresa Júnior na Faculdade IBRAS

A empresa júnior é uma instituição sem fins lucrativos que é formada dentro da faculdade, e, é construída por alunos de um ou mais cursos, e oferece serviços por valores mais baixos do que os de mercado, onde o objetivo principal é criar uma ponte entre o mercado de trabalho e o ambiente acadêmico. Na Faculdade Ibras a criação da empresa júnior visa prestar assessoria nas prefeituras na elaboração de projetos, onde a prefeitura custeará apenas com as despesas de deslocamento dos alunos até a sede da prefeitura.

3.4. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para Extensão

Para efeito de operacionalização da Extensão do curso, a Instituição, será disposta em duas modalidades, a saber:

- I. Modalidade 1- Curricularização da Extensão;
- II. Modalidade 2- Projetos e Atividades de Extensão.

I - Modalidade 1: CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

As Atividades de Extensão do Curso do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS será conforme a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que foi alterada pelo CNE, pelo Parecer³ que prorroga o prazo de implantação de **Diretrizes Curriculares Nacionais** e da **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**, que em seus artigos. 2º e 4º define extensão:

[...] na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios. [...]

As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação [...].

Desse modo, o IBRAS desenvolve a Extensão, sob a ótica da “curricularização da extensão”, lhe destinando 10% da carga horária total do curso, o que totaliza 180 horas, como uma prática acadêmica que possibilita a interligação das suas atividades de ensino e pesquisa – com as necessidades da comunidade acadêmica (contribuindo para a formação do aluno) e com as demandas sociais, possibilitando o exercício da responsabilidade e do compromisso social do ensino superior.

Cada curso do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, por meio de seu NDE e validado pelo Colegiado de Curso fará a inserção da extensão na matriz curricular (disciplinas extensionistas, programas; projetos; cursos e oficinas; eventos etc.), decidindo como vai operacionalizá-la, para que coopere com o perfil de egresso que se deseja formar.

II - Modalidade 2- PROJETOS E ATIVIDADES DE EXTENSÃO

³ Brasil. Parecer **CNE/CES Nº 498/2020**. Dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19.

Entendida como prática acadêmica, a Extensão promove atividades integradas com o ensino e a pesquisa, tendo como objetivo a integração entre segmentos do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS e desta com a comunidade externa. Expandir as ações de extensão na busca de solução de problemas regionais, a fim de colocar à disposição da sociedade conhecimentos, tecnologias e serviços voltados para a redução das desigualdades sociais é o principal objetivo da extensão.

As ações extensionistas ampliam o alcance do saber construído ou adquirido na academia, compartilhando-o com a comunidade externa.

Nesse sentido, a extensão vivenciada tratará da responsabilidade social da Ciência e do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS na perspectiva de sua missão, tratará também da aproximação dos saberes científicos e não científicos, da aproximação da sociedade com os avanços científicos conquistados pela pesquisa (iniciação científica); da responsabilidade com a preservação dos valores culturais da comunidade.

Assim, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tomando como parâmetro os padrões de qualidade referendados pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolve atividades de extensão, envolvendo corpo docente, discente e comunidade local, sobre temas vinculados aos cursos ofertados e pretendidos. Incentiva a elaboração e implementação de projetos locais e regionais, em parcerias com o setor público, privado e terceiro setor, mediante a elaboração de instrumentos de contratos e convênios, tendo como prioridade o desenvolvimento de atividades acadêmicas de aprofundamento de temas que envolvam, a um só tempo, interesse local e interesse acadêmico de docentes e discentes, marcados pela interdisciplinaridade.

A Instituição entende a atividade de extensão como um meio de prestação de serviços à comunidade, realimentação da IES e, em decorrência, a integração de ambas, viabilizando a relação transformadora entre a instituição e a sociedade, tendo como políticas de extensão:

- Busca do máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social;
- Tradução para o campo operativo dos conhecimentos desta IES, por meio de um corpo docente com competência para a produção de conhecimento científico e técnico e com habilidades necessárias à socialização desses conhecimentos aos grupos sociais;

- Articulação do ensino e da extensão com as demandas da sociedade, mantendo uma relação de parceria com a sociedade e que, nesta aliança, busque contribuir para o seu processo organizativo de forma que sejam amenizadas as desigualdades sociais, econômicas e políticas, bem como à preservação do meio ambiente;
- Priorização dos segmentos da população excluídos que não têm acesso aos conhecimentos científicos e técnicos necessários para equacionar problemas que dizem respeito às necessidades básicas para a sobrevivência humana, assim como para equacionar necessidades na esfera da cultura que se mostrem relevantes para a autonomia e organização destes segmentos;
- Manutenção do programa de bolsas que favoreça a presença de estudantes nos projetos/programas, possibilitando dar nova ênfase à formação científica e técnica do discente.

Ao promover a ação social e a prestação de serviços articulados com as diferentes demandas, os projetos de extensão do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS explicitam as maneiras como será garantida a indissociabilidade entre iniciação científica, ensino e extensão, inclusive nos projetos pedagógicos do curso ofertado.

Além dos programas dessa natureza, a Extensão se dedica à prestação de serviços à comunidade, por intermédio de programas atrelado ao curso. Está presente também na disseminação e transferência de conhecimentos por meio de atividades de pesquisa e de Extensão, vinculadas aos programas interdisciplinares de cunho social, econômico administrativo ou ambiental, e nas atividades culturais, artísticas, desportivas e nos estágios não obrigatórios.

As áreas que consubstanciam o aprendizado prático como princípio pedagógico adotado na IES têm grande relevância e contribuem para o fortalecimento das competências dos estudantes e da interação do IBRAS com a comunidade externa, que nela busca e encontra solução para problemas de natureza diversa.

São objetivos da extensão na IES:

- Institucionalizar e consolidar a extensão como parte integrante indissolúvel do trabalho acadêmico e promover a participação da comunidade acadêmica nas práticas extensionistas;

- Democratizar o conhecimento acadêmico acumulado pela IES;
- Consolidar a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão, a partir da atuação de órgão responsável;
- Estabelecer vínculo com a CPA visando à avaliação institucional permanente das atividades de extensão;
- Intensificar e otimizar as relações de intercâmbio em via de “mão-dupla” entre o IES e a sociedade;
- Disponibilizar o conhecimento de domínio IES a serviço da sociedade em que se insere, contribuindo na realização de suas atividades;
- Produzir conhecimento sobre os processos de apropriação e utilização do conhecimento existente por parte das pessoas e das instituições;
- Facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade social;
- Avaliar as contribuições IES para o desenvolvimento regional e da sociedade;
- Produzir conhecimentos a partir da utilização de metodologias ativas de aprendizado;
- Promover interação concreta e produtiva entre o ensino e a pesquisa da IES com a sociedade, por meio da realização de trabalho colaborativo de via-dupla, ou seja, da IES em direção à sociedade (produção de conhecimento; educação continuada; assistência social; projetos e parcerias com os setores público e/ou privado; e outros serviços cabíveis) e, reciprocamente, da sociedade para a IES (acolhimento e reflexão acerca dos saberes e experiências da sociedade civil, participação e aprendizagem junto às políticas públicas e às manifestações culturais, atendimento a demandas sociais que lhe forem pertinentes);
- Contribuir na qualificação da formação acadêmica e profissional dos estudantes, por meio da relação com as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade;
- Colaborar, no âmbito das competências extensionistas da IES, com o equacionamento e a solução de problemas concretos em nível local, regional e/ou nacional, internacional;
- Contribuir, por meio das ofertas cabíveis, com a sustentabilidade acadêmica e econômico-financeira da IES.

Orientando-se pelos objetivos estabelecidos, a gestão da extensão pauta o desenvolvimento de seu trabalho nos aspectos que garantam: o cumprimento da metodologia institucional “Interdisciplinaridade, aprendizagem da teoria à prática”; a sistematização dos dados da extensão com o uso de novas tecnologias da informação e a representação da IES nos órgãos e fóruns de discussão, que visam ao aprimoramento das ações do campo da Extensão Universitária no cenário educacional brasileiro.

A extensão na IES oferece cursos à comunidade interna e externa em diversas áreas do conhecimento, intentando para a proximidade da academia com a comunidade, contribuindo assim, com o desenvolvimento da região e dos cidadãos e possibilitando práticas inovadoras.

Através disso, as ações acadêmico-administrativas executam práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com previsão de divulgação no meio acadêmico e de estímulo com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento.

Procurando cumprir as metas e diretrizes estabelecidas nesse PDI, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, consciente da responsabilidade social institucional, estará em constante busca pela inserção do curso nas atividades de diálogo com a sociedade e formação integrada dos discentes nos eixos pesquisa (iniciação científica), extensão e ensino, com ênfase na formação profissional, compreendendo que as políticas institucionais para o ensino, pesquisa e extensão serão implantadas em processo de desenvolvimento no âmbito do curso .

Metas	Ações	Cronograma				
		2024	2025	2026	2027	2028
Aprimorar a qualidade dos projetos e atividades de extensão.	Aprofundar as exigências na apresentação da proposta.	X	X	X	X	X
	Estimular a percepção dos alunos quanto às necessidades no entorno da Instituição, na cidade do estado, transformando-as em atividades ou projetos.	X	X	X	X	X
Ampliar as metas de extensão de forma	Desenvolver projetos de extensão que ampliem o	X	X	X	X	X

articulada com setores da Instituição e da comunidade.	desenvolvimento cultural regional e viabilizem ações sociais para melhoria da qualidade de vida, da saúde, da educação e preservação do ambiente.					
	Estimular a parceria entre o curso, comunidade e serviços para o desenvolvimento da extensão.		X	X	X	X
	Fornecer cursos de extensão para a melhoria do desempenho dos recursos humanos.		X	X	X	X
Desenvolver uma gestão compartilhada para melhoria na eficiência e qualidade de vida no trabalho.	Criação de meios de comunicação ágeis com professores, funcionários e alunos estimulando a apresentação de dúvidas, sugestões e outras possibilidades de participação.	X	X	X	X	X
	Estimular a participação de funcionários, alunos e professores nos projetos de extensão.	X	X	X	X	X
Ampliar a interdisciplinaridade em eventos acadêmico-culturais promovidos por professores e alunos.	Estimular a integração multidisciplinar das Semanas Acadêmicas.	X	X	X	X	X
	Prover apoio e assessoria à realização das Semanas e eventos acadêmicos.	X	X	X	X	X
Estimular a oferta de eventos comemorativos social e cientificamente relevantes.	Estimular semanas e/ou eventos comemorativos sobre temas estabelecidos por organismos internacionais e nacionais para o ano, ou decorrentes de	X	X	X	X	X

	movimentos socioculturais ou de eventos adversos.					
	Estimular a interdisciplinaridade e a integração com empresas, entidades e instituições da comunidade.	X	X	X	X	X

Estimular a melhoria dos serviços de extensão que atendem às comunidades externa e interna ao IBRAS.	Oferecer condições para melhoria de seus Recursos Humanos.	XX	XX	XX	XX	XX
	Apoiar as iniciativas das gestões de serviços para melhoria de suas condições de serviço.	XX	XX	XX	XX	XX
	Viabilizar a capacitação e a atualização de seus Recursos Humanos.	XX	XX	XX	XX	XX

3.5. Políticas Institucionais de Ações de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Docente

A valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e Inclusão Social, como temas humanizadores importantes na formação de profissionais, é uma verdade para a instituição.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, preocupado com sua missão, buscará de maior qualidade e de indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão, articulada com as necessidades regionais para o seu desenvolvimento, sendo considerada como um estímulo ao aumento da produção de artigos científicos.

Outrossim, a IES define, por meio deste instrumento, e por meio dessa política de ações afirmativas, estabelecendo-as como diretrizes para as políticas para a iniciação científica, a pós-graduação lato sensu, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica.

As ações de estímulo e difusão previstas para a produção acadêmica viabilizam as publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais. Isso ocorre devido ao incentivo para a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, como também através da previsão e organização da revista acadêmico-científica.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS nortear-se-á pelos preceitos da educação 2030 da ONU, da cidadania e sustentabilidade global. No âmbito da Sustentabilidade e Questões Socioeconômicas (pelo que determina a Lei nº 9.795/1999), a Educação Ambiental é entendida por todos os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como o uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Pretende-se primar pela sustentabilidade e questões socioambientais visando a conservação, recuperação e melhoria das condições ambientais, sociais e existenciais, provocando a participação de toda a comunidade da IES, no delineamento, planejamento, implantação e avaliação das atividades e dos seus indicadores.

As questões relacionadas à diversidade e meio ambiente são trabalhadas de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos e ofertando mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade, seja por meio da Semana da Sustentabilidade e questões socioambientais, prevista semestralmente em calendário acadêmico ou durante a qual são realizadas exposições, feiras, mostras científicas e oficinas de reciclagem.

3.6. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Acessibilidade e Educação Inclusiva

É importante que se reforce o esforço que o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS terá em combater a indiferença, a discriminação, o preconceito, a injustiça e os

rótulos em relação a todo e qualquer indivíduo. É bom ressaltar que o respeito às singularidades transcende o respeito às deficiências.

Com base na Lei Federal 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004, com as alterações dadas pelo Decreto 9.404/2018, a promoção da Acessibilidade visa cumprir o que determina a LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência) garantindo a todos, direitos e liberdades fundamentais. Ao mesmo tempo em que assegura o que está garantido pela Constituição Federal: a dignidade da pessoa humana (Art.1º - Inciso III) e a igualdade de direitos (Art. 5º), corroborando para uma sociedade livre, justa e solidária (Art. 2º - Inciso II).

Assim o IBRAS fundamenta essa política a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), que trata de acessibilidade e inclusão em diversos aspectos. Um dos seus grandes avanços é a mudança de perspectiva sobre a palavra “deficiência”. Antes, a visão era de que a deficiência se constituía numa condição das pessoas. Hoje ela é entendida como uma situação dos espaços (físicos ou sociais), que não estão acessíveis a todos.

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que coopera para qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

Considerando que a acessibilidade gera resultados sociais positivos e contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, sua implementação é fundamental, dependendo, porém, de mudanças culturais e atitudinais. Assim, as decisões governamentais e as políticas públicas e programas são indispensáveis para impulsionar uma nova forma de pensar, de agir, de construir, de comunicar e garantir a realização dos direitos e da cidadania.

A fim de possibilitar, no âmbito dessa instituição, à pessoa com deficiência, viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida acadêmica, esta política proporcionará a implementação de medidas apropriadas para assegurar o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Essas medidas poderão incluir a identificação de barreiras à acessibilidade e a disseminação do conceito de desenho universal.

A Educação Inclusiva é vista como uma educação diferenciada, com o objetivo de ofertar aos discentes e docentes, condições e apoio para ter um melhor rendimento acadêmico, conforme as necessidades. As políticas adotadas reconhecem as necessidades diversas dos estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, inclusão digital, acesso à infraestrutura, às ferramentas, ao atendimento e o uso de recursos diversificados. Visam atender o princípio de que todo indivíduo é único em seu potencial de aprender.

Assim, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS buscará, através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), que visa estabelecer uma política institucional de acessibilidade e educação inclusão aos discentes e colaboradores, que possuem deficiências (deficiência visual, auditiva, física e múltiplas deficiências), transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, eliminando as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais e na comunicação e informação, a fim de cumprir os requisitos legais de acessibilidade e os princípios e procedimentos inclusivos. O referido setor atende aos alunos, como também, colabora com as Coordenações de Curso dando suporte pedagógico aos professores.

Assim, os acadêmicos com demandas educacionais especiais, poderão receber apoio do Núcleo de apoio Psicopedagógico que lhes ofertará recursos de tecnologia assistida e também humana.

Em relação ao aluno com deficiência auditiva, a IES apresenta compromisso formal de, no caso de vir a ser solicitada e até que o mesmo conclua o curso:

- a. Propiciar intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas;
- b. Adotar flexibilidade na correção das provas escritas;
- c. Estimular o aprendizado da língua portuguesa;
- d. Proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno com deficiência auditiva.

Destaca-se ainda que, de acordo com legislação;

- 1) Em conformidade com a Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005, a disciplina de LIBRAS está inserida como disciplina optativa no curso de graduação do IBRAS

e como obrigatória nos cursos de Licenciaturas; e

- 2) Em atendimento ao Decreto nº 5.296/2004 e aos seus princípios de atuação, o IBRAS adota diretrizes de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

Os acadêmicos com demandas educacionais especiais, podem receber apoio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico que lhes oferta recursos de tecnologia assistiva e também humana. A proposição de Monitorias que potencializa acesso por áreas de interesse e de altas habilidades.

No NAP a análise do planejamento e o acompanhamento do estudante partirão dos dados referidos no ingresso à instituição, isto é, desde o processo seletivo, através do preenchimento da informação a respeito da deficiência, que deverá constar no formulário de inscrição ao vestibular, direcionando-o para quais necessidades educacionais especiais ele precisará, conforme descrição abaixo:

- **Deficiência:**

- **Auditiva** - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.
- **Física** - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).
- **Intelectual** - funcionamento intelectual significativamente inferior

à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.

- **Múltipla** - é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam consequências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa.
- **Visual** - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
- **Transtorno do Espectro Autista** - é a associação, no mesmo indivíduo, dos três seguintes déficits: Problemas de interação social ou emocional alternativo; graves problemas para manter relações e Problemas de comunicação não verbal
- **Transtornos de aprendizagem** - Dificuldade para aprendizagem é uma incapacidade para aprender, na ausência de condições neurológica, sensorial, mental e psicológica que a justifique. Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) há três tipos de transtornos específicos da aprendizagem: da leitura (dislexia), de matemática (discalculia) e da escrita (disgrafia e disortografia).

Em relação às pessoas com transtorno do espectro autista a IES se dispõe a realizar a interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento. Além de:

- Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional,

social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares;

- Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico da escola, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem a alfabetização, a resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo da escolarização;
- Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da Tecnologia Assistiva, voltada à Comunicação Alternativa/Aumentativa para estes sujeitos;
- Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

Para promover a permanência do aluno e sua posterior conclusão acadêmica, estão previstas ações, como o treinamento da equipe técnica, a formação continuada docente, a existência de uma equipe interdisciplinar que contribua com o atendimento especializado. Não obstante, os discentes serão incentivados a realizarem pesquisas e projetos de extensão relacionados à acessibilidade, bem como se pretende realizar atividades culturais e artísticas, para com isso sensibilizar a comunidade interna e externa na perspectiva inclusiva.

Diante do exposto, cabe esclarecer que após realização da caracterização do estudante a ser incluído no curso, é preciso esclarecer as necessidades educacionais especiais e o apoio institucional adequado. O responsável pelo recebimento e efetuação da matrícula, assim como, o docente ou coordenador do curso devem encaminhar o estudante ou este, independentemente, pode requerer o seu acompanhamento em qualquer ocasião: na inscrição ao processo seletivo, na matrícula inicial ou durante o curso, mediante o preenchimento de um requerimento específico. Após esta requisição, o encaminhamento será analisado e o estudante, docentes e demais envolvidos com o processo serão contatados pela Comissão, a fim de que se dê início ao atendimento

necessário para a efetivação do processo de inclusão na instituição.

Como ação diretiva primeiramente é preciso acolher o estudante e verificar as solicitações de acordo com o quadro de necessidades apresentado (remoção de barreiras atitudinais, comunicação, físicas e arquitetônicas, licenças especiais, programas especiais de avaliação, entre outras). Em seguida, será necessário avaliar as necessidades especiais, procurando detectar as dificuldades já instaladas bem como outras que poderão surgir.

Posteriormente, como ações não diretivas terão:

- Discussão com o coordenador de curso, professores e demais funcionários sobre a importância da inclusão e a relevância social da Instituição, preocupada com a temática; mediação junto aos polos presenciais para a efetivação dos apoios institucionais especiais necessários para a acessibilidade à experiência acadêmica bem como aos espaços da instituição; análise de aquisições ou adaptações de recursos educacionais necessários às adaptações no processo de ensino-aprendizagem;
- Contato com os profissionais que acompanham o estudante;
- Intercâmbio com outras instituições visando à troca de experiências sobre procedimentos, processo e resultados da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior;
- Entrevistas periódicas com o estudante e com as pessoas envolvidas no processo; se necessário, eventualmente, visitas aos diferentes espaços ocupados pelo estudante durante a sua trajetória acadêmica;
- Proposição de discussões para adequações, quando for necessário, nos documentos internos da instituição, como estatuto, regimento e resoluções;
- Assessoramento na adequação e funcionalidade dos projetos de reformas, nas dependências da instituição necessárias à eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas;
- Realização de cursos e palestras para coordenador, docentes, professores-tutores e demais funcionários da instituição sobre temáticas que envolvem a diversidade, a acessibilidade e a sociedade inclusiva, visando à eliminação de barreiras atitudinais.

Ademais, a IES contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a

professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas conforme disposto no Regimento.

Não obstante, nota-se que sempre será considerado a especificidade de cada necessidade de cada indivíduo, porém por mais semelhantes que possam parecer, cada situação apresenta características exclusivas, exigindo cautela para que as ações delineadas, em hipótese alguma, constituam privilégios e concessões, e possam comprometer o real aprendizado do estudante e o seu direito ao diploma. Assim, prezar-se-á para jamais negligenciar a proposta de formar um profissional competente e apto a desempenhar suas funções na sociedade.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS prevê no PDI o atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida cada qual com sua característica, conforme descrito acima, que inclui:

- ✓ A existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas acima, possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas com deficiência auditiva.
- ✓ Admissão de entrada e permanência de cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal;
- ✓ Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- ✓ Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- ✓ Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- ✓ Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente, adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- ✓ Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- ✓ Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para

peças surdas e cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

- ✓ Sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas acima;

Proporciona também condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Colocará à disposição de docentes, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e, seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado aos docentes, alunos, servidores e empregados com deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

Em relação ao processo seletivo de docentes, alunos, servidores e empregados clientela da educação especial serão considerados três momentos distintos:

- Na elaboração do edital, para que possa expressar, com clareza, os recursos que poderão ser utilizados pelo candidato no momento da prova, bem como os critérios de correção a serem adotados pela comissão do que irá realizar a correção;
- No momento das avaliações, quando serão providenciadas salas especiais para cada tipo de deficiência e a forma adequada de obtenção de respostas pelo candidato;
- No momento da correção das provas, quando será necessário considerar as diferenças específicas inerentes a cada sujeito com deficiência, altas habilidades ou transtorno de conduta para que o domínio do conhecimento seja aferido por meio de critérios compatíveis com as características especiais desses alunos.

No que tange aos docentes cabe a adoção de novos encaminhamentos avaliativos, estratégias metodológicas, interface com profissionais da saúde, do trabalho, parceria com as famílias, dentre outros. Esse “novo modo de ser professor” confronta as

práticas tradicionais hegemônicas nos sistemas de ensino até então, em que os professores, formados dentro de uma lógica da razão instrumental, tinham como referência de docência o princípio da homogeneização do ensino, partindo do pressuposto de que é possível padronizar as práticas pedagógicas a partir de um modelo de aluno ideal. Portanto, faz-se necessário um investimento sistemático e contínuo nos processos formativos e no papel desempenhado pelo Núcleo de Acessibilidade.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS entende que é imperativo hoje uma equipe multidisciplinar preparada, com conhecimentos necessários para atender aos alunos nas suas demandas e direitos. A Política Institucional de Educação Inclusiva, garantirá percursos e fluxos de apoio e suporte didático-pedagógico e condições adaptadas de aprendizagem e avaliação, para alunos com as mais diferentes necessidades especiais, assim como, prevê os mecanismos e condições de acessibilidade. A Política contemplará também capacitação docente, para a proposição de metodologias diferenciadas.

As ações de inclusão social destacam-se ao propiciar às minorias étnicas raciais, às pessoas com deficiências (de natureza física, sensoriais e mentais ou transtornos globais do desenvolvimento), bem como, aos jovens em situação de risco para que sejam capazes de ultrapassar as barreiras.

3.7. Políticas Institucionais para Internacionalização

Visando potencializar as ações de internacionalização da Faculdade IBRAS, fomentando de projetos bilaterais e multilaterais e de parcerias institucionais, em busca da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão e do desenvolvimento humano, acadêmico e profissional do discente, do corpo docente e do corpo técnico-administrativo. Nas últimas duas décadas, ações de internacionalização incorporaram o universo acadêmico, com claras e objetivas pretensões de aprimorar a realidade da educação formal superior. Algumas iniciativas serão tomadas para o desenvolvimento dessa empreitada, com finalidades de promover ações conjuntas de internacionalização e de mobilidade acadêmica.

Nesse cenário, desenvolve-se a internacionalização das universidades, contemporânea ao evento da globalização, com fortes impactos sociais, políticos, culturais e econômicos para as instituições de ensino superior. Assim, segundo a

UNESCO (2014), no contexto de transformação do mundo contemporâneo, de busca de universalidade das relações, criam-se novas políticas e práticas para as universidades, como tentativa de, ao aprimorar e difundir o conhecimento, responder às exigências da sociedade e do mercado. Pode-se compreender, então, internacionalização como o conjunto de ações – mobilidade acadêmica, intercâmbio bilateral, oferta de idiomas, disciplinas em língua estrangeira e cursos gerais, desenvolvimento de pesquisa, cooperação institucional, projetos internacionais, adesão a editais de programas de financiamento, oferta e participação em eventos internacionais, participação em projetos em rede internacional, formação de docentes e técnicos, entre muitas outras – que visam à consolidação e expansão da universidade, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, a favor do desenvolvimento e diálogo entre as culturas, da construção de uma sociedade mais justa e para a sustentabilidade das nações e do planeta.

O Brasil, nos últimos anos, deu passos significativos para a implantação de algumas ações e implementação de outras no cenário da internacionalização das Instituições de Ensino Superior: Implantou programas e políticas federais para a cooperação das instituições nacionais com as estrangeiras, tendo como marco o Programa Ciência Sem Fronteiras (2011); parcerias, na promoção de editais que fomentam a internacionalização, com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. Várias outras ações foram realizadas em prol da internacionalização da ciência e da tecnologia no território nacional.

Nesse horizonte, a FACULDADE IBRAS fomentará um conjunto de ações de internacionalização, com o objetivo não só de cumprir tais metas, mas de firmar programas de parcerias e convênios institucionais.

3.7.1. Parceria Internacional

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS estabeleceu parceria com a RedeGeronto. A Rede Internacional de Pesquisas em Gerontologia e Sistemas de Cuidado no Envelhecimento (RedeGeronto) foi criada durante o Congresso Internacional de Tecnologia e Inovação em Gerontologia (CITIG), que aconteceu, em Brasília, entre 5 e 7 de maio de 2018.

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial e a inclusão de novas

estratégias universais de desenvolvimento humano, social e econômico torna-se necessária como meio de sustentação da humanidade. Este processo prevê a integralidade da atenção observando as necessidades de saúde como boas condições de vida, acesso a todos os recursos tecnológicos, vínculo com o profissional de saúde, trabalho em equipe, respeito à autonomia do usuário e formação interprofissional.

A RedeGeronto tem como objetivo congregar esforços para divulgar iniciativas que promovam a qualidade de vida e trabalha no enfoque interdisciplinar e transgeracional, na discussão sobre questões do envelhecimento humano, no Brasil e nos demais países para a melhoria da qualidade de vida. É, portanto, uma rede de estudos sobre envelhecimento que aporta o desenvolvimento do trabalho na saúde e políticas sociais; o reconhecimento de experiências e iniciativas locais; os estudos como aprendizagem na tensão entre os pontos de vista dos diferentes atores que compartilham um padrão ético.

As linhas de ação:

- Realização de pesquisas em Rede;
- Realização de Eventos Internacionais, presenciais e à distância;
- Troca de experiências entre profissionais, serviços e comunidade;
- Oferecimento de serviços na área da saúde e envelhecimento;
- Mobilidade docente e discente, em âmbito nacional e internacional;
- Criação de materiais/jogos para entendimento do envelhecimento;
- Capacitação de profissionais para a área do envelhecimento;
- Inclusão de sêniores no mercado de trabalho.

3.8. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS incentiva o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, por entender a sua importância como ferramenta nos processos de ensino e aprendizagem. Seu uso permite promover o desenvolvimento curricular, a integração interdisciplinar, o desenvolvimento e a mediação de projetos.

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - é órgão auxiliar da Diretoria Administrativa e Financeira, que tem a função de dar suporte de às demandas de tecnologia educacional, no que concerne ao propósito de fortalecer o sistema de

comunicação, viabilizar as metodologias ativas e inovadoras, pois toda a estrutura tecnológica visa dar suporte à progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno, bem como o desenvolvimento de competências relacionadas à sua formação geral e específica.

Esse setor tem também a função de dar apoio ao AVA – ambiente virtual de aprendizagem, que auxilia o curso presencial nas atividades acadêmicas, o interior das disciplinas. O AVA, é um espaço informativo e instrucional, responsável tanto pela viabilização e realidade das metodologias ativas de aprendizagem quanto pela gestão e acompanhamento das atividades desenvolvidas, cronogramas e procedimentos de avaliação, detalhes acerca das competências e habilidades de cada unidade curricular, consulta de objetos e artefatos de aprendizagem, acesso aos produtos e serviços digitais da Biblioteca etc.

Os docentes são estimulados a produzirem e utilizarem materiais de apoio ao ensino e os disponibilizarem on-line, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço; para tal, têm acesso digital e comunicacional, com materiais e recursos apropriados, o que lhes permite a interatividade com os alunos.

As ferramentas de comunicação e interação não presenciais proporcionadas pelas TIC, podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem de que são exemplo, o trabalho colaborativo, os processos de comunicação, interação e cooperação entre docentes, estudantes, gestores.

Desta forma, espera-se que o estudante possa desenvolver habilidades de letramento científico, vivenciando experiências de aprendizagem voltadas à pesquisa e a produção de conhecimento, usando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para estudos, acesso a periódicos, livros, artigos científicos, blogs, conteúdos e recursos educativos, nas resoluções dos problemas de natureza diversificadas. As tecnologias proporcionam também o compartilhamento e a conexão com outros profissionais suas produções (trabalhos, artigos, atividades educativas, vídeos, entre outros), experiências e conhecimentos.

As Políticas de TI do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS definem um conjunto de regras e normas que devem ser seguidas a fim de se conduzir a aquisição, uso e administração de recursos e serviços de informática em uma empresa.

- **Utilização Aceitável de Tecnologia:** Diretrizes para o uso de computadores, telefones, equipamentos de comunicação, internet, e-mail, correio de voz e as

consequências para uso indevido.

- **Segurança:** Orientações para as senhas, os níveis de acesso à rede, proteção contra vírus, confidencialidade e o uso de dados.
- **Disaster Recovery:** Diretrizes para a recuperação de dados em caso de um desastre, e os métodos de backup de restauração de dados.
- **Padrões de Tecnologia:** Diretrizes para determinar o tipo de software, hardware, aplicações e sistemas que serão adquiridos e utilizados na instituição, incluindo uma definição clara do que é proibido (aplicações de mensagens instantâneas, mídias sociais, MP3, streaming, download de software, etc.).
- **Configuração e Documentação de Rede:** Orientações a respeito de como a rede está configurada, como adicionar novos funcionários à rede, os níveis de permissão para os funcionários e licenciamentos de softwares.
- **Serviços de TI:** Diretrizes para determinar como as necessidades e problemas de tecnologia serão abordados, quem na organização é responsável pelo suporte técnico por tecnologia e necessidade, manutenção, instalação e planejamento de tecnologia de longo prazo.

As políticas de tecnologia do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, aplicadas às suas práticas administrativas, fundamentam-se em um modelo de governança pautado em princípios de clareza de papéis, transparência, *accountability*, responsabilidade corporativa e estabilidade. Todos os sistemas de gestão da IES têm também por base um sólido processo de tomada de decisões instituído na dinâmica organizacional da Instituição, e dinamizado em suas interfaces tecnológicas.

Diretrizes de TI do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS

- **Sistemas** - Adotar sistemas de informação que elevem a eficiência operacional e a qualidade acadêmica;
- **Automação** - Adotar tecnologias e ferramentas de TI que propiciem maior automação dos processos, gestão da informação e comunicação, em busca da excelência operacional da instituição;
- **Gestão Estratégica** - Utilizar ferramentas de TI e soluções cada vez mais analíticas para o suporte à gestão estratégica da instituição;

- **Inovação** - Incentivar o uso de tecnologias inovadoras que elevem a produtividade, qualidade e eficiência, bem como ofereça serviço educacional de alta qualidade em todas as localidades atingidas pela IES;
- **Aluno** - Disponibilizar sistemas, tecnologias e ferramentas que possibilitem um maior envolvimento e engajamento do aluno no acesso e gestão de seu processo de aprendizagem;
- **Integração** - Integrar todos os sistemas de informação, equipamentos, dispositivos pedagógicos e parceiros em um ambiente de total interoperabilidade;
- **Infraestrutura** - Possuir uma infraestrutura de TI de alta disponibilidade, visando garantir a continuidade da operação hospitalar com o mínimo de interrupção;
- **Gestão da TI** - Ampliar os processos e ferramentas para elevar a maturidade e profissionalismo da área de tecnologia da informação e comunicação da Instituição;
- **Equipe da TI** - Investir na estruturação, capacitação e qualificação da equipe de TI, de forma a ampliar a competência de todos os profissionais desta área;
- **Compliance** - Estar em conformidade com a legislação, diretrizes e certificações das entidades da área de TI em educação e, ainda, garantir a privacidade e confidencialidade das informações.

3.9. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para o Atendimento aos Discentes

As políticas adotadas reconhecem as necessidades diversas dos estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, acesso à infraestrutura, tecnologia, às ferramentas, ao atendimento e o uso de recursos diversificados. Visam atender o princípio de que todo indivíduo é único em seu potencial de aprender. A FACULDADE IBRAS tem como compromisso promover a atenção integral ao estudante, visando garantir sua permanência na IES e oportunizando a interface entre o conhecimento teórico e a experiência prática, assim como a inserção em atividades de extensão acadêmica.

A FACULDADE IBRAS contempla como política de atendimento aos discentes programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade,

monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico.

Contando com a atuação da secretaria acadêmica, e apoio do NAP e das coordenações dos cursos, o Atendimento ao Aluno será realizado por uma instância interprofissional, entre os setores pedagógico-administrativos, via protocolos e requerimentos acionados via portal do aluno; além desse processo virtualizado, há um e-book do Manual do Aluno, disponibilizado no AVA do acadêmico, com FAQ e demais informativos e orientações ao estudante.

A FACULDADE IBRAS entende que atenção integral ao aluno (para além da dimensão acadêmica), deve ser considerada nas dimensões psicológicas, sociais e físicas, sendo o apoio dado pela IES essencial para um processo saudável e efetivo de adaptação e desenvolvimento. Do ponto de vista da sede como polo, a vida do estudante se fortalece como referência da experiência universitária, quanto mais ativa e responsiva aos interesses e necessidades dos alunos, melhor.

Além disso, as atividades como aulas, IC e atividades extensionistas, realizadas de forma virtualizada via plataforma AVA, e contemplarão, além das habilidades/competências/conhecimentos das formações a que se destinam os cursos, estarão voltadas ao desenvolvimento pessoal dos alunos, emponderando-lhes com os instrumentos para se tornarem líderes, atores de mudanças. Entre estas aulas teremos as uma linha da grade curricular destinada ao desenvolvimento pessoal dos alunos possuindo as seguintes matérias, empatia, intuição, gestão de crises (pessoal e corporativa), criatividade, dentre outras.

3.9.1. Ações de Nivelamento

O egresso do ensino médio ou aluno que retorna ao estudo formal depois de um hiato em sua formação. Quando inicia um curso superior, necessita preencher algumas lacunas na sua formação para dar continuidade aos estudos, com qualidade. O nivelamento oportuniza aos acadêmicos uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de estudos e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

Muitos docentes constataam a carência de organização do pensamento, de sistematização das ideias, sobretudo na produção de textos, com erros gramaticais e

ortográficos básicos, apresentando ainda outras falhas básicas no entendimento raciocínio, com lacunas de conhecimentos básicos de informática dispensáveis hoje, dentre outros.

Dessa forma, em consonância com as orientações do MEC, o nivelamento propicia aos acadêmicos as condições de dar continuidade aos estudos, entendendo que são processos encadeados que se capilarizam.

Nesse sentido, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS desenvolverá o Projeto de Nivelamento, nas áreas de Língua Portuguesa, Informática Básica e Matemática. O projeto objetiva auxiliar na superação e, também, atender os indicativos de avaliação das Condições de Ensino de Cursos de Graduação, além de desenvolver políticas inclusivas digitais, traduzidas, neste caso, no desenvolvimento de ferramentas, que contribuirão para a formação com qualidade do estudante ingressante, ou possibilitar que o estudante se aproprie de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

De posse do Registro Acadêmico no ato da matrícula, o calouro poderá optar por fazer os cursos de nivelamento que são oferecidos totalmente via web, sem momentos presenciais e sem custos, apenas acessando o AVA do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS. Neste ambiente o aluno encontra o conteúdo proposto e resolve as atividades desenvolvidas, com correção imediata, possibilitando o avanço e progressão nos demais módulos do curso selecionado. Ao concluir com sucesso todas as atividades, o aluno receberá um relatório de desempenho, que será encaminhado à Secretaria Acadêmica para registro como hora de Atividade Complementar. Esta carga horária será definida pelo Colegiado do Curso.

O Programa de Mecanismos Avaliatórios de Nivelamento, é um dos programas de apoio ao acadêmico e estímulo à permanência e atendimento ao acadêmico e estímulo à permanência que propicia ao acadêmico da IES o acesso aos conhecimentos básicos e específico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos. Em auxílio ao discente em seu trajeto acadêmico, do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem como objetivo institucional a prática deste mecanismo em vista a favorecer o desempenho de forma integral e contínua.

Os cursos oferecidos na IES adotam duas modalidades de mecanismos avaliatórios de nivelamento: o de Nivelamento e o de Acompanhamento de Conteúdo.

A etapa de Nivelamento é uma atividade programada com vistas ao atendimento aos acadêmicos ingressantes e tem como estratégia de ação uma programação

diferenciada onde se desenvolve atividades de apoio a demanda devido a formação oferecida nos ensinos fundamental e médio, sendo comuns as queixas dos docentes do ensino superior quanto às falhas de formação e ao baixo nível apresentado pelos acadêmicos, sobretudo no início da vida acadêmica. Grande parte deles são acadêmicos que não conseguem organizar bem as ideias por escrito, cometem muitos erros gramaticais e ortográficos e apresentam, ainda, falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros. Essa primeira etapa acontece com apoio do Núcleo de Desenvolvimento Discente.

A etapa de Acompanhamento de Conteúdo acontece com vistas a auxiliar acadêmicos com dificuldades identificadas em conteúdos específicos do curso. São organizadas e ofertadas aulas de revisão-reforço e auxílio, em horário contralateral ao das aulas, para suprir dificuldades de fundamentos que possam estar interferindo no desempenho do curso. Essa dificuldade é demonstrada nas notas bimestrais abaixo da média e por iniciativa dos acadêmicos quando da solicitação junto ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP).

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS dispõe de algumas estratégias como:

- Disciplinas do ciclo básico que resgatam e nivelam o acadêmico frente a conhecimentos como Matemática, Língua Portuguesa e informática Básica;
- Oferecimento de disciplinas como Introdução a Informática;
- Avaliação realizada pelo NAP e Comissão do Processo Seletivo das provas do processo seletivo da IES, a fim de fazer um diagnóstico do perfil de ingressantes e traçar um norte quanto à programação do conteúdo programático das disciplinas de nivelamento, tentando assim, diminuir os déficits analisados.

3.9.2. Estímulo à Permanência

Com a finalidade de auxiliar estudantes que estejam apresentando dificuldades de aprendizagem e impedir a evasão destes por desmotivação acadêmica, as seguintes ações deverão ser realizadas:

- Identificar junto ao estudante e professor/tutor os problemas que ocasionam a desistência do curso, assim como um provável

descontentamento com os diversos níveis de relacionamento, a fim de manter ou superar as expectativas discentes;

- Buscar, através do desenvolvimento de mecanismos, formas que viabilizem o resgate do estudante;
- Buscar dados, através da identificação do perfil do estudante e da análise dos motivos que levam ao trancamento/cancelamento de matrícula para desenvolvimento de estratégias que motivem e orientem os estudantes em suas dúvidas e na compreensão de suas dificuldades;
- Reintegrar os estudantes à vida acadêmica normal, por meio do acompanhamento psicopedagógico;
- Auxiliar o estudante na busca de soluções de fatores subjacentes às atividades cotidianas do estudante, que contribuem frequentemente na apresentação de um desajuste emocional com reflexo negativo no rendimento acadêmico e resultando muitas vezes em desistência/evasão.

Destacam-se também ações pedagógicas em atenção ao atendimento e estímulo à permanência dos acadêmicos:

- Fixação do número limite de disciplinas em reprovação para ser promovido à série seguinte;
- Participação em atividades de Monitoria de Ensino;
- Realização de estágios supervisionados em organizações/ entidades localizadas em outras cidades /estados mediante convênio específico e de acordo com a legislação vigente, quando houver;
- Participação em projetos de extensão e pesquisa.

3.9.3. Apoio Psicopedagógico - NAP

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), é o lócus da política institucional de acessibilidade e inclusão aos discentes e colaboradores, que possuem deficiências (deficiência visual, auditiva, física e múltiplas deficiências), transtornos globais do desenvolvimento e superdotação. Visa ofertar suporte para se eliminar as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais e na comunicação e informação, a fim de cumprir os requisitos legais de acessibilidade e os princípios e procedimentos inclusivos. O

referido setor atende aos alunos, como também, colabora com as Coordenações de Curso dando suporte pedagógico aos professores.

O Núcleo Apoio Psicopedagógico - NAP é um órgão de apoio educacional, que presta acompanhamento psicopedagógico, pedagógico e psicológico, no sentido de contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, acessibilidade, (inclusive metodológica), visando uma formação profissional na educação superior de maior qualidade, a democratização do saber e a participação cidadã. É um órgão da Diretoria Acadêmica.

O Núcleo de Apoio psicopedagógico estrutura-se nas seguintes áreas de atuação:

- Orientação pedagógico-institucional;
- Orientação didático-pedagógica;
- Orientação acadêmico-profissional.

O Núcleo Apoio Psicopedagógico - NAP atende aos alunos, como também, colabora com a Coordenação de Curso dando suporte pedagógico aos professores, e atua com:

- Orientação acadêmico-profissional;
- Inclusão de acadêmicos com Necessidades Educacionais Especiais - NEE (auditiva, visual, física e múltiplas deficiências);
- Desenvolvimento de metodologias específicas de cada uma das Necessidades Educacionais Especiais – NEE;
- Orientação metodológica de intervenção pedagógica para responder, com qualidade, a alunos com altas habilidades/superdotação;
- Desenvolvimento de alternativas didáticas de apoio e estímulo ao aluno com altas habilidades/superdotação;
- Contribuir para a construção do conhecimento de alunos com transtorno do espectro autista;
- Apoio didático-pedagógico aos professores;
- Orientação psicológica a docente e funcionários.

Essas ações do NAP associadas a um trabalho de mediação junto ao Colegiado de Curso e demais docentes inseridos na situação, priorizam o bem-estar físico e emocional dos estudantes acompanhados, bem como, a melhoria das condições

indispensáveis à sua aprendizagem e formação profissional qualificada, desde o ingresso até o final de sua trajetória acadêmica.

É função do NAP a partir de uma análise e discussão, realizar o planejamento de mecanismos de acessibilidade e de acompanhamento dos estudantes que, em caráter permanente ou temporário, apresentarem condições especiais geradoras de limitações ou dificuldades, demandando apoio institucional especial no processo de ensino-aprendizagem, a fim de que lhes sejam oportunizadas a equiparação de condições que levem à expressão plena de seu potencial.

O trabalho realizado pelo NAP considera que o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS não é uma instituição com fim terapêutico, e que, no entanto, deve zelar pela qualidade de vida e formação profissional de seus estudantes no ingresso, na permanência e finalização do curso, atuando e intervindo com ações pedagógicas e psicopedagógicas.

Ainda, de acordo com a Lei nº 12.764, de 2012, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS buscará contribuir para a construção do conhecimento de alunos com transtorno do espectro autista por meio de atendimento psicológico, atendimentos diferenciados na clínica de Fonoaudiologia e de propostas metodológicas apropriadas e diferenciadas e de instrumentos avaliativos sob as perspectivas das necessidades individuais.

A IES apresenta-se preparada para atender as demandas especiais como: deficiência visual, auditiva, física e múltiplas deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades. Ações descritas na Política para Acessibilidade e Educação Inclusiva desse PDI.

Para os estudantes portadores de deficiência visual, a IES poderá proporcionar, teclado BRAILE e acervo bibliográfico em áudio; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal ou oferta-se instrumentos avaliativos com fontes customizadas às necessidades individuais.

Assim, faz parte de sua Missão o atendimento de qualidade ao discente. Desta forma, inclui em suas práticas de atendimento discente a promoção da saúde, o bem-estar psicossocial, o respeito aos direitos humanos, as políticas ambientais e étnico-raciais bem como a garantia de acessibilidade, além do atendimento administrativo e financeiro.

3.9.4. Participação nas Ligas acadêmicas - Centros Acadêmicos

A IES estimulará o Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Cultural e Esportivo por meio de suas Ligas Acadêmicas. Na área de Desenvolvimento Social serão realizados projetos e atividades vinculadas às questões sociais da região e cidade, de forma inovadora e diferenciada. Na área de Desenvolvimento Cultural serão incluídos os projetos relativos a manifestações de atividades artístico-culturais. Na área esportiva, serão realizados projetos e atividades esportivas, além das ações de inclusão social, meio ambiente, integração com a comunidade.

3.9.5. Acessibilidade metodológica e instrumental

Em atendimento a legislação vigente, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem se preparado para atender a demanda de acessibilidade e inclusão de alunos com deficiências, mobilidade reduzida, transtornos de conduta (que incluem alunos com espectro de transtorno autista) e altas habilidades, cujas políticas emanam do NAP, com a aprovação do Conselho Superior.

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público em todos os níveis de ensino.

A política de acessibilidade trata de aspectos arquitetônicos para pessoas com mobilidade reduzida, de acessibilidade de comunicação (a Língua de SINAES para pessoas com surdez), de acessibilidade pedagógica atitudinal (com a orientação aos professores, flexibilidade curricular e metodológica de suas Disciplinas. E, acessibilidade digital, ao disponibilizar no ambiente virtual de aprendizagem recursos didáticos em diferentes linguagens e suportes, tais como texto, vídeo, legendas, áudio, entre outras.

Nesse sentido a IES possui a Ouvidoria que se constitui em uma instância independente, cuja finalidade básica é a de identificar e/ou acolher, analisar e, sempre que for o caso, encaminhar aos órgãos e autoridades institucionais, com propostas de solução, às questões, problemas e necessidades da comunidade universitária, bem como

da comunidade externa, no intuito de que sejam aprimorados os processos, as decisões e os encaminhamentos realizados pelos órgãos gestores da Instituição.

3.9.6. Estágios não obrigatórios remunerados

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS promoverá convênios com instituições especializadas em estágio extracurriculares remunerados. E a Coordenação de Curso divulgará e encaminhará os discentes interessados. Além disso, promoverá eventos, gratuitos e transmitidos on-line, onde são conveniadas instituições externas do mundo do trabalho para motivar o aluno a procurar esses tipos de estágios, além de promover capacitações ensinando o aluno a concorrer de forma mais competitiva por esses estágios.

3.10. Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos

A política institucional para acompanhamento de egressos utilizará de mecanismos da tecnologia para a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica e da inserção profissional.

Via reivindicações e resultados da avaliação institucional, e por meio de acompanhamento do NAP, a Faculdade IBRAS implantará inicialmente um Programa de Acompanhamento do egresso por meio do site da faculdade, LinkedIn e demais redes sociais, para que os alunos do IBRAS e de outras IES possam postar de maneira fácil seu currículo.

Através dos dados coletados, serão feitos estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida, o que subsidiará ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho.

Em busca de ações inovadoras, a política prevista também objetivará que os usuários egressos da instituição tenham uma programação diferenciada, formação continuada, e a possibilidade de um programa de viagem de imersão custeada por cada egresso a um roteiro empreendedor no mundo.

3.11. Política de Comunicação da IES com a Comunidade Externa e Interna

A comunicação interna e externa tem como base o desenvolvimento institucional a partir da missão da IES, possibilitando a divulgação de informações do curso, de programas, da extensão e da pesquisa, a publicação de documentos institucionais relevantes. Está articulada também com os processos de autoavaliação, mecanismos de transparência institucional, ouvidoria e desenvolvimento estratégico.

Pauta-se também comunicação compreendida como processo e estratégica que observa como instituição de educação superior a mediação dos processos ensino-aprendizagem de forma a otimizar os resultados qualitativos e quantitativos das relações pedagógicas e como meio de favorecer os princípios da autonomia e da auto-direção do discente na condução de sua formação.

Os canais de comunicação externa também propiciam o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, e pressupõem instância específica que atue transversalmente às áreas com ações inovadoras.

Por meio de ações que estimulam a comunicação na IES e com a comunidade propõe atividades de geração, protótipo, implementação comercial e interação contínua dos processos comunicacionais. O processo inclui *crowdsourcing*, possibilidade de feedback, colaboração para o desenvolvimento de mecanismos e indicadores de qualidades como:

- Criação um banco de talentos e saberes, em especial aqueles que não estão diretamente ligados ao cargo desempenhado pelo profissional;
- Articular ações em grupo envolvendo diferentes cargos e perfis (alunos, professores, pessoal administrativo etc.);
- Divulgar amplamente as iniciativas de inovação social desenvolvidas dentro e fora da instituição para inspirar, sensibilizar as pessoas e compartilhar conhecimentos;
- Melhorar a comunicação/ integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Participação dos colaboradores e alunos em grupos externos de discussão sobre problemas sociais (fóruns, conselhos, associações, movimentos sociais etc.);
- Elaborar/atualizar regimentos, regras e documentos oficiais que explicitem estratégias as quais potencializem o desenvolvimento de inovações sociais;
- Criar uma base de demandas sociais e de soluções sociais já desenvolvidas;
- Criar um programa/ações de apoio a ideias inovadoras de impacto social positivo, com capacitação, fomento e assessoria para desenvolver, integrar e aplicar as ideias na comunidade;

- Criar eventos de integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão com a participação ativa da comunidade, por meio de espaços de intervenção, oficinas, mostras culturais.

A Comunicação Externa será realizada a partir do setor de Marketing e da Assessoria de Imprensa, cuja responsabilidade é transformar fatos em material jornalístico (*press releases*), que são encaminhados aos veículos de comunicação da região. As notícias sobre a instituição também são divulgadas com a produção de matérias especiais para publicação em revistas e sites.

No site oficial da Instituição estão disponíveis informações gerais sobre o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS e seus cursos de graduação e de pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, sistema interno de estudantes e professores, *hot sites* para a divulgação de eventos e promoções, além de notícias publicadas diariamente.

Outra maneira de divulgar a Instituição é apoiando eventos relacionados ao curso ofertado, como congressos regionais, simpósios, fóruns, entre outros.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS também mantém uma frequente comunicação com a comunidade da sua região de oferta, através da mídia impressa (jornais, outdoors, banners, folders), mídia televisiva (peças publicitárias, vídeos institucionais e programas de TV), mídias sociais (internet, facebook e instagram) além da comunicação e publicidade espontânea via rádio, garantindo contato direto com o público, seja interferindo positivamente para o desenvolvimento sociocultural, seja informando sobre suas atividades institucionais.

No que concerne a comunicação prevista da IES com a comunidade interna, ela se dá por meio de canais diversificados, impressos e virtuais, favorecendo o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica, com a previsão de divulgação dos resultados das avaliações interna e externa e ouvidoria. Dessa maneira, pressupõe-se a manifestação da comunidade, originando insumos para a melhoria da qualidade institucional.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS planeja várias estratégias e mecanismos de comunicação no sentido de viabilizar, da melhor maneira possível, a sua comunicação com a comunidade interna (docentes, discentes e corpo técnico administrativo) e com a comunidade externa. Constituída como uma Instituição que opera atividades de Ensino Superior, o IBRAS apresentará, em seu cotidiano, uma ampla gama

de ferramentas de comunicação integradas às práticas de seu corpo docente, discente e técnico administrativo, o que facilita a intensificação de sua rede de comunicação interna.

Estrategicamente, a Comunicação Interna está subdividida em três segmentos:

- Comunicação com professores e equipe técnica - é realizada por meio de um ambiente virtual institucional que expõe informações variadas do cotidiano acadêmico, como cursos de extensão, eventos e atualizações sobre acontecimentos internos. Este ambiente virtual institucional é o primeiro a ser exibido nos computadores administrativos;
- Comunicação entre setores - é realizada por meio de um sistema de chat que auxilia tanto na transmissão de informações quanto nas solicitações de serviços, materiais, divulgação e agendamento de auditórios e salas de aula;
- Comunicação com os estudantes - todos os alunos do IBRAS integram-se aos ambientes de comunicação on-line da instituição. São eles:
 - (i) Site Institucional, por meio do qual o estudante pode saber todas as novidades sobre a instituição: <https://www.ibrasfaculdade.edu.br/>
 - (ii) Portal do aluno, que é a porta de entrada do aluno em suas atividades acadêmicas e no qual o mesmo recebe todas as informações relativas ao seu curso;
 - (iii) Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde além das informações específicas do conteúdo das disciplinas, os alunos recebem também comunicados específicos dos professores das disciplinas e da coordenação do curso.

Outro mecanismo importante será a Ouvidoria, que foi criada para garantir um canal permanente de comunicação, proporcionando maior aproximação entre a Diretoria e a comunidade externa e interna, com objetivo de facilitar o recebimento das manifestações de todos os setores, por meio de um processo ágil, eficaz e seguro.

É o canal responsável por receber as sugestões e/ou críticas e reclamações da comunidade acadêmica, compreendendo alunos, professores, funcionários e a comunidade externa, sobre o atendimento, instalações e serviços oferecidos na instituição.

3.12. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)

Como política institucional e ação de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação), o IBRAS possui um Programa de divulgação de resultados de projetos de pesquisa dos discentes em congressos, como também fornece ajuda de custo para viabilizar a participação e publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, de artigos plenos em jornais e revistas nos quais conste a vinculação do autor à IBRAS.

Dessa maneira, o IBRAS visa incentivar a participação dos discentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, e prevê a organização e publicação de revista acadêmico-científica.

Para ter acesso a ajuda, o critério de concessão do auxílio se baseia exclusivamente no mérito que é avaliado pelo IBRAS, que sempre busca a ampliação do estímulo à participação discente. Outrossim, as políticas institucionais e ações de estímulo possibilitam também apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos no IBRAS e de âmbito local, nacional ou internacional, e apoio à produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais.

Tais ações serão previstas e divulgadas através do calendário institucional, no qual constará o detalhamento suficiente para a programação de participação de estudantes e docentes.

A IES estimula a organização e participação em eventos, através de apoio financeiro ou logístico, outrossim, é oferecido apoio à produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais. Para viabilizar a participação do corpo discente em atividades científicas e técnicas, a IES prevê a concessão de apoio à participação em eventos externos e visitas técnicas, considerando que a participação em eventos pelo corpo docente e discente constitui-se em importante instrumento para o seu desenvolvimento acadêmico-profissional, além de propiciar ao corpo discente uma maior proximidade com diferentes perspectivas de sua área de estudo e novas realidades de mercado.

3.13. Política de Responsabilidade Social

O IBRAS entende a importância da extensão como função relevante no processo de formação, uma vez que coloca o acadêmico em contato com a realidade em que vive, exigindo uma relação de superação do senso comum, no sentido de mostrar a responsabilidade social da instituição e dele próprio, enquanto profissional e cidadão.

As ações extensionistas do IBRAS são instrumento de exercício de sua Responsabilidade Social, na medida em que a última, refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável.

Nesta Instituição de ensino, extensão e responsabilidade social caminham juntas e são desenvolvidas por meio de trabalhos, ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura urbana/local e a inovação social.

Portanto, o PDI está alinhado com as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, sendo considerada a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, articulando os objetivos e valores do IBRAS, e a promoção de ações inovadoras.

A responsabilidade social do IBRAS visa contemplar o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES.

Outrossim, a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, é verificada através de questionários aplicados pelo para os corpos docente, discente e técnico-administrativo; para valorar as impressões dos mesmos sobre a responsabilidade social da faculdade, as reuniões técnicas com as diretorias administrativas, sessões de trabalho da CPA para análise dos projetos sociais e dos diversos documentos. A Instituição já oferta programa de bolsas e de renúncia de receitas, e na medida de seu credenciamento na modalidade EaD, pretende realizar a inscrição em Programas do tipo FIES, ProUni no futuro, dentre outros.

Também está com parceria com a Casa Transitória Fabiana de Jesus para auxílio na formação na área de informática através de programa de extensão. Também tem parceria com Sindicatos para formação profissional com custo mais acessível.

3.14. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente

O IBRAS incentiva a participação do corpo docente em eventos que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino aprendizagem, criando condições para que, de posse dos recursos disponibilizados pelo IBRAS e do conhecimento adquiridos nesses eventos, os docentes promovam as inovações no âmbito de suas disciplinas.

O IBRAS contempla como ações, estímulo e difusão para a produção acadêmica viabilizando publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, incentivando a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, e contará com a organização, publicação de revista acadêmico-científica digital, divulgação no site da IES outros meios de comunicação do IBRAS no início de cada semestre letivo. Visando estimular a produção docente e discente, haverá a ocorrência de eventos e palestras com empresários de sucesso, pensadores e pessoas de destaque na sociedade.

O IBRAS conta com um regulamento do Programa de Apoio à Produção Acadêmica, onde constam as condições para solicitação de aportes financeiros institucionais para a participação dos docentes e discentes em eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacional.

Dentre os mecanismos de estímulo à produção acadêmica e a difusão de produção acadêmica, o IBRAS prevê a criação de uma Revista Científica On-line, bem como um repositório de conteúdos, para permitir o engajamento do corpo docente e discente, como também divulgar resultados de extensões e pesquisas.

3.15. Políticas de Pesquisa

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS pauta suas ações alicerçadas na produção crítica do conhecimento. Enquanto local articulador de múltiplos saberes,

espaço de diálogo e reflexão, o Centro Universitário deve buscar permanentemente o estabelecimento de inter-relações entre o todo e suas partes, respeitando as peculiaridades dos diferentes campos do conhecimento.

Assim, a pesquisa no Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS deve ser entendida nos sentidos *stricto como lato*, Calderón (2007) afirma que a pesquisa "é um elemento inerente às atividades de ensino; diz respeito ao desenvolvimento de aptidões orientadas à procura do conhecimento, de forma metódica e sistemática". Compreende-se, portanto, como indagação de respostas aos problemas que a realidade impõe ao cotidiano acadêmico, e os docentes, mais dos profissionais que exercem uma profissão regulamentada, devem se comprometer com o devir de realidades, sentindo-se na obrigação de contribuir para modificá-las, alterá-las, pelo fazer diário.

Para que se concretizem, no processo educativo, os referenciais propostos têm-se de ir ao cerne da Ciência e da Educação, que é a capacidade de questionar e de, por meio do questionamento competente, intervir na realidade. O professor tem, como papel primeiro, recriar ou, preferentemente, produzir conhecimento e, em segundo lugar, orientar os alunos para que persigam e realizem o mesmo objetivo. Orientar significa agir como instância crítica e instigadora.

Para atingir este objetivo, torna-se necessário conceber a atividade de ensino e suas articulações com a pesquisa e extensão como procedimentos que mais fazem perguntas do que dão respostas. Entender que aprender não é estar em atitude contemplativa ou absorvente frente aos dados culturais da sociedade, mas sim estar envolvido na sua interpretação e produção. Partir da realidade para problematizar o conhecimento, envolvendo o professor e o aluno na tarefa de investigação que tem origem e/ou se destina à prática social e profissional. Isso significa dizer que a metodologia do "aprender a aprender" é um caminho capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias à solução dos problemas advindos da constante mudança da sociedade. Tal metodologia deve levar a uma formação em que o aluno é sujeito ativo do processo de aprendizagem e ensino.

Para tanto, as atividades de pesquisa no Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS começam a ser desenvolvidas com o objetivo de gerar e apropriar novos conhecimentos e estão inseridas no processo de educação, indicadas como método de ensino para expor os estudantes à investigação, à abordagem e ao tratamento de problemas novos. Buscam desenvolver nos alunos as seguintes capacidades: cooperação

e trabalho em equipe, experimentação, abstração, e raciocínio sistêmico. A pesquisa tem como diretrizes de suas ações:

- ✓ Estruturar a Coordenação de Pesquisa e Inovação, subordinado à Pró-Reitoria Acadêmica do IBRAS;
- ✓ Avaliar e compartilhar todos os resultados das pesquisas realizadas em grupos formais e iniciação científica;
- ✓ Fomentar, sempre orientado pelo planejamento anual, apresentações de trabalhos em eventos de cunho científico-tecnológico;
- ✓ Dar transparências às iniciativas de fomento para assegurar a credibilidade dos editais;
- ✓ Garantir visibilidade das ações realizadas pela Coordenação de Pesquisa e Inovação em todos os canais de comunicação do IBRAS;
- ✓ Prover infraestrutura para manutenção de sistemas de editoração eletrônica e publicação de periódicos científicos;
- ✓ Prover estrutura para realização de atividades científicas, envolvendo discentes, docentes e comunidade externa, sempre orientado pelo planejamento anual;
- ✓ Incentivo aos pesquisadores a publicar sua produção em revistas de renome, no País e no exterior, para submetê-los à competição de alto nível, bem como nas revistas da Escolas Superiores de Curso do IBRAS;
- ✓ Incentivar mecanismos de colaboração e participação (como redes), para articulação de interesses e capacidades, complementando potencialidades de todos os usuários;
- ✓ Buscar parcerias com outras instituições, agências e/ou empresas que apoiem atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, como fonte alternativa de fomento;
- ✓ Alinhar as ações de captação de recursos às oportunidades das agências de fomento públicas e da sociedade em geral, sejam empresas, entidades ou organizações do Terceiro Setor, alinhando os investimentos em pesquisa da Universidade com as políticas, diretrizes e oportunidades das agências de fomento do governo (CNPq, CAPES etc.) e da sociedade;
- ✓ Entender a atividade de pesquisa como o principal mecanismo do desenvolvimento científico e tecnológico e de construção de conhecimento para

a sociedade, com forte potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural;

- ✓ Ampliar o número de alunos dos diversos cursos do IBRAS atuando nas atividades de pesquisa e de iniciação científica;
- ✓ Reforçar a integração entre núcleos, Coordenações, laboratórios e grupos;
- ✓ Criar condições de mobilidade nacional e/ou internacional dos pesquisadores e contribuem para a produção científica do IBRAS, bem como a recepção de pesquisadores externos.

Ainda nesta perspectiva, impõe-se no campo operacional que as estruturas curriculares dos cursos impliquem em: incentivar o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares; incentivar a aquisição e assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar; fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como a monitoria, os estágios e a participação em atividades de extensão; estimular práticas de estudo que promovam a autonomia intelectual; promover a discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política em todos os conteúdos programados; conduzir avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar docentes e discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

Dessa forma, a Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Seguimento União de (PPDI) busca consolidar um ambiente com cultura de pesquisa científico-tecnológica nas unidades do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS baseado na relação de uso, produção e divulgação de conhecimentos de diversas áreas do saber.

Para tanto, logra-se incentivar o estabelecimento de grupos formais de pesquisa, iniciação científica, núcleos de apoio e desenvolvimento, laboratórios técnicos, valorização de projetos transdisciplinares e de relevância social, participação em atividades científicas (congressos, simpósios, colóquios, seminários, encontros, entre outros), e divulgação científica com o estímulo à produção de artigos e publicação em periódicos científicos indexados em bases de impacto.

Assim, a dinâmica da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão pode ser garantida de modo a reforçar o viés universitário do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO (EIXO 4)

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI representa o instrumento de planejamento no nível estratégico que consolida a visão de longo prazo do planejamento da Instituição, definindo seu posicionamento estratégico, em consonância com a missão, onde se declaram os compromissos com a sociedade. O PDI completa-se promovendo a integração dos princípios, das políticas, das diretrizes e dos objetivos estratégicos que são considerados norteadores para o ensino, para a pesquisa, para a extensão, para a gestão administrativa e para a avaliação.

A regulação de cada setor de gestão do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS está regulada no Regimento Interno da instituição.

De conformidade com o Regimento em vigor, a administração da IES compreende órgãos deliberativos e normativos, órgãos executivos e órgãos suplementares e complementares, como sintetizam o organograma da instituição e os artigos do Regimento.

4.1. Políticas de pessoal

Através de suas políticas de Gestão de Pessoal, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS busca a valorização profissional do seu corpo docente e do seu pessoal técnico-administrativo, estando suas ações orientadas por um Plano de Carreira Docente e do Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo.

4.2. Corpo Docente

O pessoal docente compreende os professores e professores/tutores integrantes da carreira de magistério, admitidos nos termos da legislação de trabalho, com reconhecida capacidade moral e intelectual e que preencham os requisitos legais, regimentais estabelecido no Regimento Geral e no Plano de Carreira do Magistério Superior do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS aprovado pela Mantenedora. Os professores serão contratados pela Mantenedora, segundo o regime das Leis Trabalhistas, observados os critérios e normas do Regimento.

4.2.1. Regime de trabalho Docente

A carreira acadêmica do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem como estrutura de classificação, promoção e remuneração de professores, compreende a docência e atividades correlatas, a pesquisa, a extensão e a administração acadêmica. Compõem o quadro pessoal da IES: professores efetivos em regime integral ou parcial, professores visitantes, horista e professores tutores.

Considera-se professor efetivo aquele que, contratado por tempo indeterminado, ministra aulas e/ou realiza atividades de pesquisa, extensão, prestação de serviços e administração acadêmica, podendo o contrato ser integral ou parcial.

Considera-se professor visitante aquele que, convidado pelo IBRAS devido ao seu notório saber técnico e científico, ou recebido por força de convênio ou acordo estabelecido com outras instituições, congêneres ou não, colabora nas atividades de docência, pesquisa ou extensão. Considera-se professor horista aquele que, contratado por tempo determinado, atende às necessidades transitórias na docência, pesquisa e extensão, nos mesmos níveis da carreira acadêmica, embora sem possibilidades de promoção.

O regime de trabalho do corpo docente do Curso do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS será por meio de regime **Integral, Parcial e Horista**, visando possibilitar o atendimento integral da demanda. Será considerada a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

Para uma melhoria contínua, será utilizada no planejamento e gestão, documentação descritiva sobre as atribuições individuais dos professores/tutores, considerando-se a carga horária total por atividade.

O docente fica sujeito a um dos seguintes regimes de trabalho, incluídas as horas-aula que ministra, atividades acadêmicas, coordenação de cursos, instruções, supervisão e orientação de alunos, práticas de pesquisa ou extensão, supervisão ou coordenação de órgãos ou setores:

TEMPO INTEGRAL – O regime de tempo integral compreende a prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 (vinte) horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão,

planejamento, avaliação e/ou atividades de gestão.

TEMPO PARCIAL – Docentes contratados com 12 (doze) ou mais horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas, reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, gestão, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.

HORISTA – Docentes contratados pela instituição, exclusivamente, para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada.

O docente para fazer jus à carga suplementar de 25% inerentes aos regimes parcial ou integral, deve realizar algumas das atividades a seguir:

- Orientação didática de alunos;
- Orientação de alunos em trabalho de conclusão de curso;
- Orientação de alunos de iniciação científica;
- Orientação de monitoria;
- Orientação de alunos em atividade de extensão;
- Coordenação de cursos de graduação, estágios e extensão;
- Participação em Projetos de Pesquisa, em colegiados de curso e CPA.

Aos docentes designados para funções administrativas receberão, durante o tempo em que se mantiverem em exercício delas, a remuneração prevista para sua categoria, acrescida da gratificação pela função, quando houver, respeitada a classe em que se enquadra.

Os docentes designados por meio de portarias para funções de diretores, e coordenador, receberão em quanto em exercício das mesmas, remuneração de professor com nível equivalente à sua titulação no regime de 40 (quarenta) horas semanais, acrescidas respectivamente da função gratificada.

O Plano de Carreira Docente do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS:

- Disciplina o ingresso, a ascensão, a política do IBRAS de qualificação e remuneração da carreira docente, os direitos, deveres e obrigações do pessoal docente, na forma das exigências legais.
- Regulamenta as condições de admissão, de demissão, direitos e vantagens, deveres e responsabilidades dos membros do corpo docente, além das formas de ingresso no quadro de carreira, as condições que permitam a ascensão e

remuneração de cada docente considerando-se as respectivas titulações.

No plano de carreira há todo um processo de formação continuada. No programa de formação continuada, destacam-se a modalidade de seminários e jornadas temáticas para continuar cumprindo o seu papel de criar condições aos docentes para a discussão sobre quais são os saberes profissionais dos professores, isto é, sua postura ética, seus conhecimentos, competências, habilidades, que utilizam em seu trabalho diário para desempenhar suas tarefas e atingir seus objetivos.

A carreira docente do IBRAS é constituída por classes e níveis, cujos requisitos de titulação e experiência profissional são descritos a seguir:

CLASSE	DOCENTE	NÍVEIS
Classe "E"	Especialista	E-I; E-II; E-III; E-IV; E-V
Classe "M"	Mestre	M-I; M-II; M-III; M-IV; M-V
Classe "D"	Doutor	D-I; D-II; D-III; D-IV; D-V

Quando o docente alcançar o próximo nível horizontal dentro da avaliação de desempenho, terá um adicional salarial como incentivo e reconhecimento pelo trabalho e comprometimento com a IES, nas classificações I, II, III, IV e V posteriores a cada nível, o acréscimo salarial dos percentuais 2%; 3%; 4%; 5% e 6%, respectivamente.

4.2.2. Critérios de Seleção e Contratação

Como pré-requisito para contratação, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS analisará o perfil profissional e acadêmico do docente, incluindo a adequação de sua experiência aos conteúdos que irá ministrar.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS terá uma política de contratação que privilegia a escolha de docentes que tenham total adequação, quer por formação acadêmica, quer por formação profissional, às disciplinas ministradas.

Fazem parte da política de contratação dos docentes:

- Comunicação da abertura de vagas e perfil docente pela Coordenação do Curso para a Diretoria Acadêmica;
- Divulgação de Edital de Vagas para a seleção docente pela Coordenação Administrativa e Financeira; seleção inicial de currículos pela Coordenação e envio à Coordenação do Curso;
- Análise e seleção de currículos pela Coordenação do Curso;
- Convocação de docentes, cujos currículos foram aceitos pela Coordenação do Curso para a realização de entrevista;
- Entrevista do docente com a Coordenação do Curso para o preenchimento de ficha analítica;
- Realização da avaliação prática, composta de uma miniaula de até 10 minutos sobre assunto relacionado com uma das unidades do Programa da Disciplina para a qual o docente se candidata. O candidato deve entregar à Banca de Avaliação um plano de aula;
- A Banca de Avaliação deverá avaliar a capacidade de articulação oral, didática desenvolvida durante a preleção, sequência dos tópicos abordados, desenvoltura, material didático utilizado na preleção, reação a perguntas, atribuindo graus para cada item avaliado;
- Entrevista Individual no setor de Recursos Humanos da Direção Administrativa e Financeira dos candidatos aprovados na Avaliação Prática para cumprimento das exigências trabalhistas e comprovação documental de atendimento às necessidades e à formação adequada, titulação e experiência docente, conforme o perfil indicado pela Coordenação do Curso;
- Uma vez cumprida todas as exigências trabalhistas e documentais, o docente é admitido e convidado a participar da Oficina Pedagógica para Novos Docentes.

Além do corpo docente permanente, o Conselho Superior pode convidar professores de outras instituições, brasileiras ou do exterior, para ministrarem disciplinas, coordenarem atividades práticas, participarem e/ou orientarem trabalhos, projetos ou monografias e apresentarem seminários ou eventos similares.

Para a contratação de novos docentes do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS se pautará no que diz respeito à titulação, pelos seguintes critérios:

- Aceitar como mestres (mestrado acadêmico ou profissional) ou doutores

somente os docentes cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* credenciados pela Capes e devidamente comprovados. Os títulos obtidos fora do País deverão estar revalidados no Brasil;

- Considerar especialistas os docentes cujos títulos, devidamente comprovados por certificado, tenham sido obtidos em curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização) na forma da legislação educacional em vigor na data da obtenção do certificado;
- Considerar graduados os docentes cujos títulos, comprovados por diplomas e devidamente registrados, tenham sido obtidos em cursos superiores reconhecidos ou, quando obtidos fora do País, revalidados no Brasil.

A análise dos currículos dos candidatos a ocuparem funções docentes se pautará pelas seguintes definições:

- **Doutorado:** Segundo nível de formação pós-graduada tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa, com duração mínima de dois anos, exigência de defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema, conferindo o diploma de doutor.

- **Mestrado acadêmico:** Primeiro nível de formação pós-graduada, etapa preliminar na obtenção do grau de doutor – embora não constitua condição indispensável à inscrição no curso de doutorado – ou grau terminal, com duração mínima de um ano, exigência de dissertação em determinada área de concentração em que o mestrando revele domínio do tema, conferindo o diploma de mestre.

- **Mestrado profissional:** Mestrado dirigido à formação profissional, com estrutura curricular clara e consistentemente vinculada à sua especificidade, articulando o ensino com a aplicação profissional, de forma diferenciada e flexível, admitido o regime de dedicação parcial, exigindo a apresentação de trabalho final sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outras, de acordo com a natureza da área e os fins do curso.

- **Especialização:** Curso de pós-graduação (*lato sensu*) em área específica do conhecimento que, segundo a legislação atual, deve ter duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente e

nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS entende que o processo de formação de seus docentes é contínuo e que à formação acadêmica soma-se a experiência profissional, ratificada no cotidiano prático e reflexivo dos docentes. A permanente ligação do curso com o meio produtivo e com as demandas da sociedade criam boas perspectivas de contínua atualização, renovação e auto reestruturação. No processo de avaliação da qualidade do corpo docente e dos componentes curriculares de sua formação profissional, a competência e a experiência não acadêmicas na área têm equivalência com o quesito formação acadêmica.

4.2.3. Titulação

A titulação do docente influi diretamente no seu desempenho em sala de aula, podendo caracterizar sua capacidade para analisar os conteúdos dos componentes curriculares e fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada. Sendo assim, os cursos do IBRAS contarão com docentes com quadro composto por Doutores (46%) e Mestres (54%). A titulação desses docentes, irá auxiliar e proporcionar o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, através da correlação entre os objetivos das disciplinas e o perfil do egresso, visando incentivar a produção do conhecimento inovador por meio de grupos de estudo, pesquisa e publicação.

4.2.4. Experiência Profissional do Docente

A experiência profissional é levada em conta na seleção de professores para o magistério superior e será realizada pela coordenação do curso, auxiliado pela Diretoria pedagógica, o NAP e o Setor de Gestão de Pessoas.

A experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento local e nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho são muito importantes, tendo em vista que a política institucional da IES visa capacitar os professores e buscar profissionais com experiência em docência e profissional não acadêmica.

Considerando o perfil do egresso constante no PPC, estas experiências no mercado de trabalho são fatores de fundamental importância para uma atuação responsável, pois definem o desempenho do docente em sala de aula. Desse modo, pode ser caracterizada a sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, aplicando a teoria ministrada em diferentes unidades curriculares. A experiência anterior do docente, também influencia no modo de interação do conteúdo com a prática, o que resulta na compreensão e aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral, considerando o conteúdo que deve ser abordado para os profissionais da área de gestão.

4.2.5. Experiência no Exercício da Docência Superior

Em relação à experiência no exercício da docência superior, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS conta com um corpo docente, em grande parte constituído de professores experiência docente no Ensino Superior. Isso garante o conhecimento necessário e compatível para o bom desenvolvimento da organização curricular, que é fundamentada nas diretrizes curriculares nacionais na educação superior e nas exigências das disposições legais, medidas pelo Ministério da Educação, assim como em condições impostas pelo mundo contemporâneo.

Considerando o perfil do egresso constante no PPC, estas experiências no exercício da docência superior são fatores de fundamental importância para uma atuação responsável, pois definem o desempenho do docente em sala de aula. Desse modo, pode ser caracterizada a sua capacidade para promover ações que permitam identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem inovadora às características da turma e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares. A constante atualização do docente, também influencia no modo de: elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades; em avaliações diagnósticas, formativas e somativas; utilização dos resultados para redefinição de sua prática docente no período; exercício de liderança; e reconhecimento através da sua produção acadêmica.

4.2.6. Políticas de Formação Continuada e Capacitação Docente

Para atingir seus fins e objetivos, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem empreendido ações e alocado recursos para possibilitar ao seu corpo docente a oportunidade de aperfeiçoamento e especialização, incluindo todos os regimes de trabalho.

Tem a IES como meta, buscar parcerias para o oferecimento de possibilidades de aperfeiçoamento de seu corpo docente, com cursos fornecidos na instituição ou proporcionando a participação em cursos, seminários e congressos realizados em outros locais.

A política a ser adotada para os próximos cinco anos, será a de alcançar um patamar de qualificação docente, sempre em função das prioridades estabelecidas em razão dos cursos ofertados, por área de conhecimento, com o objetivo básico de qualificar o corpo docente para o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como, a verticalização do ensino, com a oferta de cursos de pós-graduação em áreas prioritárias estabelecidas e necessárias para o desenvolvimento regional.

A política prevista de capacitação docente e formação continuada possibilita a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas regulamentadas. A IES, em sua política de qualificação docente, prioriza e privilegia cursos e docentes para mestrados e doutorados em áreas e subáreas do conhecimento das ciências sociais aplicadas, assim como para a participação em eventos científicos, observando que a qualificação dos docentes deve atender às necessidades do curso de graduação ofertado e outras atividades da instituição e, somente após, para áreas de interesse dos professores individualmente.

Com o objetivo de orientar docentes na condução de disciplinas, sugerindo metodologias, recursos, atividades e propostas de trabalho, além de orientar a relação docente-aluno, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS oferecerá o serviço de orientação pedagógica aos docentes. Este serviço é realizado pelo NAP, que com o objetivo de oferecer apoio didático-pedagógico aos docentes, assessorar o corpo docente nas fases de planejamento, execução e avaliação, buscando a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

4.2.7. Procedimentos para substituição eventual dos Docentes do Quadro

Em relação ao afastamento ou substituição de docentes, além dos casos previstos na legislação trabalhista, pode ocorrer o afastamento do ocupante de cargo docente para aperfeiçoar-se em programas de doutorado, mestrado, especialização, aperfeiçoamento ou atualização, em nível de pós-graduação ou comparecer a congressos e reuniões, relacionados à sua atividade técnica ou docente no Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS e para exercer cargos na estrutura didático-administrativa da instituição.

O pedido de afastamento deve ser encaminhado por meio do Coordenador de Curso competente, em requerimento dirigido ao Diretor Geral, com a exposição de motivos e a programação a que se destina. O afastamento do ocupante de cargo no quadro docente dá-se mediante proposta do Coordenador de Curso respectivo, após pronunciamento do Conselho Superior, com posterior homologação do Diretor Geral, a quem compete expedir o ato.

Os docentes licenciados devem firmar, antecipadamente, o compromisso de lecionar ou prestar serviços técnicos a instituição, no mínimo, por tempo idêntico ao do afastamento, sob o mesmo regime de trabalho, sob pena de reembolso das importâncias recebidas da Mantenedora, acrescidas de juros e correção de lei.

Durante o período de afastamento e ao final do mesmo, fica o professor obrigado a remeter, ao Curso no qual está lotado, relatório semestral das atividades, bem como a comprovação de frequência mensal.

4.2.8. Relação Disciplinas/Docente

Ainda, visando a qualidade do ensino que oferece, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS preocupou-se em repensar a forma como as disciplinas estão sendo ministradas pelos seus docentes e propõe os seguintes padrões:

- I. Promover uma relação explícita entre a teoria que se está ensinando e sua aplicação prática na solução de problemas na vida real, particularmente quando se tratar de interesse local ou regional;
- II. Proporcionar renovações na prática educacional, com inovações que possam torná-las menos sempre mais dinâmicas e interativas e que contribuam para aumentar o rendimento dos estudantes, particularmente, através de iniciativas que estimulem o questionamento e a reflexão;
- III. Adotar novas e ativas metodologias de ensino que promovam o

- desenvolvimento de trabalhos de extensão junto a empresas ou comunidades, particularmente com criação ou execução de convênios;
- IV. Incluir a produção e/ou adaptação de material e/ou programas, dirigidos para auxiliar a autoaprendizagem dos estudantes;
 - V. Apontar para a revisão de programas de disciplinas com vistas à atualização e eliminação de repetições excessivas;
 - VI. Introduzir disciplinas inovadoras e/ou atividades que visem uma formação mais ampla e atual, como, por exemplo, a formação do acadêmico empreendedor, a formação do profissional cidadão etc., particularmente quando isto for realizado com caráter multidisciplinar, estimulando a interdisciplinaridade, e em colaboração com a sociedade/meio empresarial.

Para atingir esta proposta o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS pretende operacionalizar a distribuição de disciplinas aos docentes, de forma que a média na relação disciplinas/docente seja igual ou menor que três. Neste sentido cuidar-se-á para que o docente leccione apenas disciplinas que tenham proximidade temática, ou seja, que integrem a mesma matéria ou sejam da mesma área.

4.2.9. Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo, revisor e deliberativo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso e tem, por finalidade, a implantação, aplicação e desenvolvimento dos mesmos. O NDE do Curso do IBRAS é composto pelo coordenador do curso e mais 4 docentes, todos eles possuem titulação *Stricto Sensu*.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- Elaborar e revisar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso; atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Conselho de Curso, sempre que necessário;

- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

Ainda, sua função também será atuar no acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica e verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante, a partir da análise e adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho.

Outrossim, O NDE é o responsável por:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Analisar continuamente o PPC e propor adequações às exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as políticas didático-pedagógicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenação do Curso possíveis alterações;
- Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado.

Por fim, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS por meio de ações de capacitação didático-pedagógica e em relação ao plano de carreira, planeja procedimentos para permanência de parte dos membros do NDE até o ato regulatório seguinte, uma vez que a Instituição pretende fidelização de seu corpo docente, a fim de uma construção efetiva de sua identidade dentro de seus projetos e programas.

4.2.10. Colegiado de Curso

O colegiado de curso do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS é planejado para ter atuação com representatividade dos segmentos, através de reuniões com periodicidade determinada e registro de suas decisões, e com o posterior encaminhamento das decisões. A partir dessa sistemática, haverá o suporte, acompanhamento e execução de processos e decisões, acerca da avaliação periódica sobre desempenho, visando o ajuste de práticas de gestão inovadoras.

O Colegiado congrega representantes dos corpos docente, discente e técnico-administrativo. O Colegiado de Curso será presidido por seu Coordenador, substituído em suas faltas e impedimentos por um suplente, ambos escolhidos pelo Diretor para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução:

- I. Os representantes docentes em número de 3 (três) serão nomeados pelo Diretor, a partir de lista quádrupla composta por seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- II. Os representantes discentes em número de 2 (dois) serão nomeados pelo Diretor, a partir de lista quádrupla indicada pelos órgãos de representação, para mandato de 1 (um) ano, vedada a recondução.
- III. Os representantes do corpo técnico administrativo, em número de 2 (dois) serão nomeados pelo Diretor, a partir de lista quádrupla composta por seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

4.2.10.1. Atuação/ Funcionamento do Colegiado de Curso

O planejamento de atuação do colegiado prevê sua institucionalização, com representatividade dos segmentos, reuniões com periodicidade determinada e registro de suas decisões, existência de fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realização de avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, em datas fixadas no calendário escolar e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador do Curso, por iniciativa própria, por solicitação do Diretor ou a requerimento de dois terços (2/3) de seus membros.

Compete a cada Colegiado de Curso:

- I. Distribuir encargos de ensino e extensão entre seus Professores, respeitadas as especialidades, e coordenar-lhes as atividades;
- II. Aprovar os programas e planos de ensino das suas disciplinas;
- III. Elaborar os projetos de ensino e extensão e executá-los depois de aprovados pelo Conselho Superior;
- IV. Opinar sobre verificação do aproveitamento de estudos;
- V. Deliberar sobre os projetos de ensino e extensão que lhes forem apresentados, para posterior decisão do Conselho Superior;
- VI. Exercer as demais competências que lhes sejam previstas em lei e por este regimento.

4.3. Corpo Técnico-Administrativo

O corpo técnico administrativo é formado por profissionais que exercem atividades de apoio aos serviços relacionados ao ensino, à iniciação científica e à extensão, contratados pela Mantenedora. O critério adotado pelo Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS visa adequar o corpo técnico administrativo a demanda de mercado assegurando a qualidade de serviços no atendimento das necessidades no cumprimento das diretrizes da instituição. O preenchimento das vagas depende da aprovação da mantenedora, após validação o processo inicia – com o recrutamento e seleção interno e externo.

No preenchimento de vagas dos auxiliares de administração, a ordem de prioridade será seleção interna e posteriormente seleção externa, caso a vaga não tenha sido preenchida.

A seleção interna para vagas em aberto enfoca funcionários com capacidade técnica para a função, compromisso com a instituição e aprovação na prova de seleção de interna. O processo seletivo compreende na divulgação da descrição sucinta das habilidades/competências necessárias para o atendimento do perfil desejado para o preenchimento da vaga. Caso o candidato detenha das habilidades exigidas para o cargo, passará pelas seguintes fases: entrevista, dinâmicas, aplicação de provas práticas/conhecimento específico e ao final entrevista com o gestor da área.

A admissão é feita mediante seleção, por meio de entrevista e análise curricular. Para aceitação de candidatos, são exigidos critérios básicos de idoneidade moral e formação adequada à função a ser exercida. Segundo o Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico Administrativo, o funcionário admitido é classificado na referência inicial do cargo ou padrão indicado pela avaliação e somatório dos pontos do currículo. A admissão é feita mediante contrato de experiência por noventa dias, sendo que, findo esse prazo, a chefia imediata encaminha a avaliação de desempenho, propondo ou não a contratação, com vínculo por prazo indeterminado.

4.3.1. Plano de Cargos e Salários

O Plano de Cargos e Salários dos auxiliares de administração do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS tem como objetivo instituir uma política de gerência de cargos, salários e carreira destes funcionários, integrantes das Instituições de Ensino Superior mantidas pela mantenedora, visando a valorização destes funcionários e permitindo a estabilidade necessária para o bom desenvolvimento das atividades de suporte ao ensino.

O regime jurídico dos empregados funcionários auxiliares de administração escolar é o da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aplicando-se ainda a eles, as normas deste Plano de Cargos e Salários, e as Convenções Coletivas de Trabalho.

No preenchimento de vagas dos auxiliares de administração, a ordem de prioridade será seleção interna e posteriormente seleção externa, caso a vaga não tenha sido preenchida. O desenvolvimento funcional dos auxiliares de administração ocorrerá mediante Promoção Vertical e Promoção Horizontal.

O desenvolvimento funcional dos auxiliares de administração ocorrerá mediante Promoção Vertical e Promoção Horizontal.

A Promoção Vertical está vinculada à existência de vaga no quadro de funcionários que foram promovidos ou poderá ocorrer em função da necessidade de preenchimento de uma vaga em aberto. Os aumentos salariais por Promoção Vertical são concedidos aos funcionários que passam de um cargo para outro dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo e somente ocorrerá por mérito e atendendo a escolaridade exigida, além da classificação junto a avaliação do RH da IES.

A Promoção Horizontal e seu respectivo aumento salarial são concedidos aos funcionários dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo, por antiguidade, sendo que a cada cinco anos de efetivo serviço para o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS independentemente da promoção vertical, o funcionário receberá promoção por antiguidade, à qual corresponderá acréscimo de salário correspondente aos percentuais:

- 5% (cinco por cento) da parte fixa do salário mensal quando completar 5 (cinco) anos de efetivo e ininterrupto exercício no estabelecimento;

- Respectivamente substituição do percentual previsto no inciso I por 10 (dez), 15(quinze), 20(vinte), 25 (vinte e cinco) e 30 (trinta) por cento quando completar de efetivo e ininterrupto exercício, 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco), 30 (trinta), ou mais anos.

4.3.2. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo

A política prevista de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo possibilitará a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas regulamentadas conforme descrita no Plano de cargos e salários da IES.

O IBRAS proporá o Plano de Cargos e Salários, que tem como objetivos: Definição de estruturas salariais atrativas para o tipo de mão-de-obra que a instituição necessita; Elaboração e uso de análises de cargos, propiciando informes sobre o seu conteúdo e posterior avaliação, e para outros fins da administração de Recursos Humanos; Determinação dos valores relativos aos cargos, por meio de avaliação; Adequação de distorções salariais, diagnosticadas pela avaliação; Determinação de linhas de acesso e o aproveitamento adequado dos mais capacitados; Determinação de métodos e práticas de remuneração que evitem o uso ou manutenção de discriminações

Dessa forma, a política de capacitação e formação continuada objetiva: apresentar à comunidade uma constante melhoria na qualidade dos serviços oferecidos, buscando a eficiência, eficácia e efetividade; aperfeiçoamento e desenvolvimento de carreira, proporcionando melhorias no ambiente organizacional.

Com base no Regimento Interno do IBRAS, a Instituição estimulará através de programa específico de capacitação profissional a qualificação do seu pessoal técnico administrativo, por meio de um conjunto de ações destinadas a proporcionar ao colaborador o seu aprimoramento enquanto indivíduo, profissional e cidadão, direcionado à consecução dos objetivos institucionais.

Para isso, estabelecem-se as seguintes políticas: incentivo a formação continuada do corpo técnico; oferta de cursos voltados à atuação específica; oferta de cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional; estímulo à participação em eventos sociais, culturais e científicos a serem promovidos pelo IBRAS e outras entidades; e atualização de conhecimentos na área da informática.

A capacitação dos funcionários, no âmbito da política institucional é considerada meta, enfatizando a qualificação e a atualização sistemática dos recursos humanos para o exercício pleno e eficiente de suas atividades.

Estes incentivos e estímulos (capacitações e treinamentos) seguem os mesmos patamares estabelecidos para o corpo docente, no Plano de Capacitação Docente.

Preparando-se, ainda, para atender às necessidades dos cursos previstos na modalidade de EaD, o IBRAS iniciará após o devido credenciamento atividades que objetivam a formação continuada do corpo de docentes, tutores e corpo técnico-administrativo de forma a garantir que a transposição da prática educativa ocorra de forma eficiente, das atividades do ambiente presencial para o ambiente virtual, seguindo as devidas adaptações e adequações ao novo meio de ensino aprendizagem.

4.3.3. Política de capacitação docente e formação continuada

Dada a centralidade do professor no processo de ensino e aprendizagem mediado por tecnologias (ou sem tecnologias), como maestro, planejador, idealizador da gestão da sala de aula, o professor necessita formação continuada para melhorar sua atuação de mediador do processo de construção do conhecimento, sobretudo em ambientes instrumentalizados pelas tecnologias digitais e informação e comunicação.

A formação continuada de docentes e tutores tem se configurado como estratégia imprescindível ao desenvolvimento e a melhoria da oferta de ensino no IBRAS. A política prevista de capacitação docente e formação continuada possibilita a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento

pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado de acordo com o PDI terá prática regulamentada na IES.

Preparando-se para atender às necessidades dos cursos previstos na modalidade de EaD que objetivam a formação continuada do corpo de docentes/tutores e corpo técnico-administrativo a IES terá um cronograma de atividades para formação continuada, de forma gratuita.

Adicionalmente, o IBRAS incentivará e apoiará a qualificação acadêmica em programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, flexibilizando a carga horária, operando com remanejamento de horários, de forma a garantir a motivação e o comprometimento do docente com a educação de qualidade, trazendo para IES os mais recentes avanços dentro de suas áreas de atuação, além de estimular que tais processos de capacitação externa sejam devidamente acompanhados de produção técnico científica.

Dessa forma, com base no Regimento Interno do IBRAS, a Instituição estimulará através de programa específico de capacitação profissional a qualificação do seu pessoal técnico administrativo, por meio de um conjunto de ações destinadas a proporcionar ao colaborador o seu aprimoramento enquanto indivíduo, profissional e cidadão, direcionado à consecução dos objetivos institucionais.

4.3.4. Política de capacitação docente e formação continuada para tutores

No modelo de EaD do IBRAS, os docentes realizarão os papéis de tutoria a distância e presencial, portanto a aderência à área, sua consistência epistemológica e experiência na modalidade a distância são fundamentais. Na medida em que a Instituição crescer em número de alunos, o IBRAS tratará da contratação de tutores como apoio aos docentes, nas atividades de correções de atividades, avaliações e acompanhamento de dúvidas de tecnologia e/ou de interatividade com as ferramentas disponibilizadas no AVA. A política prevista de capacitação e formação continuada para o corpo de docentes tutores possibilita a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação, com práticas regulamentadas.

Em sua capacitação, atividades pedagógicas do tipo, a gestão acadêmica do processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à motivação,

orientação, acompanhamento e avaliação dos estudantes; esclarecimento de dúvidas, promoção de espaços de construção coletiva de conhecimento, seleção de material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e a criação dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, são alguns dos temas necessários de serem tratados.

Quando da existência de polos, os tutores on-line atuarão de forma virtual, em regime de home office e na sede (ou polos no futuro) sob supervisão do Coordenador de Tutoria; exercerá suas funções sob a orientação dos Professores EaD, supervisionado pela Coordenação de Curso e Coordenação de Ensino e Aprendizagem do NEaD; responderá à Coordenação de curso, em articulação com a Coordenação de Ensino e Aprendizagem; participa do Fórum de Professores e Tutores on-line; contribuirá para o bom relacionamento com clientes externos e internos, assegurando a qualidade buscada pelos ciclos do processo avaliativo (CPA).

Já o Tutor presencial (nos polos) atenderá os estudantes nos polos de apoio presencial, em horários preestabelecidos, para auxiliá-los no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo. Fomenta o hábito da pesquisa e participa dos momentos presenciais, apoiando a interação dos alunos com tutores a distância e Professores conteudistas. A tutoria responderá às orientações do Professor tutor (conteudista), sob a supervisão da Coordenador de Curso e do Coordenador de Polo, sendo a sua articulação com alunos e com tutores a distância o principal meio em que o trabalho é acompanhado. O tutor presencial terá formação de graduação na área do curso em que atua.

4.3.5. Procedimentos para substituição

O processo seletivo para substituição segue os mesmos procedimentos para ingresso habitual. O funcionário deve passar por um processo seletivo, mesmo que o contrato seja por prazo determinado. Todos os critérios seguem as regras de seleção e contratação estabelecidas pelo Departamento de RH, seguindo a legislação trabalhista vigente.

4.3.6. Regime de trabalho

O Plano de Cargos e Salários dos auxiliares de administração escolar tem como objetivo instituir uma política de gerência de cargos, salários e carreira destes funcionários, integrantes da Instituição de Ensino Superior mantidas pela mantenedora visando a valorização destes funcionários e permitindo a estabilidade necessária para o bom desenvolvimento das atividades de suporte ao ensino.

O regime jurídico dos empregados funcionários auxiliares de administração escolar é o da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aplicando-se ainda a eles, as normas deste Plano de Cargos e Salários, e as Convenções Coletivas de Trabalho.

No preenchimento de vagas dos auxiliares de administração escolar, a ordem de prioridade será seleção interna e posteriormente seleção externa, caso a vaga não tenha sido preenchida.

O desenvolvimento funcional dos auxiliares de administração escolar ocorrerá mediante Promoção Vertical e Promoção Horizontal.

A Promoção Vertical está vinculada à existência de vaga no quadro de funcionários que foram promovidos ou poderá ocorrer em função da necessidade de preenchimento de uma vaga em aberto. Os aumentos salariais por Promoção Vertical são concedidos aos funcionários que passam de um cargo para outro dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo e somente ocorrerá por mérito e atendendo a escolaridade exigida, além da classificação junto a avaliação do RH da IES.

A Promoção Horizontal e seu respectivo aumento salarial são concedidos aos funcionários dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo, por antiguidade, sendo que a cada cinco anos de efetivo serviço, independentemente da promoção vertical, o funcionário receberá promoção por antiguidade, à qual corresponderá acréscimo de salário correspondente aos percentuais:

- 5% (cinco por cento) da parte fixa do salário mensal quando completar 5 (cinco) anos de efetivo e ininterrupto exercício no estabelecimento;

- Respectivamente substituição do percentual previsto no inciso I por 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) e 30 (trinta) por cento quando completar de efetivo e ininterrupto exercício, 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco), 30 (trinta), ou mais anos.

4.3.7. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

A expansão do corpo técnico e administrativo se dá de acordo com a implantação do curso e a expansão do número de alunos.

Atualmente, a Instituição tem 6 colaboradores técnico-administrativos. Para o segundo semestre serão contratados mais 8 colaboradores para a criação do EaD.

Projeção:

2024 – 10 Colaboradores técnico-administrativos;

2025 – 11 Colaboradores técnico-administrativos;

2026 – 12 Colaboradores técnico-administrativos;

2027 – 13 Colaboradores técnico-administrativos;

2028 – 14 Colaboradores técnico-administrativos.

4.3.8. Metas

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRA, com a confirmação da Entidade Mantenedora, para o atendimento de sua demanda e para garantia da execução do planejamento da gestão de pessoal, estabeleceu as seguintes metas:

Tabela 04 - Metas de capacitação do pessoal docente

CAPACITAÇÃO	PERCENTUAL DO QUADRO DE PESSOAL				
	2024	2025	2026	2027	2028
Doutorado	1%	1%	1%	1%	1%
Mestrado	5%	5%	5%	5%	5%
Especialização	2%	2%	2%	2%	2%
Aperfeiçoamento	5%	5%	5%	5%	5%
Treinamento	30%	30%	30%	30%	30%
Eventos Diversos	30%	30%	30%	30%	30%

Tabela 05 - Metas do Plano de Carreira Docente

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL DO QUADRO DOCENTE				
	2024	2025	2026	2027	2028
Tempo Integral	17%	17%	17%	17%	17%
Tempo Parcial	28%	28%	28%	28%	28%

Tabela 06- Metas de Capacitação - Técnico Administrativo

CAPACITAÇÃO	PERCENTUAL DO QUADRO DE PESSOAL				
	2024	2025	2026	2027	2028
Doutorado	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Mestrado	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Especialização	5%	5%	5%	5%	5%
Graduação	2%	2%	2%	2%	2%
Aperfeiçoamento	5%	5%	5%	5%	5%
Treinamento	30%	30%	30%	30%	30%
Eventos Diversos	10%	10%	10%	10%	10%

4.3.9. Ações

São ações estabelecidas para a gestão e organização de pessoal:

- Estimular o corpo docente e o corpo técnico-administrativo a participarem dos planos de capacitação docente ofertados pela Instituição;
- Estimular a participação do corpo docente e do corpo técnico administrativo nas atividades de socialização dos serviços e saber produzido na Instituição;
- Incentivar a busca constante da melhoria da qualidade das funções de ensino, extensão e pesquisa, garantindo o padrão de excelência proposto pela Instituição;
- Implementar e avaliar o plano de carreira docente na forma prevista no regulamento específico e neste documento;

- Implementar as metas previstas no plano de carreira docente no que se refere a regime de trabalho;
- Realizar o enquadramento do pessoal técnico-administrativo previsto no plano de cargos e salários.

4.4. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático

A organização dos recursos humanos para dar suporte ao IBRAS estará sustentada em equipes multidisciplinares constituídas para desempenharem as funções de planejamento, implantação e gestão dos cursos a distância, integradas por diferentes categorias de profissionais, a saber: Coordenação de EaD (NEAD), no qual teremos docentes, tutores e pessoal técnico administrativo e equipes terceirizadas por especialidades.

O Material Didático a ser utilizado no IBRAS será desenvolvido pelos docentes, na medida em que se preconiza a qualidade acadêmica e personificada pelo DNA da Instituição; essa produção deverá estar em sintonia com os princípios metodológicos e sócio políticos e culturais que caracterizam a região na qual a instituição está inserida no concernente aos cursos que ministra, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre acadêmico e docente, tanto pela confecção local de material didático bem como pela contratação de soluções terceirizadas de alto gabarito que permita aos acadêmicos o acesso a material plenamente adequado as diversas demandas que porventura surjam.

A produção do material impresso, vídeos, vídeo conferências, páginas WEB e objetos de aprendizagem atenderá às diferentes lógicas de concepção, produção de linguagem, estudo e controle de tempo para atender os projetos pedagógicos de cada curso.

As equipes multidisciplinares de especialistas em desenho instrucional, na medida do crescimento e demandas de inovação tecnológica, terão também, redatores, revisores, fotógrafos, web designers, designer gráfico, cinegrafistas, técnicos de estúdio, programadores e auxiliares administrativos e estagiários farão parte do processo construtivo dos materiais. Em nossa concepção os professores e profissionais selecionados para a elaboração dos conteúdos e da revisão técnica dos conteúdos,

quando necessário, compõem a equipe multidisciplinar, inclusive para assessorar na análise de materiais adquiridos de prateleira e adaptados ao AVA da instituição.

Adicionalmente, o IBRAS disponibilizará manuais de orientação do Aluno de forma a nortear os procedimentos e responsabilidades dos discentes, baseadas nas premissas abaixo:

- Conter orientações aos acadêmicos quanto às peculiaridades da educação a distância, aos seus direitos e deveres, obrigações e proibições, bem como abordar as normativas de estudo a serem adotadas durante o curso em que estiver matriculado;
- Apresentar informações gerais sobre os cursos;
- Detalhar os materiais de suporte disponibilizados aos dos acadêmicos (livros-textos, leituras complementares, roteiros de estudos, obras de referências, WEB sites, vídeos);
- Bibliotecas Virtuais;
- Apresentar as formas de interação dos acadêmicos com o docente, com os tutores e com os demais colegas;
- Introduzir o acadêmico ao sistema de acompanhamento, avaliação e demais normas acadêmicas pertinentes ao curso em que o acadêmico estiver matriculado;
- Os materiais disponibilizados aos alunos serão acompanhados de Manual ou Guia;
- As características de inserção de cada conteúdo no processo de ensino e aprendizagem;
- A composição da equipe de tutores presenciais e a distâncias e os respectivos horários de atendimento e;
- O cronograma de acompanhamento e avaliação da produção, distribuição está sob a Coordenação de EaD, sendo estruturado sobre uma plataforma digital para fins de rastreio e controle de distribuição de conteúdo digital, seguro, para a sede, docentes e tutores, bem como para os polos, de forma organizada e supervisionada.

A Coordenação do Polo de Apoio Presencial, com formação em curso de graduação e experiência acadêmica e administrativa, tem como uma de suas atribuições: Zelar pelo bom funcionamento dos processos pedagógicos e administrativos que se desenvolvem em sua unidade, entre os quais o uso dos materiais didáticos; além de ter de conhecer os projetos pedagógicos dos cursos em funcionamento na sua unidade;

Adotar as providências necessárias para que a infraestrutura e os equipamentos a serem utilizados nas atividades programadas para sua unidade estejam em perfeitas condições de uso e, Supervisionar os trabalhos realizados na secretaria de sua unidade, de sorte que os mesmos ocorram de forma organizada e em tempo hábil.

5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Os processos de gestão institucional previstos para o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada.

Tal processo é necessário, pois existe a necessidade de regras claras e dos processos da gestão institucional e dos colegiados, com a função de favorecer um melhor desempenho das atividades inerentes a instituição. Dessa forma, regulamenta-se o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e são previstas a sistematização e divulgação das decisões colegiadas, assim como a assimilação pela comunidade interna.

A Gestão será exercida pela Diretoria Geral, Administrativa e Acadêmica sendo órgãos executivos superiores de gestão de todas as atividades o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS.

5.1. Políticas e Diretrizes

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS fundamenta-se em pressupostos que norteiam o crescimento, a renovação e a qualidade das atividades acadêmicas, tendo como políticas e diretrizes para a organização administrativa:

- I. A integração entre diretores, coordenador de curso e programas no desempenho das suas funções como gestores;
- II. Adoção de orçamentos previamente aprovados no processo de gestão institucional;
- III. Avaliação permanente com vistas ao aperfeiçoamento contínuo do curso, procedimentos e processos;
- IV. Comprometimento com a responsabilidade social e posturas pautadas na educação, na ética e na liberdade de expressão;
- V. Gerenciamento do curso e programas com a perspectiva de auto sustentabilidade;
- VI. Gestão participativa colegiada;
- VII. Incentivo ao autodesenvolvimento funcional dos recursos humanos;

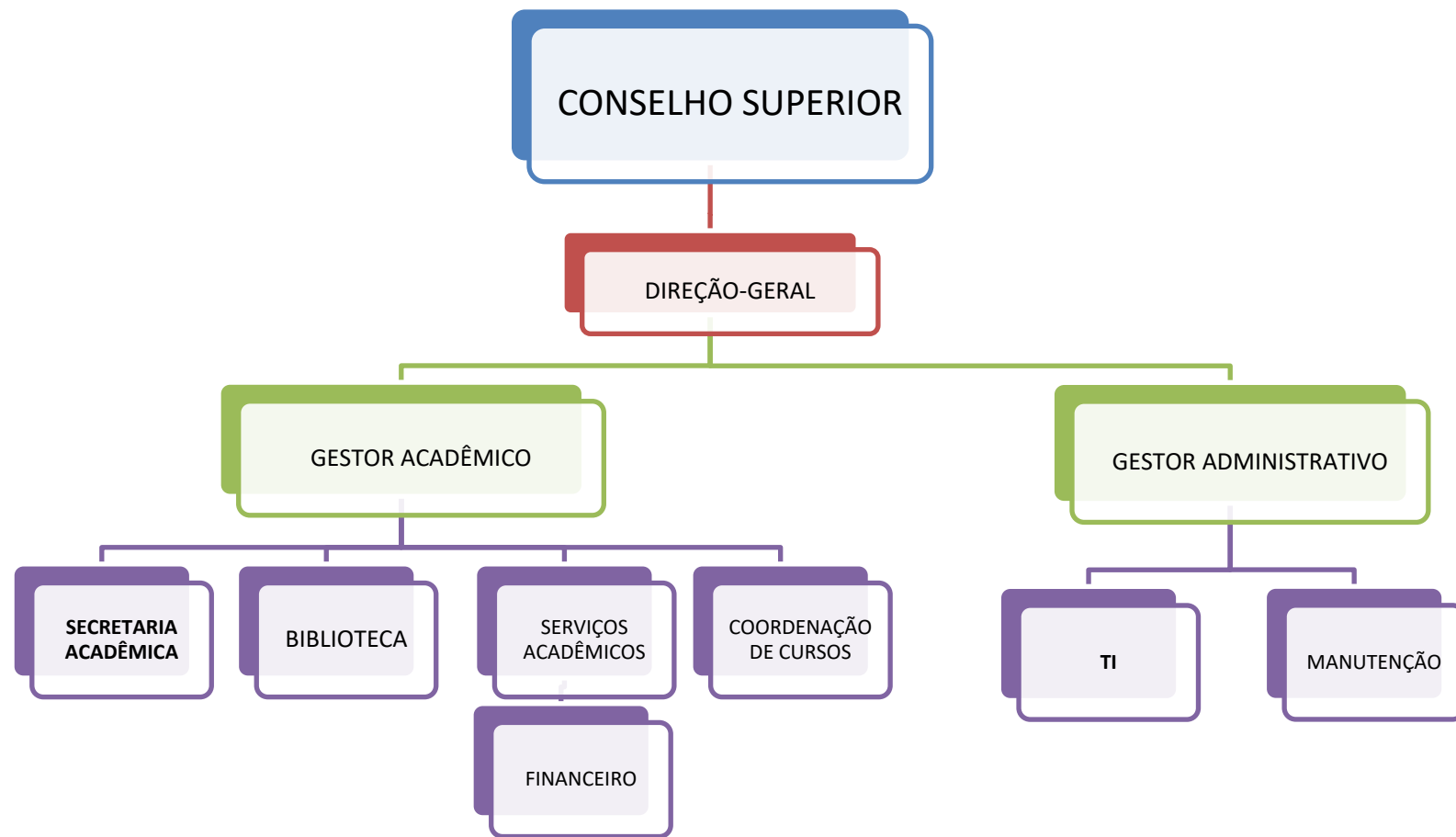
- VIII. Manutenção de infraestrutura em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades para o desenvolvimento das atividades acadêmicas – ensino, extensão e pesquisa – propostos nos Projetos Pedagógico do Curso e nos Programas Institucionais;
- IX. Uso racional da infraestrutura.

5.1.1. Metas e Ações da Organização Administrativa

As metas e ações gerais de organização administrativa a serem alcançadas no período deste PDI são:

- Adotar estratégias de melhoria dos níveis de comunicação externa e internada Instituição;
- Adotar procedimentos de acompanhamento e avaliação dos instrumentos de planejamento e de gestão;
- Desenvolver mecanismos de envolvimento do corpo docente e do pessoal técnico administrativo no processo de planejamento;
- Elaborar e aprovar anualmente na Mantenedora os orçamentos anuais, tomando por base o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Elaborar e desenvolver um plano de capacitação on-line permanente para a equipe;
- Implantar sistema de controle e manutenção patrimonial para funcionamento;
- Manter a divulgação permanente dos cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão, por meio de programa específico de marketing;
- Realizar seminários on-line com dirigentes e representantes dos docentes e discentes para debater o desempenho institucional.

5.2. Organograma da Faculdade IBRAS



5.2.1. Estrutura organizacional da IES

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS foi organizada institucionalmente para atender os requisitos de organograma que foi definido após intenso trabalho de reflexão entre os atores institucionais, levando em consideração o dia a dia da IES, o compromisso com a sua missão e a responsabilidade da mantenedora com o crescimento da IES entre o período de 2024 e 2028, conforme Regimento Interno.

A Diretoria Geral, exercida pelo Diretor indicado pela Mantenedora, é órgão executivo da Administração Superior que superintende, coordena e supervisiona todas as ações da instituição.

A estrutura organizacional do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS, no nível acadêmico, é integrada pelo Diretor Geral, pela Diretoria Acadêmica e seus núcleos e Procuradora Educacional Institucional, bem como pela Coordenação de Curso, pela Secretaria Acadêmica (SA), pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). O IBRAS tem também uma Diretoria Administrativa Financeira e respectivas estruturas técnico administrativas, cujas constituições e atribuições constam no Regimento Geral da Instituição. Essa estrutura se completa com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado de Curso.

5.2.1.1. Órgãos Colegiados Superiores

O Conselho Superior (CONSU) é o órgão máximo da Instituição, de natureza normativa, deliberativa e consultiva em todos os assuntos institucionais, com a responsabilidade de formar políticas e diretrizes gerais de ensino, iniciação científica e extensão, de planejamento e administração e de avaliação institucional. Sua composição e competências constam no Regimento Geral do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS.

5.2.1.2. Órgãos de Apoio as Atividades Acadêmicas

De acordo com o Regimento a Estrutura Organizacional, do IBRAS compreende:

- I. Diretoria Geral;
- II. Diretoria Acadêmica e seus Núcleos;
- III. Diretoria Administrativa e Financeira e seus setores

- IV. Coordenadoria de Curso;
- V. Colegiado de Curso;
- VI. Núcleo Docente Estruturante;
- VII. Comissão Própria de Avaliação;
- VIII. Ouvidoria;
- IX. Secretaria Acadêmica.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS possui ainda Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Núcleo de Desenvolvimento Discente, Núcleo de Desenvolvimento Docente, Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação e Núcleo de Apoio Acadêmico (NAP).

- Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - é órgão auxiliar da Diretoria Acadêmica, que tem a função de gerenciar, supervisionar e implementar a política de pós-graduação, pesquisa e extensão, em consonância com a missão e as Políticas Acadêmicas (Projeto Pedagógico Institucional - PPI), constante nesse Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Núcleo de Desenvolvimento Discente - órgão auxiliar da Diretoria Acadêmica, que tem a função de atendimento aos discentes com programas de acolhimento e permanência, de suporte ao programa de nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios (obrigatórios e não obrigatórios), bem como, dar suporte à divulgação de trabalhos e produções dos alunos, à participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais - mobilidade acadêmica e ações inovadoras. Ajuda na consecução de bolsas de trabalho e na interação acadêmica com o mundo do trabalho e a realidade social.
Para isso, pressupõe-se uma instância que permita o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição com planejamento e utilização de ações inovadoras.
- Núcleo de Desenvolvimento Docente – é órgão auxiliar da Diretoria Acadêmica, que tem a função de conceber e implementar a formação continuada de docentes. O Projeto Pedagógico do Curso de Administração o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS fez a opção institucional de adotar currículo integrado e metodologias inovadoras de ensino aprendizagem, o que se constituiu em demanda por um corpo docente, composto por profissionais altamente capacitados, que possuam grande experiência em educação, pedagogia e gestão da aprendizagem.

- Núcleo de Apoio Acadêmico (NAP) - é órgão auxiliar da Diretoria Acadêmica.

5.3. Autonomia da IES em relação à Mantenedora

A mantenedora, pessoa jurídica de direito privado, é responsável perante as autoridades públicas e o público em geral pelo Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS incumbindo-lhe tomar todas as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da lei, do Regimento do IBRAS, da liberdade acadêmica dos corpos docente e discente, da autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e garantindo a autonomia acadêmica da Instituição.

À Mantenedora compete prover todas as necessidades do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS para o seu regular funcionamento, sendo privativo daquela: admitir e dispensar o pessoal docente e técnico-administrativo, mediante indicação do Diretor Geral, cumpridas as normas de recrutamento, seleção e admissão de pessoal; aprovar contratos, convênios, protocolos e acordos; aprovar o orçamento anual, assim como as alterações do mesmo; designar o Diretor Geral; homologar as alterações do Regimento Geral.

O custeio, as despesas, os investimentos e a contratação do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo são realizados com prévia autorização da Mantenedora.

O Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS se relaciona com a Mantenedora por intermédio da Diretoria Geral. O cargo de Diretor Geral é de confiança da Mantenedora, não integrando o Plano de Carreira Docente, e o respectivo salário é fixado pela mesma segundo a natureza e complexidade da função.

5.4. Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

No exercício da sua responsabilidade social, o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS em parceria com diversos órgãos públicos, privados, escolas e empresas, desenvolve serviços de relevância socioeconômica para a comunidade. Os convênios que formalizam tais parcerias estão relacionados em documento próprio e visam proporcionar à comunidade acadêmica: campos de realização de atividades práticas e estágios; divulgação dos cursos de extensão realizados, atingindo um público diversificado de todas as faixas etárias; espaços para o desenvolvimento de ações comunitárias e de responsabilidade social; implementação de política de recursos humanos, favorecendo a

formação superior de colaboradores de empresas.

Através das práticas acadêmicas são desenvolvidas ações voltadas para a comunidade, nas quais o Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS vai à comunidade assim como a população é recebida no ambiente acadêmico.

A Faculdade IBRAS possui parcerias com as seguintes instituições:

- **Instituto Cidade Viva** - é uma entidade sem fins lucrativos que atua em **todos os segmentos artísticos** e nas áreas que fazem **interface com a cultura**, como turismo, gastronomia, terceiro setor, educação, arquitetura e urbanismo, ciência, tecnologia, esporte, lazer e meio ambiente, a Faculdade IBRAS desenvolverá diversas ações nas áreas relacionadas ao meio ambiente e de apoio a organização popular e de patrimônio histórico;
- **Casa do Menor** – uma instituição que atende crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco social, oferecendo Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, a faculdade atua com a oferta de bolsas de estudos como incentivo na formação destes jovens;
- **Casa Transitória Fabiana de Jesus** – uma instituição que promove a inclusão social e melhoria na qualidade de vida de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. A parceria visa contribuir com a formação de jovens na área da informática e empreendedorismo.

6. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A Sustentabilidade Financeira do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS demonstra a capacidade de gestão do orçamento de acordo com políticas e estratégias de administração acadêmica, com objetivo de eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

6.1. Relação com o desenvolvimento institucional

A proposta orçamentária é elaborada de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa, prevendo ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos. Para isso, no Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS serão propostos estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, através de metas objetivas e mensuráveis.

6.2. Participação da comunidade interna

Com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões internas, a sustentabilidade financeira do Instituto Brasil de Ensino Superior – IBRAS decorre da proposta orçamentária. Essa proposta considera as futuras análises do relatório de avaliação interna e prevê ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, para uma melhor destinação de recursos.

A proposta orçamentária visa a capacidade de gestão do orçamento de acordo com políticas e estratégias de administração acadêmica, e considera as futuras análises do relatório de avaliação interna e prevê ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas (estas, capacitadas para a gestão de recursos), possibilitando a tomada de decisões internas. A colaboração entre a mantenedora e a mantida, por intermédio de seus dirigentes superiores, facilitará o cumprimento da peça orçamentária e/ou sua correção, quando houver, comprovada necessidade. Conforme previsto neste PDI, apresenta-se à comunidade os compromissos assumidos na implantação de cursos e programas, na melhoria contínua do ensino, na implantação e desenvolvimento das práticas investigativas e extensão nos cursos e programas de pós-graduação, de tecnologia, na atualização tecnológica dos equipamentos e softwares de

informática e de tecnologia educacional, na implantação e atualização do acervo da biblioteca e na construção de novos laboratórios para atender aos novos cursos pretendidos.

Como as receitas serão originárias basicamente de mensalidades dos acadêmicos dos cursos, o planejamento e o gerenciamento administrativo contábil e financeiro tem como principal objetivo maximizar os recursos orçamentários disponíveis para o atendimento do custeio e de investimentos nas áreas de ensino, iniciação científica, extensão, responsabilidade social e prestação de serviços. As despesas contemplam o custeio básico da instituição, incluindo-se a destinação de recursos para a capacitação de pessoal e significativo montante para a manutenção e adequação da estrutura física em padrão de excelência. Indica a viabilidade econômico-financeira da Instituição e a sua capacidade crescente para a realização de investimentos.

6.3. Aspectos Financeiros e Orçamentários

São apresentadas adiante as receitas, o custeio e as despesas operacionais do IBRAS onde se verifica que os resultados positivos, são aplicados em investimentos, na forma especificada neste mesmo plano.

Os percentuais das despesas de custeio e dos investimentos, sobre a receita total, sinalizam um desempenho orçamentário equilibrado e resultados financeiros positivos, que irão possibilitar as aplicações na expansão das edificações, instalações, laboratórios, acervo bibliográfico e informática (equipamentos e softwares).

Os investimentos são planejados com base nos cronogramas de necessidades de instalações físicas, aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos, ampliação e atualização do acervo bibliográfico e outros materiais permanentes, atendendo prioritariamente às demandas acadêmicas.

6.4. Políticas de Sustentabilidade Financeira

A sustentabilidade financeira do IBRAS é condição necessária para o desempenho das melhores atividades no cumprimento da missão. A proposta orçamentária é formulada a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa, sendo prevista a ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos.

Com vistas à eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros

necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas, o IBRAS apresenta proposição de estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis. A mantenedora tem como política estabelecer e tornar viável o planejamento financeiro para que os recursos econômicos sejam os mínimos necessários, mas suficientes, para a realização dos objetivos propostos.

A Mantenedora adota como estratégias de gestão econômico-financeira a promoção de adequadas condições de funcionamento das atividades da Mantida, prioritariamente aquelas que dizem respeito ao ensino colocando à disposição os bens imóveis, móveis e equipamentos necessários e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio. Dessa maneira, a Mantenedora realiza as gestões orçamentária, patrimonial e financeira do IBRAS delegando-as, no todo ou em parte, aos membros da Diretoria.

6.5. Mecanismos de definição do Orçamento da Instituição

A proposta orçamentária do IBRAS é anualmente elaborada para o ano seguinte, sob a responsabilidade da Diretoria da IES e com a participação dos diversos setores da Instituição. Este PDI é a referência para a definição orçamentária anual, o que garante a sintonia desse documento com as metas e ações efetivamente executadas durante o ano pelos diversos setores da instituição.

Aprovada previamente, a proposta orçamentária garante ainda, o exercício das atividades da Instituição com autonomia, uma vez que as discussões e aprovações prévias do custeio, das despesas e dos investimentos se dão ao final de cada ano pela Mantenedora, para o ano letivo subsequente, possibilitando a correta administração dos recursos. Assim, após consolidados e aprovados, os orçamentos são disponibilizados e passam a fazer parte das rotinas institucionais.

6.6. Políticas de Alocação de Recursos

Os recursos para o custeio são alocados prioritariamente para os recursos humanos, capacitação de pessoal, pesquisa e extensão, iniciação científica, materiais para laboratórios e demais atividades educacionais da Instituição.

O custeio do pessoal docente é planejado a partir da oferta do curso para o ano letivo seguinte, considerando as matrizes curriculares e a respectiva carga horária para oferta das disciplinas, a partir das pesquisas e dos projetos de extensão e de iniciação científica

aprovados, da pós-graduação e seus dos cursos e disciplinas em ofertas especiais e das demais demandas acadêmicas, permitindo uma adequada alocação de recursos.

Os recursos para fazer face às despesas com o pessoal técnico administrativo são planejados e alocados a partir das demandas de apoio às atividades acadêmicas e das demandas decorrentes das necessidades administrativas, de controles e de segurança da Instituição. Da mesma forma, a alocação de recursos para as demais despesas e custeio (material de expediente, material para laboratórios, material de limpeza, manutenção e conservação etc.) é efetuada com base no planejamento que considera as demandas apresentadas pelos respectivos setores.

Quanto aos investimentos, os recursos são prioritariamente dirigidos para aqueles destinados à expansão do acervo bibliográfico, dos laboratórios, das edificações e instalações, dos equipamentos para as atividades fim e de apoio e suporte estrutural ao desempenho acadêmico.

A alocação dos recursos, depois de conciliados os orçamentos, passa pela avaliação e aprovação da Diretoria, onde é verificada a coerência, a aplicabilidade e, especialmente, o equilíbrio entre as racionalidades acadêmica, administrativa e financeira, sendo em seguida submetidos à aprovação da Mantenedora.

6.6.1. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

A alocação dos recursos para o ensino, como já informado anteriormente, toma como base a projeção do custeio com as atividades de ensino, para oferta do curso, programas e projetos, planejados para o ano seguinte pelo setor acadêmico.

Os recursos para pesquisa constam do planejamento institucional e os projetos de pesquisas decorrem de proposições apresentadas pelo corpo docente do Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS, em consonância com as linhas de pesquisas institucionais.

Os projetos são submetidos à apreciação da Diretoria Geral e, depois de aprovados, são incluídos no orçamento para o recebimento dos recursos específicos para cada um deles.

Os projetos que têm sua sustentabilidade assegurada por convênios/contratos com entidades externas são considerados extra orçamentários e não integram o orçamento anual do Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS. Nas ações de extensão a prática é semelhante. A Faculdade IBRAS está em processo de realização de convênio com as prefeituras para apoio na confecção de projetos para busca de recursos federais de

emendas e de Ministérios. Além disso, já possui parcerias firmadas para extensão universitária com a Casa do Menor, Instituto Cidade Viva e a Casa Transitória.

6.6.2. Capacitação de Pessoal

A Coordenadoria do Curso define suas necessidades e prioridades para capacitação do pessoal docente, a cada ano letivo. Trata-se dos professores que vão cursar pós-graduação em outras instituições ou nos cursos oferecidos na própria IES.

Incluem-se ainda na previsão os recursos destinados a cursos de menor duração, participação em eventos e outras atividades que também caracterizam a capacitação docente.

Na peça orçamentária há um programa próprio para Capacitação Docente, no qual tais previsões de recursos são alocadas, seguindo o trâmite normal até sua aprovação.

Para a capacitação de pessoal técnico-administrativo, são alocados recursos no Departamento de Gestão de Pessoas, para demandas por ela constatadas ou encaminhadas.

6.6.3. Manutenção de Instalações e Equipamentos

Como em outras despesas, a definição e alocação de recursos destinados à manutenção de instalações e equipamentos decorrem do planejamento de cada setor, com base nos dados obtidos no setor administrativo-financeiro, nas atividades desenvolvidas pelo IBRAS, especialmente, nos seus setores operacionais de manutenção e conservação.

A alocação de recursos é realizada tomando-se os dados acima mencionados, ajustando-os proporcionalmente ao crescimento da estrutura física e especificidade das instalações e equipamentos.

Obras especiais, excetuadas as manutenções rotineiras, têm suas necessidades definidas e apropriadas separadamente ouvido o setor acadêmico, em conjunto com setor administrativo e financeiro, sendo devidamente contempladas no planejamento do respectivo ano.

6.7. Metas e Ações financeiras

As Metas financeiras para o período deste PDI são: buscar fontes de fomento, além

das oriundas da Mantenedora, para atividades de ensino, pesquisa e extensão; criar condições de viabilidade financeira e adequação às políticas e diretrizes institucionais de planos, programas e projetos educacionais do curso; aperfeiçoar constantemente o processo na elaboração do orçamento participativo; garantir a alocação de recursos financeiros para capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

As Ações financeira para o período deste PDI são: controlar a aquisição de bens patrimoniais, otimizando e racionalizando a utilização dos bens existentes, evitando duplicações; criar mecanismos para garantir a participação regular dos docentes, discente e pessoal administrativo em eventos científicos e técnico profissional relevante; desenvolver parcerias entre o Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS e a comunidade empresarial com vista à angariação de meios financeiros adicionais; realizar inventários e regulamentar a depreciação de equipamentos.

6.8. Estratégias de Gestão Econômico-Financeiras

O orçamento plurianual do Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS é elaborado sob a responsabilidade da Diretoria em conjunto com os setores acadêmico, administrativo e financeiro, após levantamento das receitas e demandas de custeio, despesas e investimentos, com base nos planos e programas, diretrizes, metas e ações que integram este PDI, coma participação de representante da Entidade Mantenedora.

O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução da receita, do custeio e das despesas são monitorados pela Diretoria e pela Mantenedora, por meio dos relatórios de acompanhamento efetuados pelos setores financeiros, contábil e administrativo da Instituição.

Os ajustes e as adequações nas despesas e nos investimentos são promovidos sempre que necessários, em decorrência do dinamismo e flexibilidade exigidos à gestão dos recursos. A estreita colaboração entre a Mantenedora e a Mantida, por intermédio de seus dirigentes superiores, facilita a promoção das atividades e o atendimento das demandas no que refere aos aspectos financeiros e orçamentários. Para este PDI, foram levantados os compromissos assumidos pela melhoria contínua do ensino e pela expansão das vagas, na implantação e no desenvolvimento das funções de pesquisa e extensão e no curso de Administração e programas de pós-graduação (lato sensu), além da atualização tecnológica dos equipamentos e softwares de informática e de tecnologia educacional e na ampliação e atualização do acervo da biblioteca.

A gestão dos recursos é de responsabilidade da Diretoria Geral, que a cada final de exercício (ano letivo) apresenta contas à Mantenedora por meio dos relatórios anuais.

7. INFRAESTRUTURA FÍSICA⁴

7.1. Políticas para Infraestrutura

O Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS tem por política oferecer modernidade e funcionalidade em relação à infraestrutura, proporcionando à comunidade acadêmica maior conforto e eficiência na execução das propostas pedagógicas.

Os equipamentos são atualizados em função das necessidades do curso e do avanço tecnológico. A manutenção preventiva dos equipamentos é realizada através de técnicos contratados pela instituição e a corretiva é terceirizada a empresas especializadas.

A construção dos prédios e instalações será realizada por empresas de comprovada competência. A manutenção e conservação das instalações físicas serão terceirizadas, sendo realizadas por empresas especializadas. O Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS tem como políticas balizadoras da gestão da infraestrutura:

- Adequação da infraestrutura aos padrões de qualidade definidos para as diversas áreas de atuação do IBRAS;
- Processos e procedimentos de gestão que proporcionem o uso adequado e racional da infraestrutura;
- Pronta disponibilidade da infraestrutura necessária, assegurando as condições de trabalho e as demandas da expansão;
- Não duplicação da infraestrutura para o mesmo fim;
- Manutenção regular e constante.

A qualidade da infraestrutura é fundamental para a oferta da educação superior de qualidade, uma vez que a comunidade acadêmica precisa de um ambiente adequado para a realização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão estando de acordo com as normas vigentes de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)⁵.

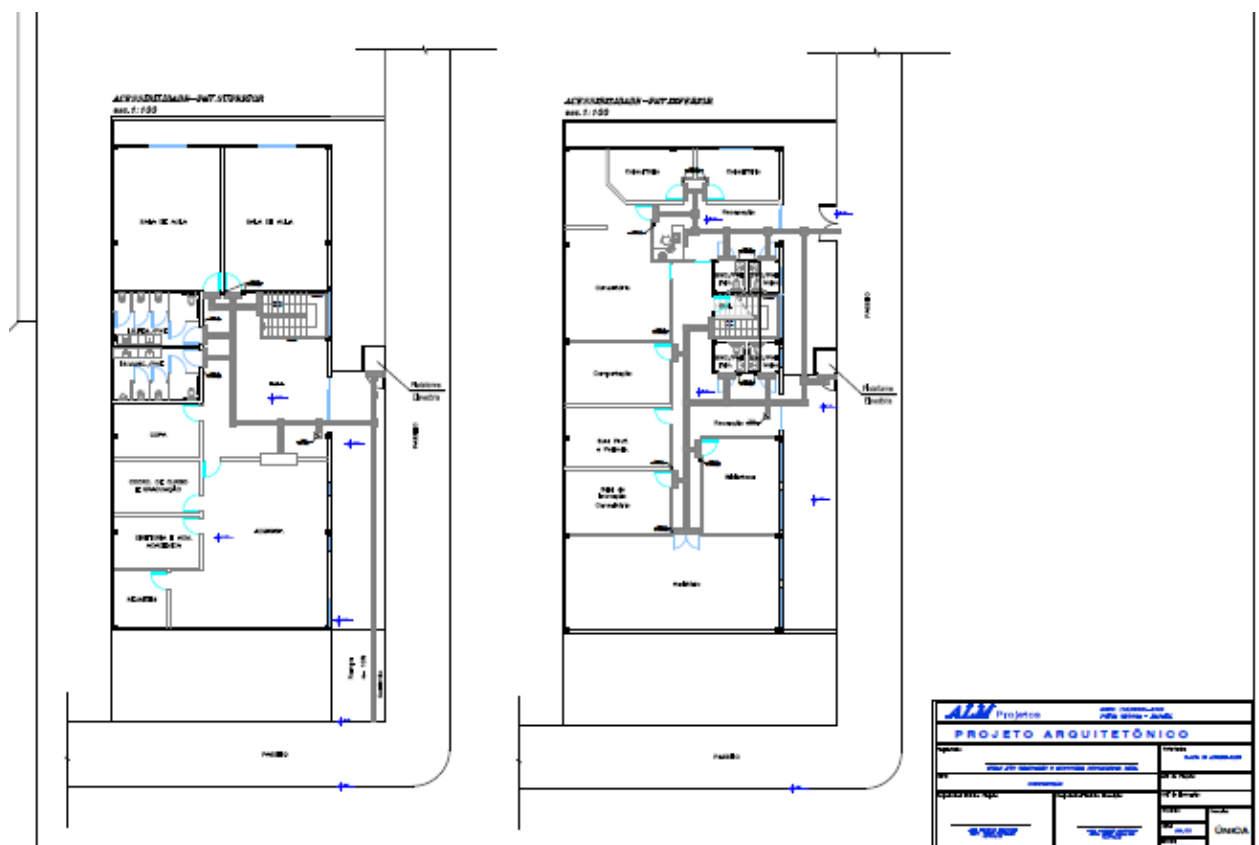
⁵Normas da ABNT que devem ser seguidas na infraestrutura física incluem:

NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - Esta norma estabelece as condições mínimas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

NBR 14037: Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações - Esta norma estabelece as diretrizes para a elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das

A infraestrutura física e tecnológica do Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS foi planejada de forma a atender de forma segura e eficiente às necessidades de cada curso na graduação e pós-graduação lato sensu, proporcionando um ambiente de aprendizagem confortável e seguro, além de fornecer aos seus usuários o acesso aos recursos tecnológicos necessários para acompanhar a evolução do mercado de trabalho.

Segue a disponibilização do total da infraestrutura física do IBRAS:

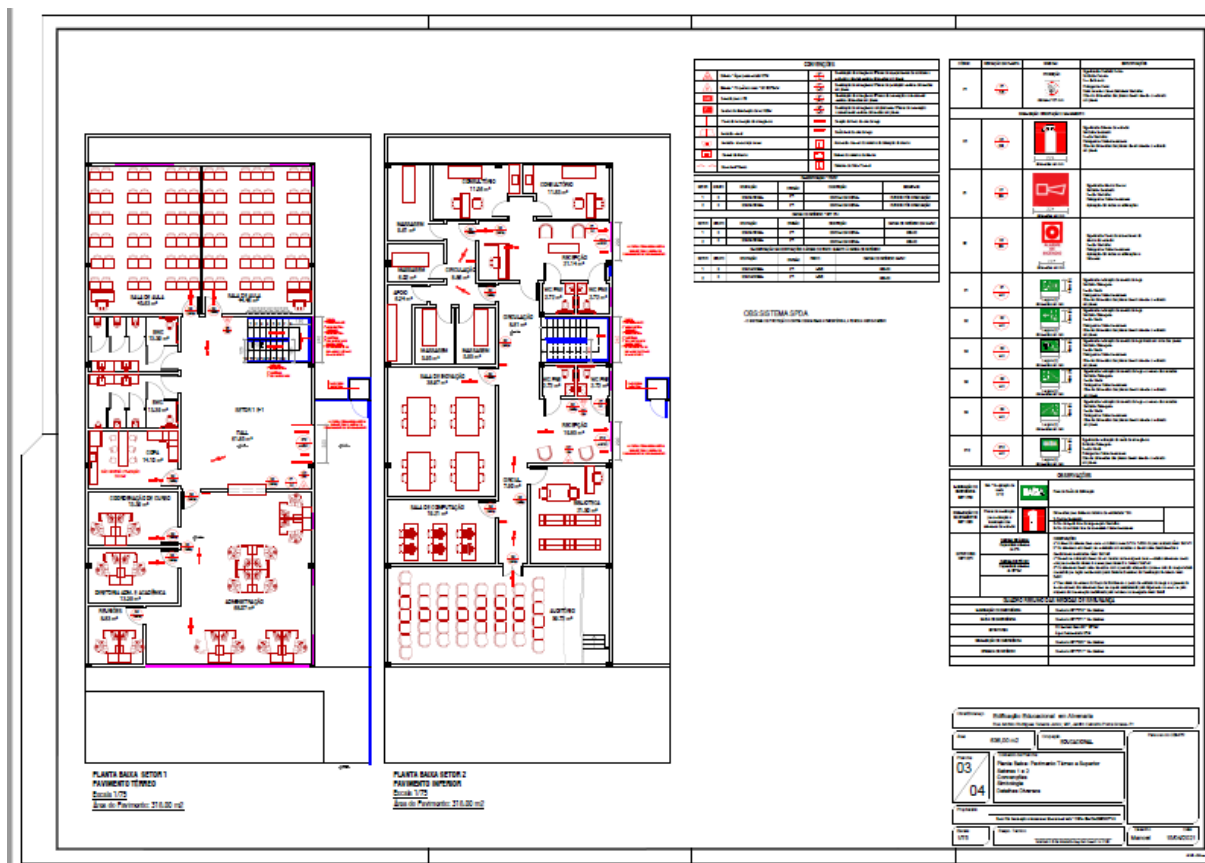


edificações, com o objetivo de garantir a segurança e a eficiência das instalações.

NBR 14724: Trabalhos acadêmicos - Esta norma estabelece os requisitos para a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, incluindo teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso.

NBR 15575: Edificações habitacionais - Desempenho - Esta norma estabelece os requisitos mínimos de desempenho acústico, térmico e de segurança.

NBR 16280: Reforma em edificações - Sistema de gestão de reformas - Esta norma estabelece os requisitos para o planejamento e a execução de reformas em edificações, com o objetivo de garantir a segurança e a qualidade das instalações.



7.2. Instalações Administrativas

As instalações administrativas do Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade. A IES possui um plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, visando atender e resguardar a todos que estiverem em suas instalações.

As instalações administrativas atendem plenamente e de forma inovadora às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos diferenciados.

O espaço é adequado às atividades e necessidades institucionais, pois tem a configuração espacial que permite o pleno exercício das atividades. Conta com um mobiliário adequado quanto à quantidade e estilo, para atender à demanda institucional, considerando número de funcionários, alunos e a estrutura personalizada da instituição na cidade de Ponta Grossa/PR.

O Instituto Brasil de Ensino Superior - IBRAS tem em suas instalações administrativas, espaços acessíveis que contam com mesa de altura máxima de 80cm e

vão mínimo (para as pernas) de 70cm, portas de acesso aos ambientes de 80 cm de vão livre, circulação interna (corredores) com largura mínima de 90 cm e o piso regular.

O espaço administrativo passa por manutenção e avaliação periódica dos espaços, tanto pela manutenção de infraestrutura e equipamentos, como de documentação e manutenção dos sistemas; o espaço possui excelentes condições de iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e limpeza; com ar-condicionado e mobiliário ergométrico, atendendo de forma excelente às necessidades acadêmicas.

7.3. Descrição de Infraestrutura

A IES tem os seguintes ambientes:

1. Direção Geral;
2. Diretoria Acadêmica e seus núcleos;
3. Diretoria Administrativa e Financeira e seus setores;
4. Coordenações de curso;
5. CPA;
6. Biblioteca;
7. Estúdio de gravação;
8. Laboratório de informática;
9. Recepção;
10. Sala de atendimento ao aluno;
11. Sala de Professores – Tempo Integral;
12. Sala de Professores;
13. Sala de reunião;
14. Salas de aula;
15. Sanitários e Fraldário;
16. Secretaria Geral;
17. Espaços de convivência e Alimentação

7.3.1. Recepção/Secretária

É dedicado a atender interessados, candidatos e alunos, sendo observada a necessidade de adequação de suas dimensões para atendimento a demandas como

esclarecimento de dúvidas sobre o processo seletivo e entrega de documentos de candidatos e alunos.

7.3.2. Salas de aula

A infraestrutura de uma sala de aula é fundamental para garantir um ambiente adequado para o processo de ensino e aprendizagem. As normas da ABNT vigentes estabelecem alguns requisitos para a infraestrutura de salas de aula, que devem ser seguidos para garantir a qualidade do ambiente educacional.

As salas de aula localizadas no IBRAS são destinadas ao desenvolvimento de todas as atividades previstas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e das demais atividades previstas legalmente, como defesas de banca, provas e práticas laboratoriais, se existentes.

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem, e possuem outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa.

O espaço destinado à sala de aula oferece dimensão, iluminação, acústica, ventilação, limpeza, conservação, acessibilidade e comodidade necessárias ao atendimento dos alunos, permitindo assim um uso múltiplo do espaço.

As salas de aula que oferecem excelentes condições para o exercício de aulas teóricas e atividades em grupo, com espaço físico proporcional ao número de acadêmicos. São climatizadas, bem iluminadas, com adequada acústica e conservação. As salas possuem carteiras estofadas e anatômicas, equipamento multimídia e acesso à internet. As salas seguem plano de conservação, manutenção e limpeza, de acordo com o turno de uso.

O modo de organização das salas, comportam a metodologia ativa baseada em problematização. Os ambientes institucionais atendem ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, e as Normas de Acessibilidade de pessoas com deficiência locomotora e deficiência visual.

São feitas manutenções periódicas, para proporcionar conforto e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a

serem desenvolvidas. As salas têm 57m² de área e estão equipadas com quadro branco, 50 cadeiras com braço.

7.3.3. Auditório

O Campus do IBRAS dispõe de um auditório mobiliado, equipado e com capacidade para 65 pessoas, com recursos tecnológicos diferenciado para o ensino EAD, dispõe de iluminação, limpeza, espaço e acústica, que estão apropriadas para atender de forma satisfatória às atividades. O auditório é dotado de conforto, o isolamento e a qualidade acústica, e possuirá recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência.

Esse espaço atende de forma excelente as necessidades institucionais, proporcionando à comunidade intra e extramuros conforto e segurança em instalações com dimensões, climatização e acústica adequadas, possui acesso para aluno/palestrante cadeirante com espaço reservado, sistema multimídia dedicado à estrutura, suporte de som ambiente e áudio sem fio, contando com cobertura de rede sem fio por toda a extensão e sistema de videoconferência. O auditório é avaliado regularmente quanto a integridade estrutural e atendimento as premissas institucionais, sendo registrada o status de forma a permitir que, no surgimento de não conformidades, seja realizado o repasse da informação para os setores responsáveis pela manutenção garantindo um espaço sempre apropriado para o desenrolar das atividades de ensino aprendizagem.

O auditório é um espaço projetado para receber eventos como palestras, conferências, apresentações, entre outros dos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu. Para garantir a segurança e o conforto dos usuários, o IBRAS, seguiu as normas da ABNT a:

- NBR 9050: com a previsão de lugares reservados para cadeirantes, rampas de acesso, elevadores, entre outras medidas que visem garantir a acessibilidade.
- NBR 13994: com sistema de iluminação de emergência de acordo com as normas de segurança e com testes periódicos.
- NBR 13570: com as saídas de emergência bem-sinalizadas para garantir a evacuação rápida em caso de emergência.
- NBR 15575: com desempenho acústico adequado para garantir a qualidade do som durante as apresentações.

- NBR 14762: com espaços acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

7.3.4. Salas de professores

A sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permite o descanso e atividades de lazer e integração e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

É dotada de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, possui placas informativas com o login e senha para o uso da internet, salas amplas, bem equipadas e oferecem maior conforto e privacidade para os professores no seu momento de trabalho e descanso com condições de salubridade e acessibilidade atendendo as necessidades institucionais e suas atividades.

Portanto, as salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos diferenciados.

7.3.5. Espaços para atendimento aos discentes

O apoio ao discente tem como objetivo contemplar ações de acolhimento e permanência; acessibilidade metodológica; ambiente de pesquisa e de desenvolvimento de ações inovadoras. Para atendimento individual há 3 salas de atendimento por professores/tutores com apoio de computador e internet. E, para atendimento em ambiente coletivo há 4 salas, a saber: o auditório, uma sala de aula, uma sala de informática com 20 computadores e a biblioteca com mais 10 computadores.

No momento das avaliações bimestrais presenciais, haverá liberação de calendário para organização da vinda dos alunos à sede, com possibilidade de atendimento de até 90 alunos por dia pelo período de 6 dias disponibilizados para essas avaliações. Portanto, temos uma capacidade de atender 540 alunos no período de avaliação presencial.

O IBRAS conta com uma infraestrutura adaptada para alunos com necessidades educacionais especiais como rampas de acesso, banheiros, bebedouros, vagas no

estacionamento, etc. O planejamento e construção dos espaços e a instalação de equipamentos na Instituição já consideram todos os aspectos necessários à inclusão e conforto dos portadores de necessidades especiais.

A conservação desses espaços é assegurada pelo plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, através de serviços de manutenção especializados e os mesmos oferecem conforto ao aluno e comunidade acadêmica, atendendo aos requisitos de limpeza, iluminação, climatização, segurança e acessibilidade.

O atendimento dado aos discentes do IBRAS, prevê também, atendimento via PORTAL DO ALUNO, no sistema JACAD, onde por meio do Sistema de Gestão Educacional, coloca o acadêmico numa conexão virtual com o IBRAS, facilitando as ações de solicitação de documentos, acompanhamento de processos e recursos, além da visualização do desempenho acadêmico, com o acesso a seu histórico escolar.

Conta ainda com o serviço de ouvidoria, mediante o qual o acadêmico pode manifestar suas opiniões, críticas e sugestões, que são encaminhados diretamente a Ouvidoria. Compete ao PORTAL DO ALUNO também, receber os requerimentos para atendimento especial aos acadêmicos com deficiência (segundo PNE, ou seja, para Portadores de Necessidades Especiais e mobilidade reduzida), para os devidos encaminhamentos às instâncias de competência.

7.3.6. Espaços de convivência e de alimentação

Os espaços de convivência e alimentação são fundamentais para a qualidade de vida e bem-estar das pessoas. Esses locais proporcionam a interação social e o compartilhamento de experiências, além de oferecerem opções de alimentação saudável e nutritiva de forma adequado às atividades e necessidades institucionais pois tem a configuração espacial permitindo o pleno exercício das atividades. Por isso, deve ser um ambiente bem cuidado e gerenciado, visando sempre o bem-estar e a saúde dos alunos.

Além disso, espaço de convivência e alimentação é um ambiente social onde os alunos podem se encontrar e interagir durante as refeições, criando uma sensação de comunidade dentro da Instituição. É um lugar ideal para fazer novas amizades e fortalecer as relações com colegas, professores e outros membros da comunidade acadêmica.

Por outro lado, é importante ressaltar a importância de uma praça de alimentação saudável em uma Instituição. Afinal, a alimentação é essencial para o desempenho

acadêmico dos estudantes e sua saúde em geral. Por isso, é importante que haja opções de comida saudável e balanceada, além de orientações nutricionais para ajudar os alunos a fazerem escolhas conscientes.

A estrutura física do IBRAS proporciona um espaço amplo, moderno e inovador de convivência dos alunos, tanto interna como externa. Dispõem de poltronas, bancos e cadeiras confortáveis.

O espaço de convivência e de alimentação atende às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, o plano de avaliação periódica dos espaços, a dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica e a previsão de serviços variados e adequados.

Esse ambiente passa por manutenção e avaliação periódica dos espaços, tanto pela manutenção de infraestrutura e equipamentos. Possui condições, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e limpeza, atendendo de forma excelente as necessidades acadêmicas.

7.3.7. Instalações Sanitárias

O IBRAS dispõe de sanitários femininos e masculinos, banheiros familiares e fraldário, além de 2 boxes destinados a pessoas portadoras de deficiências físicas. Os serviços de higienização são prestados por funcionária contratada para tanto. São 2 banheiros femininos, sendo: 1 (um) coletivo com área de 13 m² contendo 4 (quatro) cabines com 1 (uma) das cabines para PNE; 1(um) individual no piso inferior com área de 2,72 m². Os banheiros masculinos apresentam a mesma quantidade e tamanho, diferenciado apenas no banheiro coletivo com 1(um) mictório.

As instalações sanitárias estão adequadas às atividades e atendem as condições necessárias para portadores de necessidades especiais, possuem condições de limpeza e segurança, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial. As Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, seguiram as normas do Dec. N° 5.296/2004.

Os banheiros coletivos atendem os ambientes da Instituição Os banheiros coletivos também garantem acessibilidade, com cabines exclusivas para PNE e pias de altura reduzida para alcance de cadeirantes. Além de banheiro familiar destinado as necessidades eventuais.

7.3.8. Laboratório de Informática, Recursos Multimídia e Recursos Tecnológicos

A IES possui um espaço onde agrupa tais equipamentos, com computadores com acesso à internet para uso dos alunos. Os computadores possuem configuração suficiente para a instalação de softwares necessários para o correto desenvolvimento das atividades dos alunos, estando a IES regular com a situação de licenças de uso de qualquer software.

O espaço destinado ao laboratório de informática oferece a excelência em dimensão, iluminação, acústica, ventilação, limpeza, conservação, acessibilidade e comodidade necessárias ao atendimento dos alunos.

Na situação de espaço compartilhado com qualquer atividade, haverá um sistema de agendamento do uso dos equipamentos a ser gerido localmente. Os recursos de multimídia existentes estão disponíveis para professores/tutores e estudantes, e possuem rede de comunicação científica proporcionada pela Internet.

Sendo assim, as salas de apoio de informática existentes na IES possuem equipamentos e recursos de informática inovadores que atendem as normas de segurança; espaço físico com acesso à internet; atualização de softwares; acessibilidade disponível também por recursos tecnológicos transformadores; serviços de suporte; e condições ergonômicas.

O laboratório de informática atende às necessidades institucionais, e possuem 20 equipamentos disponíveis com Sistema Windows.

7.3.9. Infraestrutura tecnológica

O IBRAS reconhece que a Tecnologia da Informação, é ferramenta essencial para o suporte aos diversos processos que envolvem manipulação e geração de conhecimento. Dessa forma, o avanço tecnológico concretiza-se pelo uso de ferramentas educacionais, que concorrem para o incremento do processo de ensino e aprendizagem, principalmente a progressão dos conteúdos e atividades propostas pelo curso de pós-graduação.

Diante do processo de uma mudança de modelo acadêmico, das inovações tecnológicas e dos novos paradigmas da educação, está investindo em tecnologias de informação e comunicação (TICS) como ferramentas de suporte ao processo ensino-aprendizagem, e soluções tecnológicas inovadoras para todos os seus cursos de aperfeiçoamento e lato sensu. As tecnológicas de informação e comunicação – TICs são recursos didáticos que ajudam na aplicação de inovações tecnológicas, tornando a

metodologia de ensino muito mais dinâmica e integrada as necessidades atuais da educação contemporânea.

O curso conta com acesso a equipamentos de informática no ambiente da biblioteca e com laboratório de informática com programas e equipamentos compatíveis com as atividades educacionais do curso, o qual contém quadro branco, 20 computadores em pleno funcionamento e está sob o controle da coordenação. A dimensão deste ambiente é de aproximadamente 50 m² e está equipado com aparelho de climatização.

O laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática pelos discentes, atende às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui hardware e software atualizados; além de ferramentas de acessibilidade com teclado em braile, sistema de apoio à baixa visão, sistema dosvox, teclado google e demais softwares facilitadores das necessidade desta natureza.

A configuração desses equipamentos e programas instalados atende as exigências do PPC do curso. Como política do IBRAS os laboratórios de Informática passam por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência. Os laboratórios e outros meios implantados de acesso à informática atendem de maneira excelente os alunos e preveem acessibilidade aos alunos com Deficiência. A velocidade de acesso a internet é 1,024 megas.

A Instituição conta também com AVA Moodle como recurso tecnológico de aprendizagem, com sistema acadêmico e administrativo integrado ao AVA e biblioteca virtual.

Além do ambiente virtual de aprendizagem, o IBRAS utiliza atividades tecnológicas de informação e comunicação que são constituídas de diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, que são desenvolvidas por meio de estudos de casos, seminários, videoconferências, fóruns, e-mails, salas de atendimento in loco, projeto integrador e atividades práticas previstas para o curso.

Com base no seu Projeto Político-Pedagógico Institucional, o IBRAS entende que a política para a informática e tecnologia deve perceber as mudanças e tendências do mercado e promover o uso inovador e criativo dos recursos tecnológicos para auxiliar os processos educacionais. Deve oferecer aos corpos discente e docente informações e ferramentas coerentes com tais processos, garantindo ganhos mensuráveis de eficiência

e qualidade operacional por meio da ampliação de acesso, equidade, integralidade e humanização dos serviços educacionais.

As disciplinas do curso utilizarão ambientes tecnológicos e simuladores que permitam aos futuros profissionais o acesso ao ambiente real. Dentro desta análise, partimos do pressuposto teórico que os jogos podem ser utilizados no ensino superior como formas “controladas didaticamente” de simular aspectos reais do mundo do trabalho em que o aluno será ou está inserido. O IBRAS, na consolidação de modelo acadêmico para o credenciamento especial, investiu em tecnologias de informação e comunicação (TICS) como ferramentas de suporte ao processo ensino-aprendizagem e soluções tecnológicas inovadoras para todos os seus cursos. São utilizadas salas equipadas com modernos aparelhos tecnológicos, que viabilizam a acessibilidade digital e comunicacional, e consequente interatividade entre docentes e discentes.

Na instituição o uso de tecnologias para a gestão acadêmica prevê mecanismos no portal destinado aos discentes. O Portal do Aluno disponibiliza aos discentes serviços tecnológicos on-line que facilitam o acompanhamento da vida acadêmica e financeira na instituição. Através do Portal, assegura-se o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar, oportunizando-se experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

O IBRAS dispõe de uma moderna plataforma, e nesse ambiente virtual de aprendizagem, há espaços de comunicação e interação como: quadro de avisos, materiais e conteúdo das disciplinas, calendário, cronogramas, recursos para envio de tarefas e ferramentas de comunicação.

A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Assim, os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, e garantem a acessibilidade comunicacional. Visando possibilitar a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, o IBRAS dispõe de uma moderna plataforma, e nesse ambiente virtual de aprendizagem, há espaços de comunicação e interação como: quadro de avisos, materiais e conteúdo das disciplinas, calendário, cronogramas, recursos para envio de tarefas e ferramentas de comunicação. Assim, os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-

administrativas, e garantem a acessibilidade comunicacional.

7.3.9.1 Simulações interativas para Ciência e Matemática - PhET

Integrado com a biblioteca Virtual da faculdade, o projeto PhET Simulações Interativas cria simulações interativas gratuitas de matemática. As Sims PhET baseiam-se em extensa pesquisa em educação e envolvem os alunos através de um ambiente intuitivo, estilo jogo, onde eles aprendem através da exploração e da descoberta. Na Faculdade Ibras, estas simulações interativas permitem que o aluno trabalhe com 28 simulações, indo da aritmética a gráficos, ajuste de curva e frações. É de fácil acesso e o aluno poderá acessar diretamente de seu computador.

7.3.10 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

O IBRAS possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional, necessidade administrativa e tecnológica, com ambiente adequado e confortável para os colaboradores e alunos, nos ambientes da secretaria, do departamento financeiro, da CPA e demais área administrativa da IES.

A Comissão Própria de Avaliação do IBRAS possui espaço para realizar as reuniões de forma reservada, local amplo, iluminado, conservado, limpo e arejado, segurança e acessibilidade. A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros, as condições físicas e de tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de auto avaliação e recursos ou processos inovadores.

Para melhor execução de suas atividades, a sala possui mesa e computador com acesso à internet Wi-Fi, de um giga com dois contratos em redundância. Possui ainda, uma Televisão para realização de videoconferências e uso como multimídia, principalmente para discussão e aprovação de documentos.

O espaço da CPA passa por manutenção e avaliação periódica dos espaços, tanto pela manutenção de infraestrutura e equipamentos como de documentação e manutenção do sistema e possui condições, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e limpeza. Equipado com ar-condicionado e mobiliário ergométrico, atendendo de forma excelente as necessidades acadêmicas.

7.3.11. Estrutura do polo SEDE

O polo sede possui toda estrutura física para o ensino presencial e a distância como: salas de aula, em um número suficiente, tendo em vista a implantação gradativa dos cursos, com área necessária para abrigar o número de vagas ora proposto, ventilação, iluminação, equipamentos didáticos, acesso e acústica adequada para cada turno. Apresenta uma estrutura computacional adequada aos avanços tecnológicos, para atendimento imediato aos acadêmicos docentes, administração e acadêmicos discentes. A disposição dos espaços físicos apresenta-se em conformidade com o fim a que se destina e pode ser facilmente adaptado para atender aos portadores de necessidades especiais.

No polo sede por se tratar da sede da IES encontra-se a biblioteca da instituição.

7.3.12. Biblioteca

A Biblioteca é um lugar de circulação e fomento à produção do conhecimento, na medida em que se define como repositório da multiplicidade da cultura universal, atuando como órgão de apoio ao desenvolvimento da missão do IBRAS, apoiando-se na qualificação profissional, na formação de pesquisadores, no estímulo à pesquisa, na iniciação científica e atividades de extensão, que ligam diretamente a instituição à comunidade.

O espaço físico da biblioteca é dotado de organização do acervo bibliográfico, de responsabilidade do IBRAS e de espaços para a realização de estudos em grupo e 12 espaços individuais. O espaço possui uma mesa de estudos em grupo e duas mesas de estudos individuais, computador com acesso à internet para consulta ao acervo e, acesso à biblioteca virtual presente no AVA do aluno; possui 10 computadores de acesso à internet e à biblioteca virtual.

O espaço destinado à biblioteca (acervo) e os espaços para estudos individuais e em grupo deverão oferecer dimensão, iluminação, acústica, ventilação, limpeza, conservação, acessibilidade e comodidade necessárias ao atendimento dos alunos. A biblioteca apresenta recursos inovadores de: acessibilidade; estações individuais e coletivas para estudos; recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo; e condições para atendimento educacional especializado. Ainda no espaço, para estudos em grupos há ao lado da Biblioteca a sala de inovação

tecnológica, com 20 computadores e mesas para reunião em grupo.

O IBRAS contará com a biblioteca virtual CURATORIA e demais acervos virtuais de domínio público e livre acesso que funcionará 24 por dia, sete dias por semana.

O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos, estando atualizado, considerando-se a natureza das UC. Todo esse trabalho é documentado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas do curso.

O acervo da biblioteca básica será híbrido, com volumes físicos e virtuais, para facilitar a vida do aluno que quiser estudar no polo sede.

Cada disciplina terá no mínimo três títulos da bibliografia básica e cinco da bibliografia complementar.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. Como forma de propiciar ao corpo discente do curso condições adequadas para pesquisa, leitura e estudo em geral, constam na biblioteca da Instituição as bibliografias básicas discriminadas no ementário/plano de ensino a partir dos PPCs cujos títulos das bibliografias básica e complementar previstas constam de relatório assinado pelo NDE que comprova a necessidade de cada título e indique o número de obras necessárias ao atendimento discente.

Periodicamente é realizada uma busca para atualização do acervo físico, sendo verificados os lançamentos de novas obras acadêmicas. O controle é totalmente informatizado e possibilita que o aluno faça a reserva e renovação on-line. A conservação do acervo se dá por meio de limpeza periódica e restauração, no caso de obras danificadas.

A biblioteca é aberta a toda comunidade acadêmica, e o acervo físico está tombado e informatizado, e permite a recuperação de dados através do título, autor, assunto, editora, local de publicação, tipo de documento. O contrato de assinatura da base de dados de periódicos eletrônicos, garante a atualização do acervo e o acesso ininterrupto pelos usuários, e para isso existe um software bibliográfico.

Tabela 09 - Pessoal Técnico e Administrativo da Biblioteca

CARGO	FUNCIONÁRIOS/QUANTITATIVOS
Bibliotecário	BRUNA CRISTINA BONINI

O corpo técnico-administrativo da biblioteca é composto pela Bibliotecária Bruna Cristina Bonini – CRB 1347 que administra o setor e seus auxiliares de biblioteca distribuídos nos departamentos de circulação, empréstimo, catalogação, aquisição, periódicos.

7.3.12.1. Plano de atualização do acervo da biblioteca virtual

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. Como forma de propiciar ao corpo discente do curso condições adequadas para pesquisa, leitura e estudo em geral, constam na biblioteca da Instituição as bibliografias básicas discriminadas no ementário/plano de ensino a partir dos PPCs cujos títulos das bibliografias básica e complementar previstas constam de relatório assinado pelo NDE que comprova a necessidade de cada título e indique o número de obras necessárias ao atendimento discente.

Periodicamente é realizada uma busca para atualização do acervo físico, sendo verificados os lançamentos de novas obras acadêmicas. O controle é totalmente informatizado e possibilita que o aluno faça a reserva e renovação on-line. A conservação do acervo se dá por meio de limpeza periódica e restauração, no caso de obras danificadas.

Os registros das obras disponíveis na biblioteca podem ser consultados pelo catálogo público informatizado, permitindo ao usuário fazer pesquisas, renovações e reservas, tanto nos terminais de pesquisa da biblioteca, quanto por qualquer computador conectado à internet.

O acervo virtual tem se tornado cada vez mais importante para o ensino, a pesquisa e a aprendizagem, permitindo que usuários de diferentes partes do mundo tenham acesso a informações de qualidade em diversas áreas do conhecimento. Além disso, o acervo virtual oferece algumas vantagens em relação ao acervo físico, tais como:

- **Acesso remoto:** os usuários podem acessar o acervo de qualquer lugar e a qualquer hora, desde que tenham uma conexão com a internet.

- **Busca avançada:** as plataformas de acervo virtual permitem a realização de buscas avançadas, facilitando a localização de informações específicas.
- **Rapidez na atualização:** o acervo virtual pode ser atualizado de forma mais rápida e frequente do que o acervo físico, permitindo que os usuários tenham acesso a informações mais atualizadas.
- **Redução de custos:** o acervo virtual pode reduzir os custos de aquisição, armazenamento e manutenção de materiais, além de permitir que os usuários economizem em deslocamento e tempo.

O plano de atualização do acervo virtual é fundamental para garantir que os usuários tenham acesso a informações atualizadas e relevantes para a construção do conhecimento conforme as seguintes metas:

Materiais	Diretrizes/Metas	Cronograma 2024-2028
Biblioteca virtual	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e adquirir biblioteca virtual mediante licença e contrato que atenda aos programas de ensino, pesquisa e extensão do IBRAS. • Adquirir de forma, preparar, manter atualizado e disseminar as novas aquisições do acervo físico de acordo com os programas de ensino, pesquisa e extensão do IBRAS, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo MEC para as proporções de exemplares por número de vagas pretendidas/autorizadas de cada uma das unidades curriculares • Adquirir a solicitação dos professores, alunos intermediados pela coordenação de curso e NDE 	(Semestral)
Periódicos e jornais	Atualizar as assinaturas de periódicos especializados impressos indexados atendendo às principais áreas do conhecimento do curso do IBRAS.	(Anual)

	Avaliar e adquirir assinatura de bases de dados de periódicos científicos indexados, mediante licença e contrato.	(Anual)
Acervos especiais e tecnologias de informação e comunicação (TICs)	Avaliar e adquirir acervos especiais em diferentes formatos seja em braile, áudio e outros; bem como, inserir novas tecnologias da informação e comunicação como computadores com sintetizadores de voz, leitores de tela, linha braile, e outros, para atender aos usuários com deficiência ou com mobilidade reduzida.	(Anual)

Fonte: Plano de Atualização do Acervo do IBRAS, 2023.

7.3.12.2. Atendimento e Horário de Funcionamento

A biblioteca física funciona durante os períodos letivos de segunda à sexta-feira, das 9h00 às 18h, ou outro horário previamente estabelecido, ajustando seu calendário às unidades de ensino e pesquisa. A biblioteca virtual funcionará 24 horas por dia, sete dias por semana.

O IBRAS apresenta como padrão de atendimento de segunda a sexta-feira, sendo tais períodos são necessários para o adequado atendimento das situações relacionadas à recepção de candidatos em processo seletivo, à utilização, por parte dos alunos, de espaços já informados neste documento.

7.3.12.3. Plano de Contingência da Infraestrutura Física

O IBRAS possui um documento específico para tratar do tema, tendo como objetivo definir as ações emergenciais a serem tomadas em caso de constatação de risco iminente no interior das instalações existentes no Campus. Serão apresentados cenários que podem levar a situações de emergência e de risco, bem como a forma de agir para minimizar as consequências.

Entende-se por risco iminente a presença de gás metano, dióxido de carbono, entre outros, em ambientes confinados (caixas de passagem, por exemplo) ou em ar ambiente das salas de aula, escritórios ou laboratórios e nas demais edificações existentes no campus.

7.3.12.4. Política de Guarda e Manutenção do acervo acadêmico

A informação sempre se constituirá em um dos mais importantes fatores para a adequada condução de qualquer atividade, ainda mais com o produto ofertado é a educação. Fazê-la chegar, em tempo e hora, aos locais onde é necessária, de modo a possibilitar corretas tomadas de decisão, é uma necessidade permanente e se constitui no desafio maior que qualquer sistema de gestão de documentos precisa superar.

A concepção apresentada neste manual, longe de ser a definitiva, pretende atender as necessidades de gestão da informação no IBRAS, tendo em vista suas condições atuais. É preciso ter presente que essas condições se encontram em constante processo de transformação, decorrente do amadurecimento institucional e da aplicação de modernas técnicas de estruturação organizacional, que buscam a otimização das atividades da IES.

Assim, ao tempo em que se introduz essa nova arquitetura para gestão documental do IBRAS, pode-se já admitir que mudanças eventuais, ditadas pela dinâmica dessas transformações inevitáveis e necessárias, venham, em curto prazo, modificá-la.

A política de manutenção e guarda do acervo acadêmico do IBRAS tem o propósito de disseminar a gestão documental das informações acadêmicas na comunidade, entendendo que a informação documental constitui recurso para alcançar a missão, a visão e os objetivos da Instituição.

Para tal ação, projetou-se uma política própria e específica que, ao ser gerenciada, estabelece um conceito único na experiência educacional visando aprimoramento e qualidade do processo de registro e manutenção do acervo, bem como os demais recursos educacionais providos pela Instituição de Educação Superior.

São objetivos da Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico:

- Assegurar a organização do acervo acadêmico para averiguação, a qualquer tempo, pelos órgãos e agentes públicos atuantes com fins de regulação, avaliação e supervisão, pela comunidade acadêmica interna e pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.
- Certificar que as especificidades da IES sejam respeitadas dentro do princípio da razoabilidade, tecnologia e sustentabilidade para a guarda e manutenção do acervo acadêmico
- Definir a implementação do Acervo Acadêmico que será composto de

documentos e informações pertencentes ao IBRAS, tendo como base o Código de Classificação de Documentos de Arquivos Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior;

- Direcionar o acervo acadêmico para um processo de digitalização, observando as disposições da Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, e do Decreto n.º 1.799, de 30 janeiro de 1996.
- Garantir que o acervo tenha um “Depositário Acadêmico”.
- Planejar ações de adaptação necessárias à manutenção do acervo, com as normativas de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim do IBRAS.

7.4 Infraestrutura de execução e suporte

A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, por meio de um plano de contingência, redundância e expansão.

O IBRAS, devidamente alinhando pelo neste PDI em seu parque tecnológico apresenta ampla infraestrutura de execução e suporte, contando com corpo de profissionais contratados dedicados ao pronto atendimento de demandas locais realizadas na sede.

A equipe está preparada e treinada, com processos internos de atualização alinhados com a TI da IES.

Uma vez que os serviços de internet dependentes do IBRAS são todos hospedados em datacenters, existe, complementarmente ao suporte presencial, os serviços de suporte remoto provido pelos fornecedores da hospedagem, tanto do Sistema de Gestão Educacional e demais plataformas baseadas em Internet.

Os contratos operam 24 horas por dia, 7 dias por semana, com tempo de resposta reduzido e atendimento prioritário aos chamados abertos pelo IBRAS, sendo essa articulação realizada por meio das equipes presenciais: Coordenação de EAD, Gerências de TI e os provedores de serviço remoto que são ofertados de forma ininterrupta sendo contatados por meio de chamados telefônicos ou eletrônicos.

Ademais, o IBRAS em cumprimento ao seu compromisso de eficiência e modernidade tecnológica possui infraestrutura tecnológica capaz de manter seu fluxo de dados de forma física na sede da IES.

Todos os serviços contam com backup regular (hora a hora) com possibilidade de reversão imediata a algum backup de até 3 meses (snapshot). Ainda, contamos com backups completos feitos regularmente de forma prévia a qualquer alteração nas plataformas.

Todos os dados são armazenados em RAID de forma a permitir a redundância dos dados hospedados nos servidores, sendo estes facilmente remanejados entre servidores.

Os contratos de hospedagem do IBRAS apresentam programa de expansão alinhado com o crescimento das demandas pelo servidor, sem interrupção, bastando os níveis de acesso aumentarem que o próprio provedor de serviço registra a elevação e enquadra o serviço contratado no próximo nível hierárquico superior, sem disrupção de serviços perceptível pelos discentes, docentes/tutores ou corpo técnico administrativo.

7.4.1. Plano de expansão e atualização de equipamentos

O IBRAS possui um plano de expansão e atualização de equipamentos que é feito através do acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis. Nele existem indicadores de desempenho e ações associadas à correção do plano.

A previsão para os próximos anos, no que tange a aquisição e atualização de equipamento é um aumento de 65% ao ano conforme o que foi disposto no plano de expansão de TIC.

Há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descrito neste PDI, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho; adicionalmente, há ações associadas à correção do plano.

Quanto à aquisição de computadores, periféricos e instrumentos multimeios, a preocupação é com a satisfação dos seguintes itens: relação entre número de usuários e número de máquinas suficientes; contratação de pessoal qualificado, sempre disponível em cada laboratório; máquinas e equipamentos suficientes para uso do corpo docente/tutores, discente e técnicos- administrativos; operadores qualificados a serviço dos usuários.

7.4.2. Recursos de tecnologias de informação e comunicação

Os recursos tecnológicos TICS são ferramentas utilizadas pela Instituição para estabelecer a eficiência nas atividades didático pedagógicas, bem como a veiculação da informação e da comunicação interna e externa (comunidade acadêmica), assim como para realizar algumas das tarefas cotidianas.

A FACULDADE IBRAS investiu fortemente na **inovação**, neste cenário de uso de tecnologias aplicados à gestão, e principalmente para o curso de Gestão Pública, assim como na manutenção desses recursos, garantindo um serviço estável e operante, por meio de sua TI, coordenação de laboratórios e de docentes especializados, adquirindo hardwares, softwares de animação, softwares administrativos, plataformas de aprendizagem e demais equipamentos de altíssima qualidade a fim de oferecer uma infraestrutura de qualidade a seus estudantes e professores.

HARDWARES

Os equipamentos da Faculdade IBRAS são de alto desempenho e permitem que a troca de informação entre os componentes de Hardware seja eficiente, assim como na capacidade de armazenar, sem perdas, os dados da instituição. Investindo constantemente em sua infraestrutura, a instituição possui uma rede lógica de computadores interligando os seus microcomputadores, sendo mais de 30 distribuídos para utilização dos acadêmicos nos laboratórios de informática, além de outros equipamentos para a equipe administrativa, com cerca de 20 máquinas.

A infraestrutura de processamento da Faculdade IBRAS sendo a unidade própria caracterizada como sede em Ponta Grossa/ PR.

Na unidade de Ponta Grossa há 1 servidores de torre DELL POWEREDGE T310 Quad-core Intel® Xeon® processors 3400 series 2 discos de 1Tb em raid 1, este servidor utiliza o sistema operacional Windows Server 2012 para armazenamento dos dados internos. A conexão com a internet é feita por 2 links de operadoras diferentes, sendo o primeiro de 600mbps de velocidade com 2 IP's fixo e o segundo link, usado como redundância, com 100mbps de velocidade. Esta unidade possui um firewall que gerencia o acesso à internet e segregação das redes internas, que são divididas em "ADM", "Alunos" O firewall tem rotinas contra DDOS e tentativas de invasão de força bruta, além das políticas de acesso da interna para a internet.

A Segunda unidade utilizada para o processamento de dados fica em nuvem, hospedado e com a empresa SWA Sistemas Acadêmicos utilizando um servidor.

Este servidor é utilizado para a disponibilização do site e do AVA, o mesmo está com o sistema operacional CentOS, 8Gb de memória, processador Intel® Xeon® E5-2630 v3 com 5 Cores, 240Gb de disco SSD em raid 6.

O backup da base de dados é realizado de 6 em 6 horas de maneira incremental que são salvos em 3 locais distintos, sendo 1 cópia em seu próprio servidor, 1 cópia em um servidor em nuvem e 1 cópia na infraestrutura da sede da Faculdade IBRAS.

SOFTWARES

A FACULDADE IBRAS adquiriu os melhores softwares para atender a comunidade acadêmica e sua equipe de funcionários. Os computadores da Instituição podem estar equipados com sistema operacional LINUX ou Windows e pacote Office, software estes licenciados pela Microsoft. O Windows é um sistema operacional de multitarefas para computadores e dispositivos móveis. As funções deste sistema são para facilitar o acesso do usuário ao computador, com interfaces mais eficientes, atrativas e fáceis de utilizar, além de integrar softwares mais rápidos e eficazes. Já o Microsoft Office, é um pacote de aplicativos para escritório que contém programas como: Word (editor de texto), Excel (planilha eletrônica), PowerPoint (software de apresentação), que são muito úteis tanto para iniciantes quanto para profissionais.

● Softwares do tipo: AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O curso de Gestão Pública da FACULDADE IBRAS resolve inovar também, na concepção de um ambiente virtual de aprendizagem para complementar as atividades pedagógicas de seus estudantes e professores. Nele encontram-se as capacitações para os docentes do curso e os complementos às disciplinas que os respectivos docentes decidirem plotar, para assim terem a possibilidade de sugerir material de estudo, de postar atividades discentes, de realizar comunicação em tempo real ou assíncrono e até mesmo de fazer videoconferências.

Dessa forma resolveu utilizar o AVA moodle hospedado em um servidor externo (em Ambiente Cloud nacional de alto desempenho) o qual permite o acesso pelo navegador web de qualquer lugar com conexão à internet pelo computador, celular ou tablet.

O servidor conta com uma estrutura tecnológica robusta, escalonável, segura e

estável que fornece suporte para procedimentos críticos, como atualização do ambiente, checagem diária de segurança, monitoramento e ajuste de desempenho, opção de backup diário e semanal de todas as operações, que serão armazenados em servidores remotos e com alta segurança contra acessos não autorizados.

A qualidade de serviço poderá ser medida em termos de *uptime* e de tempo de resposta (menos de 0.3s).

O AVA tem enorme valor para os professores, até mesmo em cursos presenciais, como o caso de Gestão Pública, como suporte e apoio às atividades pedagógicas. Ele apóia no gerenciamento do conteúdo e materiais didáticos. Além disso, permite o acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno, por meio de relatórios sobre sua performance e progresso no curso; além de ser um espaço para o desenvolvimento das metodologias ativas propostas durante o percurso do curso, como para a realização de atividades de *flipped classroom*, de *peer instruction*, de PBL, TBL, aprendizagem significativa, dentre outras.

Sob essa perspectiva a FACULDADE IBRAS observa no seu AVA, o potencial para ser um dos canais de comunicação entre sua comunidade acadêmica, bem como para veiculação das diversas metodologias de aprendizagem inovadoras pertencentes a seu PPC, e fortemente ativadas pelos projetos integradores, pela curricularização e por sua matriz de referência de habilidades e competências.

O AVA da FACULDADE IBRAS apresenta um design totalmente personalizado e intuitivo, com a disponibilidade de ferramentas de comunicação, de avaliação, de disponibilização de conteúdos e de administração e organização que **permitem desenvolver a cooperação entre professores, discentes, tanto na sala de aula quanto das demais atividades didáticas do projeto, garantindo assim acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional**. A escolha do *moodle* deve-se por ser otimizado para aprendizagem colaborativa e permitir aos educadores criar salas de aula online com diversos conteúdos e atividades.

O AVA é uma das principais TICs na educação a distância com incentivo à interação por meio das ferramentas síncronas e assíncronas disponibilizadas no ambiente como fóruns, e-mails, chats, *wikis*, *webconferências*, postagens multimidiáticas e etc.

- **Do tipo – Software Sistema acadêmico administrativo**

A FACULDADE IBRAS, para otimizar o fluxo de informações acadêmicas fez

adoção do sistema de registro acadêmico Jacad. O Jacad é um ERP, que em português significa Planejamento de Recursos Empresariais, é um sistema online que tem como objetivo facilitar a gestão de uma instituição, oferecendo uma gestão acadêmica completa com facilitadores como: simplificação de atividades financeiras, captação e retenção de alunos, matrícula e rematrícula online, suporte técnico, entre outros. O sistema é capaz de interligar os diversos setores da instituição (acadêmico, financeiro, comercial), facilitando a comunicação entre eles. Ele também conta com os módulos da secretaria digital e emissão de diploma digital.

O aluno também é beneficiado pois conta com o Portal do Aluno, onde pode acompanhar tudo o que acontece durante a sua evolução acadêmica na instituição, desde notas até a parte financeira.

O sistema também permite a integração com os demais sistemas acadêmicos, como o AVA Moodle, com a BIBLIOTECA DIGITAL e site.

Seguem algumas funcionalidades do sistema acadêmico:

- Emissão de histórico escolar, diário de classe, ficha de matrícula, ficha do aluno, boletim, contratos, declarações, atestados e outros documentos em modelo padrão ou personalizado;
- Apuração automática do resultado acadêmico dos alunos, com geração do histórico escolar;
- Cálculo do resultado acadêmico seja feito através da média global das disciplinas. Permite, também, que se trabalhe com média por área de conhecimento;
- Matrícula de alunos em adaptação, dependência ou disciplinas isoladas (suplência);
- Cadastro de horários das aulas das disciplinas, possibilitando a emissão das folhas de ponto dos professores;
- Divisão de uma disciplina em subdisciplinas e ainda permite a existência de diversas turmas práticas (sub turmas);
- Equivalência de disciplinas;
- Rematrícula automática;
- Registro da situação do aluno: trancamentos, transferências, cancelamentos, desistências de curso;
- Lançamento de notas e frequências pode ser feito diretamente pelo professor

através do Portal do Professor ou pela Secretaria Acadêmica

- Personalização de históricos diferenciados por curso;
- Diploma digital;

Além dessas funcionalidades, há uma gestão integrada de todos os processos da IES:

- a) Acadêmico - Secretária;
- b) Recebimentos - Caixas/Bancos;
- c) Financeiro - Contas a Pagar;
- d) Protocolo;
- e) Biblioteca;
- f) Portal do Aluno;
- g) Portal do Professor;
- h) Controle de Patrimônio;
- i) Ava-moodle.

Através do Portal do Aluno o discente tem acesso às seguintes funcionalidades:

- Protocolo Virtual com requerimentos diversos;
- Materiais didáticos disponibilizado por seus professores;
- Planos de ensino e Calendário escolar;
- Notas e faltas;
- Situação financeira;
- Emissão de documentos como Histórico escolar, declaração de matrícula e demonstrativo de Imposto de renda;
- Biblioteca virtual integrada com Minha Biblioteca;
- Avaliação institucional, através de formulário online, desenvolvido pela CPA.

- **Acesso ao moodle - AVA;**

O Portal do Professor possibilita aos docentes uma gestão ágil da sua programação de aulas, registro de conteúdos, notas e frequências e também avaliar trabalhos entregues pelos alunos.

- **Do tipo – Sistema de Bibliotecas**

O espaço físico da biblioteca é dotado de organização do acervo bibliográfico, de responsabilidade do IBRAS e de espaços para a realização de estudos em grupo e 12 espaços individuais. O espaço possui uma mesa de estudos em grupo e duas mesas de estudos individuais, computador com acesso à internet para consulta ao acervo e, acesso à biblioteca virtual presente no AVA do aluno; possui 10 computadores de acesso à internet e à biblioteca virtual.

O espaço destinado à biblioteca (acervo) e os espaços para estudos individuais e em grupo deverão oferecer dimensão, iluminação, acústica, ventilação, limpeza, conservação, acessibilidade e comodidade necessárias ao atendimento dos alunos. A biblioteca apresenta recursos inovadores de: acessibilidade; estações individuais e coletivas para estudos; recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo; e condições para atendimento educacional especializado. Ainda no espaço, para estudos em grupos há ao lado da Biblioteca a sala de inovação tecnológica, com 20 computadores e mesas para reunião em grupo.

O IBRAS contará com a biblioteca virtual CURATORIA e demais acervos virtuais de domínio público e livre acesso.

O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos, estando atualizado, considerando-se a natureza das UC. Todo esse trabalho é documentado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas do curso.

O acervo da biblioteca básica será híbrido, com volumes físicos e virtuais, para facilitar a vida do aluno que quiser estudar no polo sede.

Cada disciplina terá no mínimo três títulos da bibliografia básica e cinco da bibliografia complementar.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. Como forma de propiciar ao corpo discente do curso condições adequadas para pesquisa, leitura e estudo em geral, constam na biblioteca da Instituição as bibliografias básicas discriminadas no ementário/plano de ensino a partir dos PPCs cujos títulos das bibliografias básica e complementar previstas constam de relatório assinado pelo NDE que comprova a necessidade de cada título e indique o

número de obras necessárias ao atendimento discente.

Periodicamente é realizada uma busca para atualização do acervo físico, sendo verificados os lançamentos de novas obras acadêmicas. O controle é totalmente informatizado e possibilita que o aluno faça a reserva e renovação on-line. A conservação do acervo se dá por meio de limpeza periódica e restauração, no caso de obras danificadas.

A biblioteca é aberta a toda comunidade acadêmica, e o acervo físico está tombado e informatizado, e permite a recuperação de dados através do título, autor, assunto, editora, local de publicação, tipo de documento. O contrato de assinatura da base de dados de periódicos eletrônicos, garante a atualização do acervo e o acesso ininterrupto pelos usuários, e para isso existe um software bibliográfico.

7.5. Acessibilidade (de acordo com a LEI Nº 10.098/00 e a NBR 9.050/2004)

A deficiência é caracterizada pela perda ou diminuição de uma ou mais funções do ser humano, seja ela física, cognitiva, psicológica ou sensorial. Sua incapacidade ou restrição específica poderá ser permanente ou temporária e será minimizada quando o meio lhe der condições favoráveis para o desempenho de suas funções, da forma mais equitativa possível.

Com base na Lei Federal 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004, com as alterações dadas pelo Decreto 9.404/2018, a promoção da Acessibilidade visa cumprir o que determina a LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência) garantindo a todos, direitos e liberdades fundamentais. Ao mesmo tempo em que assegura o que está garantido pela Constituição Federal: a dignidade da pessoa humana (Art.1º - Inciso III) e a igualdade de direitos (Art. 5º), corroborando para uma sociedade livre, justa e solidária (Art. 2º - Inciso II).

A Constituição de 1988 estabelece ainda que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988, art. 205). Diz, também, que as pessoas com deficiência devem ser atendidas preferencialmente na Escola Regular, com atendimento educacional especializado.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos – Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem – Tailândia, UNESCO- 1990, acordo do qual o Brasil fez parte, resolveu entre os países signatários assumir o compromisso de universalizar o acesso à educação.

A declaração recomenda, em seu Artigo 3º que “é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educacional”.

O atendimento às pessoas com deficiências está igualmente assegurado pela LBD - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.396 de 1961) que estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. (Redação dada pela Lei 12.796/2013).

7.5.1. Plano de Acessibilidade

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

É um tema ainda pouco difundido, apesar de sua inegável relevância. Considerando que ela gera resultados sociais positivos e contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, sua implementação é fundamental, dependendo, porém, de mudanças culturais e atitudinais. Assim, as decisões governamentais e as políticas públicas e programas são indispensáveis para impulsionar uma nova forma de pensar, de agir, de construir, de comunicar e de utilizar recursos públicos para garantir a realização dos direitos e da cidadania.

O IBRAS com o objetivo de possibilitar à pessoa com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, possui um Plano de Acessibilidade que foi elaborado como forma de proporcionar a implementação de medidas apropriadas para assegurar o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Essas medidas poderão incluir a identificação de barreiras à acessibilidade e a disseminação do conceito de desenho universal.

Existem milhões de pessoas declaram possuir algum tipo de deficiência, segundo o Censo do IBGE. Assim, por meio da articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade, esperamos poder contribuir com a sociedade civil, sempre buscando respaldo no Decreto n.º 7.612/2011 e na Lei

13.146/2015.

7.5.2. Política de Atendimento a alunos com necessidades especiais

O IBRAS cumpre o Decreto 5.296/2004, possui rampas, elevadores, intérprete de LIBRAS, cadeiras de rodas, corrimão e possui material à disposição de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, na biblioteca, entre outros.

Na escola inclusiva, o processo educativo é compreendido como um processo social, no qual todos os alunos com necessidades especiais têm direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da pessoa com necessidade especial na comunidade. Seu objetivo maior é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a inclusão dos alunos que dela fazem parte.

Neste contexto, o IBRAS objetiva que os alunos atinjam o seu potencial máximo com processos dosados às necessidades de cada aluno, promovendo a rápida socialização dos alunos, favorecendo a integração e a inclusão. Isto transforma o papel tradicional dos professores, tornando-os mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades.

Pode-se afirmar que inclusão diz respeito a:

- Atender aos estudantes com necessidades educacionais especiais;
- Propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns;
- Propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico;
- Compreender que as pessoas podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes;
- Levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com os alunos portadores de necessidades especiais;
- Propiciar um atendimento integrado ao professor.

A inclusão refere-se a um processo educacional que visa entender ao máximo a capacidade do aluno com necessidade especial na sala de aula comum. Envolve fornecer o suporte de serviços da área de educação especial através dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante e continuamente revisto na Instituição.

A IES nesse contexto:

- Apoia cotidiano ao professor;

- Apoia o aluno portador de necessidades especiais, através de atendimento individualizado;
- Treina o corpo técnico-administrativo;
- Mantém e amplia o apoio ao acesso dos alunos com necessidades especiais às salas de aulas comuns (acesso físico, material didático adequado).

O IBRAS adaptou-se e estruturou-se para atender a todos os seus alunos de acordo com suas necessidades e seus cursos. Ampliará e manterá, em consonância com todos os documentos nacionais e internacionais, a estruturação das instalações.